

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 17 DE JULHO DE 2025

NÚMERO 22.763 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00



Brasil traça os limites da IA

Instrumento digital amplamente difundido e aplicado no país, a inteligência artificial terá normas para uso. Senado aprovou projeto de lei para regulamentar a ferramenta.

PERFIL



Nova magistrada — Conheça a carreira da procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra, alagoana escolhida para uma vaga de ministra no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

MPAL/Reprodução

Moraes mantém decreto que aumenta as alíquotas do IOF

O governo federal foi autorizado a retomar o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas jurídicas e físicas, de acordo com decisão tomada pelo ministro Alexandre de

Moraes, do STF. Convocados a discutir os decretos que elevaram o tributo numa audiência de conciliação, representantes dos Poderes Executivo e Legislativo não chegaram a um acordo e coube ao

magistrado se posicionar sobre a polêmica. A cobrança está mantida e vale desde a edição do decreto presidencial — que foi derrubado pelo Congresso, no mês passado — e tem efeito retroativo, numa

vitória do Palácio do Planalto. Moraes, no entanto, revogou a cobrança sobre o risco sacado. O entendimento do magistrado será avaliado pelo Plenário do Supremo, mas não há data definida. **PÁGINA 8**

Minervino Júnior/CBD.A Press



Celular e moto não combinam

O uso dos aparelhos tem se tornado comum entre motociclistas e se consolidado como uma das principais causas de distrações no trânsito e acidentes. Segundo a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), só em 2024, o SUS registrou 164.970 internações por sinistros envolvendo motos — o que representa 78% de todas as hospitalizações por acidentes de trânsito.

PÁGINA 15

Poderes se unem para defender a soberania e até o Pix

Pedro Gontijo/Senado Federal



A pressão de Donald Trump sobre a economia brasileira, com a sobretaxa de 50% às exportações e a investigação de práticas adotadas no país — como Pix ou a omissão à pirataria de produtos estrangeiros — ampliou a mobilização para uma reação organizada. Ontem, o vice-presidente, Geraldo Alckmin, se reuniu com os chefes do Legislativo, o senador Davi Alcolumbre e o deputado Hugo Motta, para unificar o discurso dos Poderes sobre a soberania nacional. Uma nova carta do governo brasileiro foi enviada à Casa Branca manifestando indignação com as atitudes adotadas pelos norte-americanos.

PÁGINAS 2 E 3. NAS ENTRELINHAS, 3

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Vem aí a Marotinha!

Atletas mirins começam a treinar para a corrida de 12 de outubro. As inscrições estão abertas.

Com Neymar, Santos vence Fla

PÁGINAS 17 E 18

Divulgação/Corpo de Bombeiros



Acidente leva luto à Educação

Uma colisão envolvendo carreta, ônibus e carros, na BR-153, em Porangatu (GO), provocou a morte de cinco pessoas e deixou 75 feridos. Entre as vítimas, estavam estudantes a caminho do Congresso da UNE, em Goiânia. **PÁGINA 6**

Portugal mira imigrantes

Parlamento aprova nova lei que dificulta a vida de estrangeiros ilegais. Medidas preocupam brasileiros. **PÁGINA 9**

Sétima arte Cine Liberty Mall reabre as portas

PÁGINA 22



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Corrida para zerar fila oncológica

Ao *CB.Poder*, secretário de Saúde, Juracy Lacerda, destaca o programa “O câncer não espera. O GDF também não”, que deve acelerar o tratamento de pacientes com câncer na rede pública. “Para esse paciente, o tempo é primordial”, afirma.

PÁGINA 13



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br

GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



PODER

Soberania une Poderes, que buscam negociação

Congresso e governo afinam discurso contra tarifaço e repudiam nova tentativa de intervenção dos EUA, agora com o Pix na mira

» RAFAELA GONÇALVES
» WAL LIMA
» FABIO GRECCHI

Encontro entre Geraldo Alckmin, Davi Alcolumbre e Hugo Motta, ontem, serviu para selar a união entre o governo e o Congresso em torno da defesa da soberania nacional e, também, para reforçar que a saída contra o tarifaço de Donald Trump deve ser pela negociação. O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) reuniu-se com os presidentes do Senado e da Câmara não apenas para analisarem os passos a serem dados, mas, também, para avaliarem a nova arremetida dos Estados Unidos por meio de uma investigação que apura se políticas e práticas adotadas pelo Brasil restringem ou prejudicam o comércio norte-americano. Além disso, foram divulgados, também ontem, detalhes da carta conjunta do MDIC e do Ministério das Relações Exteriores (MRE), remetida às autoridades dos EUA, na qual o governo manifesta “indignação” com a taxaço, explicita a intenção de dialogar e frisa que os 50% impostos aos produtos brasileiros prejudicarão o comércio bilateral **(leia sobre a carta na página 3)**.

No encontro entre Alckmin, Alcolumbre e Motta, na residência do Senado, os três fizeram questão de mostrar que estão alinhados na busca de uma solução contra o tarifaço. Explicitaram, também, que o Congresso se unirá ao esforço de negociação do governo para convencer os auxiliares de Trump de que a taxaço é injusta e que, nessa guerra, só haverá derrotados.

“O Parlamento brasileiro está unido em torno da defesa dos interesses nacionais. Temos a compreensão, a Câmara dos Deputados e o Senado, de que nós vamos defender a soberania nacional, vamos defender os empregos dos brasileiros, vamos defender os empresários brasileiros, que geram riqueza para o Brasil. Tenho convicção, também, de que esse processo tem que ser liderado pelo Poder Executivo. Quero fazer um registro da satisfação de ter o vice-presidente do Brasil liderando esse processo. Acho que o presidente Lula acertou com sua equipe de lhe empoderar (Alckmin), para que o senhor possa conduzir todas essas tratativas sem, em nenhum momento, abrir mão da soberania do nosso povo, dos interesses do Brasil”, enfatizou Alcolumbre, mandando um recado velado ao governador Tarcísio Gomes de Freitas, de São Paulo, que na terça-feira reuniu-se com empresários para abrir uma negociação classificada por ele de “paradiplomática” com os norte-americanos.

Para ajudar no esforço de negociação, o Senado criou ontem uma comissão temporária, integrada por quatro parlamentares, que irá ao Capitólio, em Washington, tentar abrir mais uma frente contra a taxaço de 50%.

Convergência

Além da convergência de governo e Congresso sobre o tratamento a ser dado ao tarifaço, no pacote a ser discutido com os EUA entra, também, a investigação conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio (USTR). A apuração abrange seis frentes **(veja quadro acima)**, que incluem críticas ao Pix, tarifas de importação, violações de propriedade intelectual — com menção direta à Rua 25 de Março,

Instagram/Geraldo Alckmin



Com Motta e Alckmin, Alcolumbre garantiu que o Congresso apoiará o governo nas negociações contra o tarifaço

Confira os principais pontos da investigação da USTR

Pix e serviços digitais — O relatório acusa o Brasil de adotar práticas desleais no setor de pagamentos eletrônicos, privilegiando sistemas públicos como o Pix, em detrimento de empresas privadas norte-americanas, como Visa e Mastercard. Também critica barreiras à transferência internacional de dados, responsabilização de plataformas digitais por conteúdos de terceiros e pressões para remoção de postagens políticas, impactando diretamente empresas de tecnologia dos EUA.

Tarifas preferenciais — Segundo o documento, o Brasil aplica tarifas discriminatórias ao conceder tratamento preferencial a países como México e Índia, enquanto impõe alíquotas de até 35% sobre produtos americanos, classificados como “nação não favorecida”.

Corrupção e Lava-Jato — Embora não mencione nominalmente a Operação Lava-Jato, o relatório faz referência indireta ao caso ao destacar decisões judiciais que anularam condenações por corrupção no Brasil. O texto questiona a efetividade das leis anticorrupção do país e aponta essas anulações como indicio de fragilidade institucional. Ignora, porém, a anulação das condenações por ter ficado constatado o conluio entre o então juiz e hoje senador Sergio Moro (União-Brasil-PR) e integrantes da força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) para condenações.

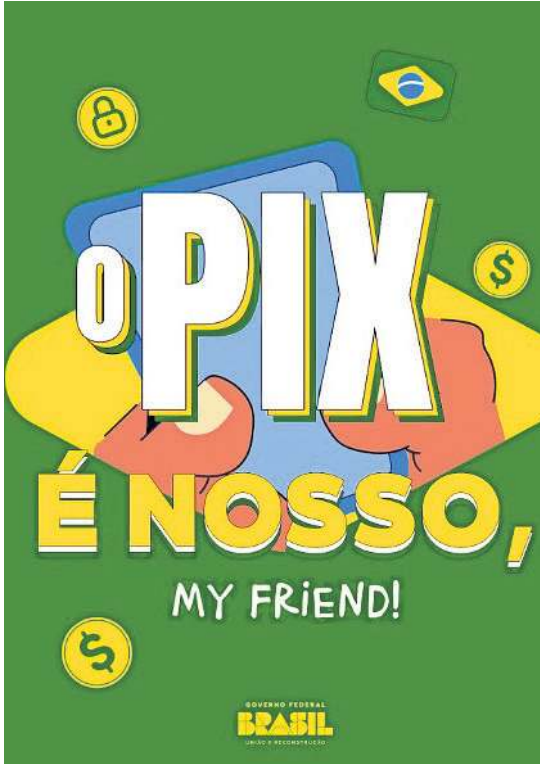
Propriedade intelectual e pirataria (incluindo a Rua 25 de Março) — O documento critica o combate insuficiente à pirataria, à falsificação e

ao contrabando no Brasil, apontando a Rua 25 de Março como um dos principais centros de venda de produtos falsificados — que inclui decodificadores de streaming adulterados para o fornecimento ilegal do serviço, além de outros equipamentos que violam direitos autorais. Apesar das fiscalizações, a ausência de punições rigorosas compromete, segundo os norte-americanos, a eficácia no combate ao crime.

Etanol — O governo Trump alega que o Brasil elevou tarifas sobre o etanol importado, com alíquotas que chegaram a 18%. Consequentemente, as exportações americanas caíram de US\$ 761 milhões, em 2018, para apenas US\$ 53 milhões em 2024, situação classificada por Washington como uma “barreira comercial injusta”. O que o documento desconsidera é que a taxaço ao etanol norte-americano, por conta da proteção ao álcool brasileiro, contrabalança a tributação ao açúcar extraído da cana exportado pelo Brasil por conta da proteção ao açúcar tirado da beterraba que os cidadãos dos EUA usam para adoçar bebidas e alimentos.

Desmatamento ilegal — O relatório aponta que até 91% do desmatamento registrado em 2024 foi ilegal, facilitado por corrupção na cadeia de legalização de produtos agrícolas e madeira. Isso conferiria aos produtos brasileiros uma vantagem competitiva indevida no mercado global. O governo brasileiro, porém, tem investido na fiscalização e no controle, o que tem contribuído para a redução da devastação ambiental.

Instagram/Governo federal



Assim que veio à tona que o governo dos EUA investiga também o Pix, governo colocou nas redes campanha defendendo o método de pagamento

redes retirem do ar conteúdos de cunho político — medida que, segundo o USTR, impacta usuários norte-americanos e cria barreiras ao comércio digital.

Outra crítica das autoridades dos EUA é a promoção do Pix como forma de pagamento preferencial, o que, segundo os norte-americanos, compromete a competitividade de empresas privadas internacionais. As maiores companhias globais do setor de pagamentos (Visa e Mastercard) são norte-americanas, e estariam em desvantagem diante da iniciativa brasileira. Nem mesmo a Rua 25 de Março foi poupada pelos norte-americanos. A zona de comércio popular na capital paulista é apontada como um símbolo da falta de eficácia do Brasil no combate à pirataria e à falsificação. O documento afirma que “a região permanece, há décadas, como um dos maiores mercados para produtos falsificados, apesar das operações de fiscalização direcionadas a essa área”.

Além disso, a proteção de direitos autorais e de propriedade intelectual também está no centro da investigação. O governo dos EUA ainda acusa o Brasil de ter uma estrutura tarifária que discrimina certos países.

Campanha nas redes

Assim que veio à tona que os norte-americanos consideram o Pix predatório, o governo federal desencadeou nas redes sociais uma campanha intitulada “O Pix é nosso, my friend”. O formato instantâneo de pagamentos entrou em vigor em 2020, ainda no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, e foi desenvolvido pelo Banco Central (BC), em conjunto com a rede bancária nacional.

O tema causou reações no Congresso e, tal como acontecera mais cedo com a afinação do discurso entre Alckmin, Alcolumbre e Motta, galvanizou parlamentares da base do governo, da ala independente e, até mesmo, da oposição. A maioria classificou a investida contra o Pix como um ataque à soberania nacional e uma tentativa de sufocar um sistema que já é referência mundial em inovação financeira.

Segundo Motta, “defendemos o diálogo como instrumento para resolver esse problema comercial. Existem coisas que são inegociáveis, como a nossa soberania, a força das nossas instituições. Isso não está na mesa. Mas, do ponto de vista comercial,

acerca das relações do Brasil com os Estados Unidos, eu penso que tudo pode ser conversado pelo nosso corpo diplomático”.

Olíder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou que a ofensiva dos EUA é “inaceitável” e que o Executivo está mobilizando esforços para proteger o sistema de pagamentos. “Vamos proteger o Pix, o Banco Central e o interesse nacional. Essa pressão externa não será aceita. O Brasil tem autonomia e um sistema de pagamentos que é exemplo mundial”, frisou.

Na avaliação do deputado Chico Alencar (PSol-RJ), a iniciativa dos EUA representa uma “chantagem comercial” para favorecer multinacionais financeiras e sufocar a concorrência dos países em desenvolvimento. “É mais uma expressão da velha lógica imperialista: sufocar quem ousa inovar. O Pix mostra que é possível ter um sistema público, eficiente e gratuito. Por isso incomoda”, afirmou.

Para o deputado Reginaldo Veras (PV-DF), a movimentação de Trump é uma “bravata geopolítica” com motivação puramente econômica. “Ele queria interferir numa tecnologia 100% nacional, que é o Pix, mas, no fundo, é uma disputa de mercado. À medida que os brasileiros fazem suas transações via Pix, sem custo, ele minimiza a utilização de cartões como Visa e Mastercard, que são empresas norte-americanas e deixam de arrecadar por meio de taxas (de manutenção)”, observou.

Já o deputado Kim Kataguiri (União Brasil-SP) alertou que o presidente dos EUA está instrumentalizando o Brasil. “O Trump utilizou o Bolsonaro como uma desculpa para impor uma tarifa que ele queria baixar por interesses próprios dos Estados Unidos. Não tem ingenuidade de achar que ele tem qualquer preocupação com liberdade de expressão ou Supremo. Outros 21 países também sofreram sanções semelhantes, sem Bolsonaro ou qualquer perseguição política”, frisou.

O presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), considera que a ofensiva de Trump é um ataque à soberania econômica do Brasil. “O Pix é uma das tecnologias de pagamento mais modernas do mundo. Ele é uma inovação brasileira de impacto global, inclusive já copiada pelos Estados Unidos, que implementaram o FedNow com base no nosso modelo. Não há absolutamente nenhuma base técnica ou comercial para essa investigação”, observou.

PODER

Reitores rechaçam intervenção externa

Para docentes, elevação de tarifas por Washington é política e clã Bolsonaro lesa a Pátria

» ALÍCIA BERNARDES*

Um grupo de ex-reitoras e ex-reitores de universidades federais brasileiras divulgou, ontem, um manifesto em defesa da soberania nacional e contra as recentes declarações do presidente Donald Trump. No texto, os integrantes do coletivo Reitores pela Democracia repudiavam a tentativa de interferência estrangeira no Judiciário brasileiro e denunciavam o caráter político da decisão norte-americana de elevar para 50% a tarifa de importação de produtos nacionais.

O estopim para a manifestação foi o fato de que a carta de Trump ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na qual o presidente norte-americano informa sobre a elevação tarifária e utiliza, segundo os signatários, de argumentos falsos para acusar perseguição política a Jair Bolsonaro. O documento dos reitores classifica a medida como uma afronta à soberania brasileira e lembra que o ex-presidente foi condenado à inelegibilidade pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por abuso de poder político ao utilizar as comemorações do Bicentenário da Independência para fazer campanha à reeleição.

“Essas atitudes caracterizam fortemente que o clã Bolsonaro e seus apoiadores lesam a Pátria e ignoram o povo brasileiro”, afirmam os ex-reitores no manifesto. O grupo critica, ainda, a atuação do deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que atualmente vive nos Estados Unidos, e o acusa de usar recursos públicos para desacreditar as instituições brasileiras no exterior.

Transparência

Os reitores também destacam que o processo contra Bolsonaro está sendo conduzido de forma “democrática, soberana e transparente” pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Os ex-dirigentes universitários se somam a outros setores da sociedade — como lideranças políticas, economistas, reitores em exercício, cientistas e representantes do setor produtivo — contra a agressão comercial anunciada por Trump. Eles defendem a adoção de medidas de reciprocidade e instam o Congresso a atuar em defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito.

“Como educadores, gestores e pessoas da ciência, nos colocamos lado a lado à sociedade brasileira,

Reprodução/Redes sociais



Campanha nas redes para enfatizar o repúdio à interferência dos EUA

» Lula fará pronunciamento

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva gravou, ontem, um pronunciamento oficial sobre as tarifas impostas pelo presidente Donald Trump. O vídeo deve ser veiculado hoje em rede nacional de rádio e televisão. O tom, porém, deverá ser o mesmo da nota em resposta ao líder norte-americano — quando o presidente defendeu a soberania brasileira e a aplicação de medidas recíprocas aos Estados Unidos. O decreto que regulamenta a Lei da Reciprocidade Econômica foi publicado no Diário Oficial da União, na terça-feira. Aprovada pelo Congresso em 2 de abril, o dispositivo estabelece critérios de proporcionalidade para a adoção de medidas em resposta a barreiras impostas a produtos e interesses brasileiros.

Trump defende ex-presidente mais uma vez

Anna Moneymaker/Getty Images via AFP



Enquanto o governo brasileiro tenta afastar o ingrediente político das negociações, o presidente Donald Trump voltou, ontem, a defender Jair Bolsonaro — um dos argumentos usados para taxar o Brasil foi o julgamento por tentativa de golpe de Estado enfrentado pelo ex-presidente. “Conheço Bolsonaro e acredito que ele seja um homem honesto”, disse. Também ontem, a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) no caso, chamando a Corte em rede social de “Supremo Tribunal de Moraes” ao se referir ao ministro Alexandre de Moraes, que conduz a ação contra Bolsonaro.

de intervenção externa. Em vídeo, observa que “aqui, quem manda é a gente” e que “Brasil se escreve com S e não com Z”.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

MDIC e Itamaraty reforçam pedido de diálogo

» EDUARDA ESPOSITO
» RAFAELA GONÇALVES
» FRANCISCO ÁRTUR DE LIMA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e o chanceler Mauro Vieira enviaram uma nova carta ao secretário de Comércio dos Estados Unidos, Howard Lutnick, e ao representante de Comércio do país, Jamieson Greer, em busca de um acordo sobre as tarifas de 50% sobre produtos brasileiros impostas pelo governo norte-americano. Alckmin afirmou que o governo brasileiro já havia enviado outras cartas formais aos Estados Unidos para negociar as tarifas, desde a primeira rodada de sanções, mas não obteve qualquer resposta.

“Nós enviamos uma carta há cerca de dois meses, tratando de um possível acordo, de entendimento. Mas, até agora, não tivemos resposta. Então, o que vamos fazer agora é encaminhar uma nova carta, reafirmando que seguimos aguardando retorno e seguimos empenhados em resolver esse problema”, disse, para acrescentar: “Queremos negociação. O bom é que se resolva nos próximos dias. Se houver necessidade nessa negociação de prorrogar (o prazo para



Queremos negociação. O bom é que se resolva nos próximos dias. Se houver necessidade nessa negociação de prorrogar (o prazo para início das tarifas), não vejo problema”

Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, depois de reunir-se com o presidente da Câmara Americana de Comércio para Brasil

início das tarifas), não vejo problema”, afirmou Alckmin, ontem, após reunião com o presidente da Câmara Americana de Comércio para Brasil (Amcham Brasil), Abrão Neto, na sede do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

No novo documento, o Brasil manifestou “indignação” com o anúncio feito em 9 de julho, que impôs a tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros exportados aos EUA a partir de 1º de agosto. Em nota oficial, o governo brasileiro advertiu que a medida pode ter “impacto muito negativo em setores importantes de ambas as economias” e ameaçar “uma parceria

econômica historicamente forte e profunda” entre os dois países.

“Nos dois séculos de relacionamento bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, o comércio provou ser um dos alicerces mais importantes da cooperação e da prosperidade entre as duas maiores economias das Américas”, afirma.

Desde antes da adoção das chamadas tarifas recíprocas, em 2 de abril, o Brasil diz ter mantido “conversas contínuas e de boa-fé” com autoridades norte-americanas. De acordo com a nota, o objetivo sempre foi buscar “alternativas para aprimorar o comércio bilateral”, mesmo diante de um desequilíbrio persistente na balança comercial.

O documento destaca, ainda, que o Brasil acumula déficits comerciais com os EUA que somam quase US\$ 410 bilhões nos últimos 15 anos — tanto em bens quanto em serviços.

Minuta confidencial

Com o intuito de destravar as negociações, o governo brasileiro afirma ter apresentado, em 16 de maio, uma “minuta confidencial de proposta” que indicava áreas nas quais seria possível avançar em soluções conjuntas. Até o momento, segundo o Ministério das Relações Exteriores, não houve resposta oficial do governo norte-americano.

“Com base nessas considerações e à luz da urgência do tema, o governo do Brasil reitera seu interesse em receber comentários do governo dos EUA sobre a proposta brasileira”, diz o comunicado.

“O Brasil permanece pronto para dialogar com as autoridades americanas e negociar uma solução mutuamente aceitável sobre os aspectos comerciais da agenda bilateral, com o objetivo de preservar e aprofundar o relacionamento histórico entre os dois países e mitigar os impactos negativos da elevação de tarifas em nosso comércio bilateral”, completa.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Trump deu a Lula uma bandeira nacional: “O Pix é nosso!”

Depois do tarifaço de 50% sobre as exportações brasileiras, o presidente Donald Trump resolveu abrir investigações sobre supostas violações das relações comerciais entre os dois países, cujos alvos vão do comércio da Rua 25 de Março, em São Paulo, o maior mercado fornecedor de pequenos empreendedores do país, à utilização do Pix como meio de pagamento. Isso deu de bandeja para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva uma bandeira popular até então improvável: “O Pix é Brasil e dos brasileiros”.

Em janeiro passado, a fake news de que as operações com o Pix seriam taxadas pelo governo federal foi o principal gatilho para a queda abrupta de popularidade de Lula, num momento em que a economia registrava crescimento, pleno emprego e elevação da renda média. Agora, o que foi uma de suas maiores dores de cabeça, o Pix virou bálsamo para o governo, em meio à maior crise diplomática e comercial com os Estados Unidos.

O sistema de pagamentos instantâneos lançado pelo Banco Central (BC) em 2020, ou seja, em pleno governo Bolsonaro, tornou-se símbolo de modernização, inclusão financeira e, agora, de soberania nacional. Com mais de 175 milhões de usuários e aceitação quase universal — 93% da população adulta utiliza o serviço —, é o meio de pagamento mais popular do país. Supera dinheiro físico, TEDs, DOCs e cartões de débito, e ameaça o mercado de crédito com ferramentas como o Pix Parcelado e o Pix Automático.

Qual a verdadeira razão de Trump mandar investigar o Pix? Por trás da sua decisão, estão a Meta e as bandeiras de cartão de crédito norte-americanas Mastercard e Visa. O sucesso doméstico do Pix contraria essas empresas de tecnologia dos Estados Unidos. Um comunicado recente do USTR (United States Trade Representative), embora não cite explicitamente o Pix, afirma que o Brasil “pode prejudicar a competitividade de empresas americanas” nos setores de comércio digital e pagamentos eletrônicos.

O órgão cita supostas restrições à operação de big techs e retaliações por “não censurarem discursos políticos”, uma alusão à regulamentação das redes sociais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mas a verdadeira causa é o fato de a Meta, dona do WhatsApp, não ter conseguido transformar o Brasil em vitrine de um sistema de pagamentos via esse aplicativo. Em 2020, o BC e o Cade retardaram o lançamento do serviço, alegando riscos ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). Quando o WhatsApp Pay chegou ao mercado, em maio de 2021, o Pix já dominava as transferências entre pessoas físicas. As bandeiras Visa e Mastercard, que concentram o mercado de cartões no Brasil, também perderam terreno: o Pix eliminou tarifas e universalizou transferências, por fora do controle privado.

Moderno e eficiente

O Pix é um “case” de moderno e universal sistema de pagamentos, que pode ser adotado por qualquer outro BC. Nos EUA, o FedNow, sistema de pagamentos instantâneos do Federal Reserve (o BC norte-americano), tem adesão voluntária e disputa espaço com serviços privados como RTP e Zelle. No Brasil, a participação compulsória de bancos e instituições de pagamento garantiu essa universalidade e a inclusão de microempreendedores e trabalhadores informais no sistema financeiro. O Pix e as fintechs “banca-ri-ram” cerca de 60 milhões de brasileiros em 10 anos.

A decisão de Trump contra o Pix escala a crise comercial e diplomática, com o agravante de que agride a institucionalidade de nossa economia naquilo que ela tem de mais moderno e eficiente: sua superestrutura financeira. Entretanto, do ponto de vista político, favorece em muito Lula, que agora tem uma bandeira de campanha muito popular. A campanha “O petróleo é nosso”, na década de 1950, que contrariou os EUA, por exemplo, levou à criação da Petrobrás, que é um símbolo da soberania nacional até hoje.

Lula adotou um tom firme e nacionalista. “O Pix é do Brasil e dos brasileiros! Parece que nosso Pix vem causando um ciúme danado lá fora, viu? Tem até carta reclamando da existência do nosso sistema seguro, sigiloso e sem taxas. Só que o Brasil é o quê? Soberano. E tem muito orgulho dos mais de 175 milhões de usuários do Pix, que já é o meio de pagamento mais utilizado pelos brasileiros. Nada de mexer com o que tá funcionando”, publicou o perfil do governo nas redes sociais.

As tensões em torno do Pix, porém, somam-se a um cenário ainda muito complicado, por causa das tarifas impostas pelo governo norte-americano a produtos brasileiros. Segundo levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o chamado tarifaço pode reduzir em R\$ 19,2 bilhões o PIB brasileiro (-0,16%), derrubar exportações em R\$ 52 bilhões e extinguir 110 mil empregos. Os estados mais prejudicados serão São Paulo (-R\$ 4,4 bi), Rio Grande do Sul (-R\$ 1,9 bi), Paraná (-R\$ 1,9 bi), Santa Catarina (-R\$ 1,7 bi) e Minas Gerais (-R\$ 1,66 bi).

Setores como aeronaves e embarcações (-22,3% nas exportações), tratores e máquinas agrícolas (-11,3%) e carnes de aves (-11,3%) serão os mais atingidos. Os EUA absorveram 78,2% das exportações da indústria brasileira em 2024. A CNI calcula que o tarifaço pode derrubar o PIB americano em 0,37% e provocar uma retração de 2,1% no comércio mundial (US\$ 483 bilhões). Para o presidente da CNI, Ricardo Alban, trata-se de uma política “perde-perde”.

QUAL A VERDADEIRA RAZÃO DE TRUMP MANDAR INVESTIGAR O PIX? POR TRÁS DA SUA DECISÃO, ESTÃO INTERESSES DA META E DAS BANDEIRAS DE CARTÃO DE CRÉDITO MASTERCARD E VISA

LEGISLATIVO

PL da Devastação resiste

Deputados articulam acordo para aprovar matéria que afrouxa regras sobre licenciamentos ambientais, apesar de protestos

» ISRAEL MEDEIROS

O projeto que afrouxa a concessão e a renovação de licenças ambientais no Brasil passou pela última etapa de tramitação no Congresso antes de virar lei. O texto, apelidado por ambientalistas como PL da Devastação manteve a maioria das alterações feitas no Senado, inclusive, aquelas apontadas como as mais problemáticas por especialistas em preservação do meio ambiente.

A matéria recebeu 32 emendas dos senadores. Uma delas incorporou atividades de mineração de grande porte ou de alto risco no escopo do projeto. Essa alteração, segundo especialistas, abre espaço para novos desastres ambientais, como o rompimento de barragens de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), já que esses empreendimentos passam a ter regras mais frouxas.

Os senadores também incluíram o Licenciamento Ambiental Especial (LAE) para dispor sobre autorizações de empreendimentos considerados “estratégicos”, podendo incluir, por exemplo, a exploração de petróleo na Margem Equatorial. O trecho foi mantido no relatório do deputado Zé Vitor (PL-MG). Foi mantido o prazo de cinco a 10 anos para a validade da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) — que, na prática, é uma espécie de autolicensing. Outra mudança dispensou empresas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto de obter licenças ambientais até o cumprimento das metas de universalização do saneamento, em 2033.

Usinas de triagem de resíduos sólidos, de reciclagem e outras atividades com potencial de impacto direto no meio ambiente, também terão mais flexibilidade para operar no país. “As emendas oriundas do Senado promovem aprimoramentos

Kayo Magalhães



Projeto de lei com novas regras para o licenciamento ambiental passa a ser apreciado pela Câmara após aprovação no Senado

e inovações no texto aprovado na Câmara e que, em grande medida, contribuem para o atingimento dos propósitos do projeto, que consistem em estabelecer regras claras e objetivas para o licenciamento ambiental”, escreveu o deputado Zé Vitor (PL-MG), no relatório.

Das 32 emendas incluídas pelos senadores, 27 foram mantidas pelo relator. Outras três foram aprovadas parcialmente e uma — que tratava da obrigatoriedade de emissão de licença urbanística e ambiental integrada em casos com abastecimento público de água potável e

coleta e tratamento de esgoto para a aprovação de projetos ou atividades — foi rejeitada.

No início da sessão na Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), pediu que os partidos evitassem obstruir os trabalhos para tentar votar o máximo possível de projetos — já que o recesso parlamentar começa na próxima semana. A proposta foi rejeitada e o que se seguiu foi uma série de questões de ordem por parte de deputados alinhados à esquerda — quando os parlamentares apontam incoerências com

base no regimento. O movimento irritou Motta, que disse aos deputados que passaria a ser mais rígido com o cumprimento do regimento, inclusive sem flexibilizar o tempo de fala dos parlamentares. Cumpriu a promessa.

Depois das 21h, mesmo com quórum alto (havia mais de 500 deputados na sessão), os deputados ainda não sabiam se votariam o novo licenciamento ambiental, já que havia uma movimentação capitaneada pelo PSol para atrasar as discussões. Os deputados votaram primeiro requerimentos de

urgência e projetos com menor resistência e, até o fechamento desta edição, a votação da proposta não havia começado.

No plenário, diversos representantes de entidades ambientalistas circularam durante o dia para pressionar os parlamentares a adiar a votação. O presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Rodrigo Agostinho, também acompanhou a sessão.

Ao longo dos discursos, deputados criticaram o projeto. O deputado Rogério Correia (PT-MG),

lembrou dos desastres ambientais em Minas Gerais causados por mineradoras. O deputado Chico Alencar (PSol-RJ) disse que não há progresso sem preservação ambiental. “Não dá para, em nome de um desenvolvimento nada sustentável, falar do progresso ou do pleno emprego, atropelando, afetando, atacando, depredando o nosso meio ambiente, que é uma das maiores riquezas do Brasil”, pontuou.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (PP-PR), por sua vez, defendeu a aprovação do projeto e disse que o texto tinha apoio até de ministros do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Só tivemos 13 votos contrários no Senado Federal. O governo está dividido no tema. Se ligar para diversos ministros da Esplanada, eu estive com três hoje pela manhã, verá que são favoráveis ao projeto, para o destravamento do Brasil, para as grandes obras de infraestrutura, para o desenvolvimento do nosso país”, argumentou.

Diversas organizações ligadas à causa ambiental e à defesa da ciência criticaram o texto ao longo dos últimos dois meses. Ontem, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência aprovou um manifesto com aval de mais de 160 instituições em que alerta para o risco de degradação dos biomas brasileiros. “O PL ignora solenemente o estado de emergência climática em que a humanidade se encontra, e o fato de que quatro biomas brasileiros (floresta Amazônica, Cerrado, Pantana e Caatinga) estão muito próximos dos chamados de “pontos de não retorno”. Se ultrapassados estes pontos, estes biomas poderão entrar em colapso ambiental”, diz um trecho do documento.

Senado aprova, em primeiro turno, nova PEC dos precatórios

» VANILSON OLIVEIRA

O Senado Federal aprovou, ontem, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/2023, que modifica as regras de pagamento de precatórios (dívidas judiciais que não cabem recurso), adiando o pagamento de parte dessas dívidas, recriando o calote que ocorreu em 2021, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O texto-base foi aprovado por 62 votos favoráveis e 4 contrários, mas ainda restam destaques a serem analisados. A continuidade da votação ficará para após o recesso parlamentar.

A nova PEC dos Precatórios, de autoria do Senado e já aprovada na Câmara dos Deputados, em dois turnos, altera o tratamento dos precatórios no âmbito das finanças públicas federais, estaduais e municipais. O texto retira, a partir de 2026, os precatórios federais do limite de despesas primárias do Executivo, estabelecido pelo atual arcabouço fiscal. Também impõe um limite para o pagamento dessas dívidas judiciais por estados e municípios e autoriza o refinanciamento de débitos previdenciários desses

entes federativos com a União.

O objetivo da proposta é permitir maior previsibilidade e controle sobre o impacto dessas dívidas judiciais nas contas públicas, mas a medida é vista com preocupação por especialistas em contas públicas. Embora a PEC retire os precatórios do teto de gastos em 2026, quando ocorrem as eleições presidenciais, está previsto o retorno gradual desses valores às metas fiscais a partir de 2027. Segundo o texto, a cada ano, 10% do estoque total de precatórios será reincorporado ao limite fiscal estabelecido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), garantindo a diluição do passivo ao longo do tempo.

A exclusão temporária dos precatórios das regras do arcabouço fiscal permitirá ao governo federal maior flexibilidade para cumprir a meta de resultado primário de 2026, estimada em R\$ 34 bilhões, o equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para o período. O estoque total de precatórios estimado para 2026 gira em torno de R\$ 70 bilhões.

Além disso, o texto aprovado pelo Senado segue entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF),



“Foi um trabalho de equipe”, afirmou Simone Tebet sobre a PEC

que autorizou a utilização de créditos extraordinários até 2026 para quitação de valores excedentes de precatórios, sobretudo aqueles decorrentes de regras consideradas inconstitucionais pela Corte, introduzidas pela Emenda Constitucional 114 (PEC Emergencial).

Embora permita a exclusão dos precatórios do limite de despesas primárias, a proposta não altera a base de cálculo do limite fiscal, preservando o arcabouço fiscal aprovado anteriormente. Com a aprovação em primeiro turno, o Senado retomará a votação

da proposta após o recesso parlamentar, quando será concluída a análise dos destaques e o segundo turno de votação.

Defesa de Tebet

Apesar das críticas de economistas sobre o impacto fiscal da proposta, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, voltou a defender, ontem, a PEC 66/2023, aprovada pela Câmara dos Deputados. Segundo ela, a matéria representa uma solução fiscalmente responsável e juridicamente segura para o pagamento dos precatórios da União.

A ministra disse que a medida contribui para garantir previsibilidade ao governo e ao próximo presidente da República. “A decisão da PEC 66 aprovada na Câmara foi a melhor solução. Uma decisão equilibrada, que pode ter uma ou outra questão, mas dos males o menor. Ela resolve o problema a partir de 2027, dando segurança jurídica, previsibilidade e certeza de que nós não precisaremos mexer nas metas fiscais dos exercícios de 2025, de 2026, de 2027 e de 2028”, declarou a ministra durante

entrevista concedida no Senado.

De acordo com Tebet, o texto aprovado organiza o pagamento das dívidas judiciais sem gerar desequilíbrio fiscal no curto prazo. Ela explicou que, em 2026, o Orçamento será pressionado apenas por uma decisão do Supremo, relacionada à ampliação do pagamento de licença-maternidade, com impacto estimado acima de R\$ 10 bilhões anuais.

“O único espaço fiscal aberto vai ser absorvido por uma decisão judicial do Supremo. Vai gerar um custo adicional ao orçamento brasileiro, a partir do ano que vem e todos os anos, de mais de R\$ 10 bilhões, que é em relação à licença maternidade. Sem entrar no mérito, que eu acho absolutamente justo, como mulher e como mãe, mas que causa esse impacto”, ressaltou.

Tebet destacou ainda que a proposta foi construída em articulação com diferentes áreas do Executivo e do Congresso. “Foi um trabalho de equipe que saiu do MPO, mas teve o apoio da Fazenda, da Casa Civil, da equipe econômica e política do governo”, enfatizou a ministra, elogiando a receptividade do Senado à proposta.

Incentivo permanente ao esporte

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 234/2024, que transforma a Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) em uma política pública permanente. A medida encerra a necessidade de prorrogações periódicas da legislação — atualmente válida até 2027 — e amplia o teto de dedução do Imposto de Renda para empresas, passando de 2% para até 3%, mantendo o limite de 7% para pessoas físicas. A proposta segue para sanção presidencial.

Com a nova regra, União, estados, Distrito Federal e municípios poderão conceder e ampliar incentivos fiscais destinados a projetos esportivos em todo o país. A expectativa do governo e do Congresso é fortalecer desde a base, com ênfase

no esporte educacional e de participação, até o alto rendimento, democratizando o acesso à prática esportiva e estimulando investimentos privados.

A senadora Leila Barros (PDT-DF), relatora da proposta, destacou a segurança institucional que a nova lei proporcionará ao setor. “Ao tornar a Lei de Incentivo permanente, damos segurança jurídica, previsibilidade e fortalecemos a base do esporte nacional. A LIE é uma das políticas públicas mais eficazes na promoção de inclusão social, geração de empregos e valorização da cidadania por meio do esporte”, afirmou.

Criada em 2007, a LIE permite que empresas e pessoas físicas destinem parte do Imposto de Renda devido a projetos esportivos

previamente aprovados pelo Ministério do Esporte. Segundo dados do Instituto Sou do Esporte e do Comitê Olímpico do Brasil (COB), desde a criação, a política viabilizou a captação de mais de R\$ 6,3 bilhões, beneficiando cerca de 1 milhão de brasileiros por ano. Somente em 2024, a pasta contabilizou 6.664 projetos cadastrados, movimentando R\$ 1,13 bilhão em recursos privados.

Os impactos econômicos da lei também são expressivos. Cada real investido por meio da LIE gera um retorno médio de R\$ 12,83 para a economia nacional, segundo relatórios citados pelos senadores. O setor esportivo movimentou R\$ 183,4 bilhões em 2023 — o equivalente a 1,69% do Produto Interno Bruto

(PIB) do país — e emprega diretamente mais de 3 milhões de pessoas.

O senador Romário (PL-RJ), defensor histórico da proposta, celebrou a aprovação. “Cada criança que frequenta centros de formação esportiva, cada pessoa que pratica alguma modalidade como qualidade de vida e cada atleta que depende desse recurso podem treinar e melhorar seu desempenho. Respirem. Podem respirar aliviados”, declarou. O senador Carlos Portinho (PL-RJ), advogado especializado em direito esportivo, reforçou o valor institucional da medida. “O Senado dá uma resposta importante para o projeto, um projeto que transforma realmente a vida das pessoas. A lei de incentivo ao esporte é fundamental”. (VO)

Andressa Anholete/Agência Senado



Senadora Leila Barros (PDT-DF): segurança jurídica e previsibilidade

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
(COM EDUARDA ESPOSITO)
calexa1970@gmail.com

Autoelogio

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), afirma que não foi sorte a aprovação de mais de 100 textos de interesse do Planalto. “Foi muita articulação, isso sim”, defendeu. Para o líder, uma “pequena derrota” ganha muito destaque, mas diversas vitórias não seriam levadas em conta.

Houve acordo

Segundo o próprio líder, a decisão de Moraes sobre o IOF vai de encontro ao acordo feito na última segunda-feira entre líderes do governo, os presidentes das Casas e ministros do Executivo. Ficou decidido que o ministro do STF diria o que valeria no IOF e o governo terminaria de pacificar o caminho após a decisão.

Tabelinha

O ministério da Fazenda deveria enviar um projeto à Câmara dos Deputados para corte de benefícios tributários e fiscais. Entretanto, um acordo feito entre o ministro Fernando Haddad e o relator do projeto de benefícios, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), acabou com essa ideia. O relator vai incorporar a proposta de corte do governo no relatório da matéria do senador Esperidião Amin (PP-SC) para evitar “começar do zero”.

Voz do povo

Outros temas econômicos agitaram a Câmara dos Deputados ontem. Enquanto a Comissão Especial aprovava mudanças no Imposto de Renda, o auditório Nereu Ramos foi palco do lançamento de um plebiscito sobre o fim da jornada de trabalho 6x1, além de taxação de super-ricos e isenção do IR para quem ganha R\$ 5 mil. A iniciativa é de movimentos sociais e centrais sindicais. A consulta on-line é até setembro.

Basta de racismo

A deputada Enfermeira Rejane (PCdoB-RJ) denuncia, mais uma vez, racismo por parte dos funcionários da Câmara. À coluna, a deputada disse que passará a fotografar os autores e redigir um relatório a ser entregue para o presidente da Casa. “Antes de procurarem o broche (de parlamentar), olham a cor da pele. O racismo está dentro deles”, protesta.

Onda de otimismo entre governistas

Vitorioso na queda de braço com o Congresso Nacional a respeito do Imposto de Operações Financeiras (IOF) após a decisão favorável do ministro Alexandre de Moraes, do STF, o Executivo está otimista com o saldo positivo na relação com o Legislativo. Nas contas da bancada governista, a aprovação de 117 matérias de interesse do Planalto na Câmara dos Deputados, no primeiro semestre, justifica um otimismo na recuperação da popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Muitos aliados ressaltam que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), contribuiu muito para o resultado. Isso

porque alguns dos textos aprovados ajudaram o governo a resolver o ano fiscal de 2026. Foram sete medidas provisórias de crédito extraordinário aprovadas em plenário.

Na ótica dos governistas, o apoio incondicional do Legislativo ao governo Lula nas negociações com os Estados Unidos, anunciado em conjunto pelo deputado Hugo Motta e o senador Davi Alcolumbre, também contribui para o bom momento. A mobilização contra a taxação de produtos brasileiros deve agregar mais apoio. “Se usarem o ataque do Trump ao Pix, Lula bate 60% de aprovação”, aposta um parlamentar governista.



“Sai lágrima”

Não é a primeira vez que a deputada se manifesta sobre o problema — inclusive em plenário. Rejane pretende sugerir ao presidente da Casa, Hugo Motta, que encomende para o corpo de funcionários um curso sobre racismo estrutural com a União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegros) de Brasília. A finalidade é conscientizar sobre essa questão social e treinar servidores e terceirizados. “Fico muito abalada quando acontece, não consigo falar, sai lágrima”, desabafou à coluna.

Glauber fica...

... por enquanto. Com a última semana de trabalhos da Câmara dos Deputados cheia de pautas importantes a serem votadas e polêmicas econômicas externas, a cassação do deputado Glauber Braga (PSol-RJ) ficou para depois. Como o presidente Hugo Motta não colocou o tema em pauta, o deputado pelo Rio de Janeiro voltará no segundo semestre.

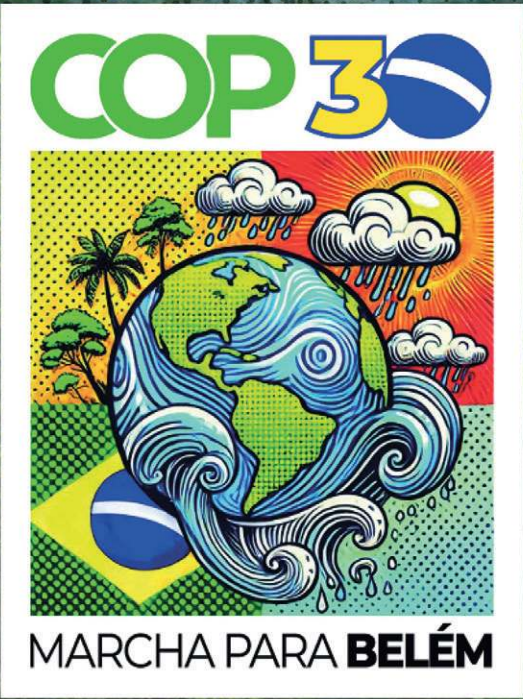
Dissuasão

Aliados apostam em uma virada no movimento pela cassação. Eles entendem que os diversos casos de suspensão nos últimos meses — como o que ocorreu com André Janones (Avante-MG) e Gilvan da Federal (PL-ES) — podem dissuadir a Casa de impor a perda de mandato a Braga. Por sinal, na votação que determinou a punição a André Janones, Glauber Braga se solidarizou com o colega, afirmando que o julgamento do colegiado é injusto.

Regimentalidade

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), não gostou nada do kit obstrução dos parlamentares durante a última sessão antes do recesso. E por isso, decidiu que a presidência também seria extremamente fiel ao regimento e não ampliaria mais o tempo de fala de nenhum Deputado no Plenário.

(Colaborou Israel Medeiros)



O futuro *caminha* com a gente

O **Correio Braziliense** traz para você a cobertura completa da **COP 30**

Em contagem regressiva para a COP30, um dos eventos ambientais mais importantes do planeta, o Correio Braziliense lança um conjunto de iniciativas para ampliar o debate e mobilizar a sociedade em torno dos desafios e soluções para as mudanças climáticas.

Junte-se a nós nessa jornada. O futuro é agora – e começa com informação, engajamento e ação.



Leia o QR Code e entre em contato com o nosso comercial.



realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO





Como foi a tragédia



Na madrugada de ontem, por volta das 4h, uma carreta bateu em dois veículos — um ônibus e um micro-ônibus — com estudantes e funcionários da Universidade Federal do Pará. A caravana seguia para o congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Goiânia.



O acidente aconteceu no quilômetro 2 da BR-153, próximo a Porangatu (GO). Segundo informações preliminares, o caminhão invadiu a faixa contrária e colidiu frontalmente com o primeiro ônibus do comboio, que transportava 25 alunos, dois motoristas e um orientador.



O choque entre os veículos matou cinco pessoas. Oito pessoas sofreram ferimentos graves, e cinco, ferimentos moderados. As vítimas foram encaminhadas a hospitais de Porangatu (GO), Uruaçu (GO) e Alvorada (TO).

ATÉ O FECHAMENTO DA EDIÇÃO, FORAM IDENTIFICADOS APENAS:

Welfesom Campos Alves, militante da UJR e do Unidade Popular

Leandro Souza Dias, militante da UJR e do Unidade Popular

Ana Letícia Araújo Cordeiro, estudante da UFPA

Ademilsom Militão, motorista e servidor da UFPA

VIOLÊNCIA NAS ESTRADAS

Carreta colide com dois ônibus levando estudantes universitários, o que resulta em, pelo menos, cinco vítimas fatais e 75 feridos

Acidente na BR-153 deixa cinco mortos

» ALINE GOUVEIA
» CAETANO YAMAMOTO*

Um grave acidente envolvendo um comboio de ônibus levando estudantes universitários, na madrugada de ontem, no Km 2 da BR-153, em Porangatu (GO). A colisão entre uma carreta de grande porte, um ônibus, um micro-ônibus e outros dois veículos deixou, pelo menos, cinco mortos e 75 feridos.

Conforme dados do Corpo de Bombeiros, os dois ônibus integravam um comboio de quatro veículos com estudantes da Universidade Federal do Pará (UFPA) para o 60º Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), em Goiânia. As vítimas ficaram presas nas ferragens e foram atendidas pelos Bombeiros, pelo Serviço Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a concessionária Ecovias do Araguaia, concessionária da rodovia.

As causas do acidente serão investigadas, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Mas informações preliminares indicam que a carreta trafegava no sentido contrário aos ônibus quando invadiu a faixa na contramão e colidiu frontalmente com o primeiro ônibus do comboio da UFPA. O veículo levava 25 alunos, dois motoristas e um orientador.

Com o impacto, quatro ocupantes do ônibus — o motorista e três estudantes — morreram no local. O motorista da carreta também não resistiu aos ferimentos, informou a PRF. Já o passageiro do caminhão foi socorrido com ferimentos graves. O segundo ônibus do comboio da universidade também foi atingido, mas nenhum passageiro ficou ferido. Os outros dois veículos do grupo não se

envolveram no acidente.

De acordo com a Ecovias Araguaia, a tragédia teve registro de 75 vítimas, 57 sem ferimentos. Oito vítimas tiveram ferimentos graves e cinco, ferimentos moderados. Os acidentados foram direcionados aos hospitais de Porangatu (GO), Uruaçu (GO) e Alvorada (TO). Uma das vítimas foi seriamente lesionada no olho, e, segundo a Secretária de Estado de Saúde de Goiás (SES-GO), foi encaminhada para a Fundação Banco de Olhos de Goiás (Fubog), e outro que está em estado grave foi transferido para um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Estadual do Centro-Norte Goiano (HCN), em Uruaçu.

As vítimas fatais do ônibus foram: Welfesom Campos Alves, militante da UJR e do Unidade Popular; Leandro Souza Dias, militante da UJR e do Unidade Popular; Ana Letícia Araújo Cordeiro, estudante da UFPA; e Ademilsom Militão, motorista e servidor da UFPA. A UNE informou, nas redes sociais, que haverá uma homenagem póstuma aos estudantes que morreram a caminho do Congresso, às 19h, no evento.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lamentou o acidente nas redes sociais e escreveu que recebeu a notícia com profunda tristeza. “Neste momento de dor, manifesto a solidariedade às famílias e amigos das vítimas e aos colegas, professores e a toda a comunidade universitária atingida. Que as famílias encontrem conforto e amparo para atravessar este momento tão difícil”, escreveu. Na manhã de hoje, o chefe do Executivo embarca para Goiânia, onde participará da cerimônia

Divulgação/Corpo de Bombeiros



Colisão ocorreu em Porangatu (GO), com comboio de ônibus a caminho do Congresso da UNE, em Goiânia

de abertura do Congresso da UNE, no Centro de Cultura e Eventos da UFG, e, da capital goiana, seguirá para Petrolina no início da tarde.

O governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), prestou solidariedade aos familiares das vítimas e também lamentou o acidente nas redes sociais. “Recebi com profunda tristeza a notícia do acidente envolvendo estudantes da UFPA na BR-153, em Goiás. Jovens que saíram do Pará cheios de sonhos para participar do Congresso da UNE. Minha solidariedade às famílias das vítimas e orações por todos os feridos. Estamos em contato com

as autoridades locais para acompanhar a situação e o estado do Pará está à disposição para colaborar no que for necessário”, escreveu.

Ao lamentar a tragédia em nota, o governador em exercício de Goiás, Daniel Vilela (MDB), disse que o estado está à disposição das autoridades do Pará para prestar toda a assistência necessária. “Nossas equipes de saúde, segurança e atendimento social foram acionadas desde as primeiras horas e seguem mobilizadas para garantir acolhimento, suporte e cuidados aos feridos e familiares. Neste momento de luto, rogo a Deus que

conforte os corações enlutados e conceda pronta recuperação aos feridos”, frisou.

A presidente da UNE, Manuela Mirella, anunciou medidas imediatas após a tragédia, nas redes sociais, como acolhimento estruturado para familiares e amigos na UFG e identificação das vítimas.

A Universidade Federal do Pará (UFPA) decretou, em respeito às vítimas e familiares, luto de três dias. A Universidade informou que está mobilizada para oferecer todo apoio necessário às famílias e às vítimas envolvidas e manifesta solidariedade, “compartilhando o luto

que atinge toda a instituição neste momento tão difícil”.

A instituição também manifestou pesar diante da tragédia e disse que está em contato para auxiliar no que for necessário os familiares das vítimas. Em nota, a Universidade de Brasília (UnB) também demonstrou consternação sobre o acidente. “Em nome de toda a comunidade universitária da UnB, expressamos nossa solidariedade às famílias e aos amigos das vítimas, assim como à comunidade acadêmica da UFPA, diante de uma perda tão dolorosa”, informou.

Rodovia perigosa

A BR 153-GO é administrada por dois consórcios privados, a Ecovias do Araguaia e a Concessionária Concebra. A Ecovias do Araguaia é responsável pelo trecho entre Aliança do Tocantins (TO) e Anápolis (GO) — região onde aconteceu o acidente —, enquanto a Concebra administra o trecho entre Anápolis e a divisa com Minas Gerais.

Segundo boletim feito pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a rodovia foi ranqueada como a 10ª estrada mais perigosa do Brasil nos últimos dois anos. Em 2023, registrou 2.142 sinistros, sendo 1.513 sinistros sem vítimas feridas, 560 tiveram vítimas com ferimentos e 69, com óbitos. Em 2024, o número de sinistros foi maior, passou para 2.286, mas o número de sinistros com mortes caiu para 61, 1.507 não tiveram vítimas feridas e 718 sinistros tiveram feridos.

*Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

MEIO AMBIENTE

reprodução



Talíria Petrone (PSol-RJ): momento histórico e trágico para o Brasil

COP30 em meio a retrocesso climático

» DANANDRA ROCHA

Às vésperas de sediar a 30ª Conferência sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), a COP30, marcada para o fim do ano, em Belém, o Brasil atravessa um momento “histórico e trágico ao mesmo tempo”, na avaliação da deputada Talíria Petrone (PSol-RJ).

“Em novembro, o Brasil será vitrine para o mundo inteiro na COP30 — mas o que vamos mostrar? O país da devastação ou o

da justiça climática?”, questionou a parlamentar, ontem, em debate da comissão geral na Câmara dos Deputados sobre os desafios e as oportunidades da COP30.

O debate sobre a COP30 acontece sob tensão, pois, no Congresso, avança a passos largos o Projeto de Lei 2159/2021 — apelidado de “PL da Devastação” por entidades socioambientais —, que propõe a flexibilização das regras de licenciamento ambiental. O texto, aprovado pelo Senado, estava previsto para ser votado ontem na Câmara.

Para frentes parlamentares ligadas à pauta socioambiental, o texto é “inconstitucional, retrógrado e negacionista das mudanças climáticas”. A deputada afirmou que a ofensiva legislativa sobre marcos ambientais compromete a credibilidade do país.

A audiência pública reuniu representantes do governo, parlamentares, movimentos sociais e especialistas do setor energético. Embora o foco fosse a COP30, o avanço do PL do licenciamento ambiental dominou as preocupações. Luciano Frontelle, diretor-executivo da

Plant-for-the-Planet Brasil, em entrevista ao **Correio**, alertou para os riscos do projeto. “É possível trabalhar em uma cidade onde a água está contaminada, casas estão soterradas e escolas são inundadas? Em nome de uma suposta agilidade para empresários, estamos colocando todos em risco”, disse.

A resistência ao “PL da Devastação” também tem crescido fora do Parlamento. Neste mês, mais de 350 organizações da sociedade civil assinaram um manifesto pedindo o adiamento da votação.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,19% São Paulo 0,53% Nova York	136.743 11/714/715/716/7 135.510	R\$ 5,561 (+ 0,07%)	10/julho11/julho14/julho15/julho 5,5455,5475,5845,558	R\$ 1.518	R\$ 6,471	14,90%	1,310,560,430,260,24 Fevereiro/2025Março/2025Abril/2025Maio/2025junho/2025

ESCÂNDALO DO INSS

Mais de um milhão adere a acordo

Dinheiro cai na conta a partir do próximo dia 24. Para receber na mesma semana, é preciso assinar o documento até 21 de julho

» FERNANDA STRICKLAND

A partir do dia 24 de julho, aposentados e pensionistas do INSS que sofreram descontos indevidos de entidades associativas entre março de 2020 e março de 2025 começarão a receber os valores de volta, sem necessidade de ação judicial. Quem aderir ao acordo até segunda-feira, 21 de julho, vai receber os valores na mesma semana.

O prazo final para adesão é 14 de novembro. Os pagamentos serão feitos diretamente na conta onde os segurados já recebem seus benefícios mensais.

A adesão pode ser feita gratuitamente pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente nas agências dos Correios de todo o país, sem a exigência de envio de documentos adicionais.

Cerca de 27 milhões de aposentados não tiveram nenhum desconto, e outros 9 milhões sofreram descontos em algum período e de algum valor, que pode variar de 1 mês a 5 anos. O governo irá ressarcir valores descontados desde o dia 20 de março de 2020 até 20 de março de 2025.

Até ontem, o INSS recebeu 3,8 milhões de contestações (97,4% dos pedidos abertos). Cerca de 3 milhões dos casos (81%) ficaram sem resposta das entidades associativas. O pagamento será feito integralmente, corrigido pelo IPCA e depositado na conta que já recebe o benefício, em parcela única.

“O dinheiro está na conta. O aposentado tem direito. Já é direito dele receber. O governo está só reembolsando o que foi roubado indevidamente do bolso, portanto, não há o que esperar. É assinar o acordo, a adesão, aceitar o acordo do governo e receber de uma vez só”, disse Queiroz.

“A adesão pode ser feita de forma gratuita e sem envio de documentos adicionais, tanto pelo aplicativo Meu INSS quanto nas agências dos Correios em todos os municípios do país. “O aposentado

tem direito. É direito dele receber. O governo não está dando nada. Está só reembolsando o que foi roubado, indevidamente, do bolso do aposentado”, afirmou, ontem, o ministro da Previdência Social, Wolney Queiroz, durante entrevista no programa Bom Dia, Ministro, no qual anunciou o cronograma.

Ele comentou que, até agora, mais de 1,4 milhão de beneficiários aderiu ao acordo.

Segundo o ministro, a meta é pagar cerca de 100 mil pessoas por dia e concluir o processo em até 15 dias após o início dos depósitos. “Hoje já temos 27% de adesão, é um número expressivo, mas o presidente Lula quer mais gente aderindo”, disse o ministro.

O acordo de ressarcimento foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e é fruto de uma ampla articulação entre órgãos públicos e representantes da sociedade civil. Além do Ministério da Previdência e do INSS, assinaram o pacto a Advocacia-Geral da União (AGU), a Defensoria Pública da União (DPU), o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB).

“Conseguimos montar um grande acordo, um pacto em favor dos aposentados. Para isso teve decisão política, agilidade e competência”, destacou Wolney.

Na entrevista, o ministro também aproveitou para defender o papel central da Previdência Social como instrumento de justiça social e dinamização econômica. “Nós não podemos encerrar a Previdência como uma grande despesa, uma bomba que vai explodir, um problema. A Previdência é o maior distribuidor de renda e o maior instrumento de proteção social do planeta”, afirmou.

O ministro aproveitou para anunciar que, ao final deste mês ou início de agosto, pretende fazer uma visita ao Rio Grande do Sul para conhecer agências e visitar superintendências.

ajudando na agenda da sustentabilidade”, explicou o ministro.

A navegação de cabotagem é aquela realizada entre os portos do país, utilizando a via marítima e as vias navegáveis interiores. A lei que instituiu o Programa BR do Mar foi sancionada em janeiro de 2022.

Atualmente, a cabotagem representa 11% da carga total transportada por navios. Para os próximos 10 anos, o Plano Nacional de Logística (PNL) projeta um crescimento de 15% devido à tendência de redução de custos. O valor médio do frete de uma tonelada transportada por cabotagem é 60% menor que o transporte rodoviário e 40% menor que o ferroviário.

Segundo estudos da estatal Infra SA, as modificações vão estimular a concorrência, podendo reduzir o frete em até 15%, o que pode representar uma economia de até R\$ 19 bilhões anuais nos custos

pacífico

Passo a passo

Entenda como vai funcionar o ressarcimento dos descontos indevidos do INSS

Ressarcimento dos descontos indevidos do INSS

Primeiro Pagamento:

24 de julho

Quem tem direito?

Aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos entre março de 2020 e março de 2025.

Não é preciso entrar na Justiça.

Adesão é gratuita e dispensa envio de documentos adicionais.

Como aderir ao acordo:

Acesse o aplicativo Meu INSS; ou Vá até uma agência dos Correios.

Pagamento:

- Início em 24 de julho.
- Realizado em lotes diários até que todos os casos sejam concluídos.
- Feito em parcela única.
- Segue ordem cronológica: quem aderir antes recebe antes.

Fonte: Secretaria de Comunicação Social – Governo Federal



Hoje já temos 27% de adesão, é um número expressivo, mas o presidente Lula quer mais gente aderindo”

Wolney Queiroz, ministro da Previdência Social

COMO ACEITAR O ACORDO PELO APLICATIVO MEU INSS

1- Acesse o app Meu INSS com CPF e senha:

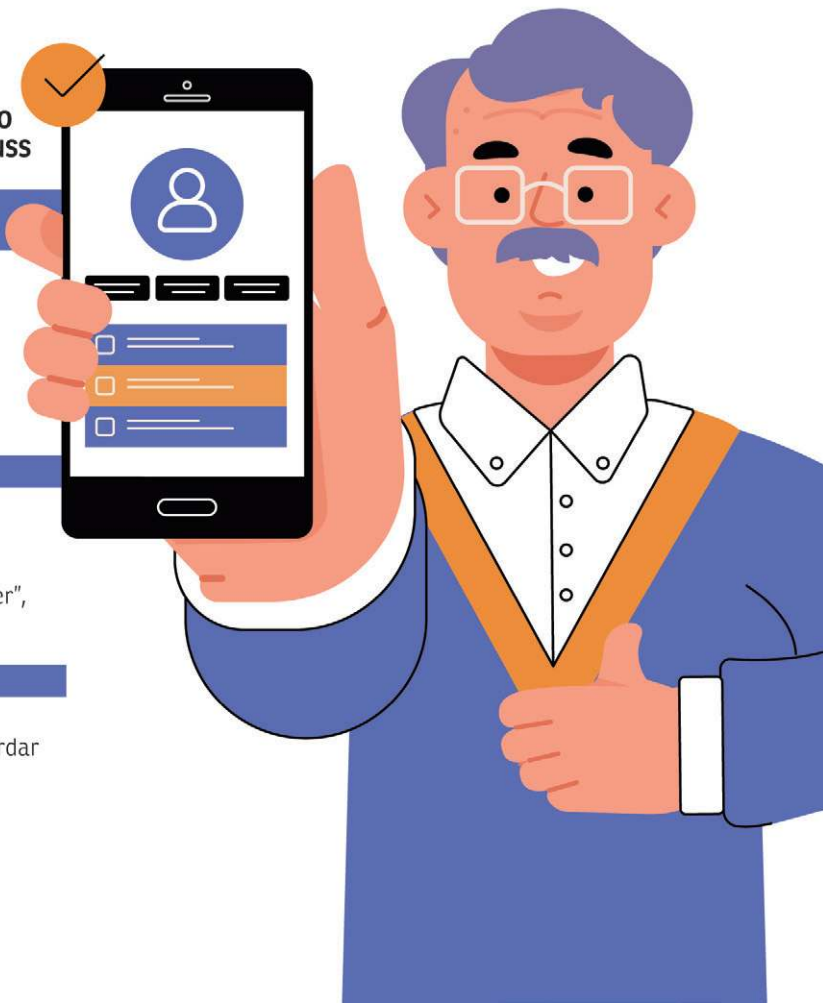
- Vá até a seção “Consultar Pedidos”.
- Clique em “Cumprir Exigência” para cada pedido listado (se houver mais de um).

2- Leia e aceite:

- Role a tela até o último comentário.
- Leia com atenção.
- No campo “Aceito receber”, selecione “Sim”.

3- Enviar:

- Clique em “Enviar”.
- Pronto! Agora é só aguardar o pagamento.



Próxima etapa

Os casos de beneficiários que já obtiveram respostas das entidades, mas ainda contestam os descontos, assim como aqueles que receberam documentos falsificados, seguem em análise e não farão parte deste primeiro cronograma de ressarcimento. Segundo o ministro, esse grupo deverá ser incluído em uma etapa posterior dos lotes de pagamento.

“É um contingente menor, a maior parte das pessoas não tem nenhum tipo de contestação por parte das entidades, ficam aptas a receber de imediato o ressarcimento, mas há um contingente que as associações devolvem com algum tipo de

documento, com foto, com áudio, e esses documentos precisam ser checados pelos aposentados e pensionistas. Só eles podem dizer se esses documentos, assinaturas e fotos são deles. Na hora que há um impasse, que as associações mostram um documento e o aposentado diz que não é dele, que não reconhece, nós temos que passar isso para um outro momento, de checagem e eventualmente de uma perícia, e esse contingente vai ficar para um momento seguinte”, esclareceu o ministro.

Em áreas remotas, ribeirinhas e em regiões remotas, e com acesso limitado à internet, será realizada uma busca ativa — em alguns casos, com atendimento presencial por meio do PREVBarco, que levará os serviços

diretamente às comunidades. As datas e os municípios atendidos poderão ser consultados no site do INSS e pela Central 135.

O ministro alertou para os riscos de fraudes e reforçou que “não quer que haja outro golpe”. “Se anunciarmos agora o início da busca ativa, há o risco de pessoas se passarem por servidores do INSS, vestindo jalecos com a identificação do órgão para enganar aposentados e aplicar novas fraudes. Por isso, estamos sendo extremamente cautelosos.” Estão incluídos no programa de ressarcimento de ofício os indígenas, quilombolas e pessoas com mais de 80 anos. A contestação dos descontos indevidos será feita de forma automática.

CABOTAGEM

BR do Mar prevê redução de até 60% em gastos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, ontem, o decreto que regulamentou o Programa BR do Mar, que busca ampliar a cabotagem no país, reduzir custos logísticos e fomentar a indústria naval brasileira. De acordo com o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, a redução de custo do setor portuário deve ser de 20% a 60%.

Costa Filho destacou que o programa deve promover geração de renda e fortalecimento dos portos públicos brasileiros. “O programa tem o papel de reduzir os custos logísticos no país de 20% a 60%, potencializando, ainda mais, o setor portuário brasileiro. E vai fazer com que uma carga, por exemplo, possa sair de contêineres do porto de Suape, de Pernambuco, levando para o porto de Santos, em São Paulo, reduzindo o custo, ajudando na agenda de descarbonização e

Vosmar Rosa/Mpor



Programa incentiva as empresas a utilizarem estaleiros brasileiros

logísticos. A navegação também reduz em 80% a emissão de gases de efeito estufa.

Para o ministro da Casa Civil, Rui Costa, um país continental como o Brasil deve investir em todos os modais, que são complementares entre si, para reduzir custos e

aumentar a competitividade. “Para ter cabotagem, é preciso investir fortemente nos portos. O que nós estamos buscando aqui, portanto, é reduzir custos, tornar o Brasil mais competitivo, tornar a nossa produção, seja ela de minério, seja ela industrial, agrícola, de proteína,

mais competitiva para que a gente consiga gerar emprego e atividades econômicas”, afirmou.

“O programa vai fazer com que a gente possa utilizar o nosso mar, os nossos rios, mas sobretudo os 8 mil quilômetros do litoral brasileiro para transformar o litoral numa grande BR [rodovia], fazendo com que a gente amplie a cabotagem no Brasil, saindo de um volume de 1,2 milhão de contêineres para 2 milhões de contêineres em movimentação”, disse o ministro, em evento no Palácio do Planalto.

Estava prevista a participação do presidente Lula no evento, mas, diante da agenda intensa de reuniões, ele não compareceu. O decreto, então, foi assinado por Lula em despacho interno. Costa Filho afirmou que o governo tem um grande olhar para as concessões portuárias e deve realizar, em quatro anos, mais de 60 leilões. Com isso, segundo ele, em 2024, o setor portuário cresceu quase 5% e os portos públicos tiveram expansão de 7%. No período, o setor de contêineres teve um crescimento de mais de 18% no país. Para ele,

a indústria naval sairá fortalecida, bem como a agenda logística do país e o setor produtivo.

“Na hora que a gente tem esses novos modais de transportes consolidados, como a BR do Mar, e agora no segundo semestre vamos lançar a BR dos Rios, nós estamos preparando essas novas rotas de integração do Brasil, gerando competitividade e fortalecendo, sobretudo, quem produz no Brasil”, disse, ao lembrar que 65% do transporte no Brasil é feito por rodovias.

A ministra Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento, destacou que a assinatura da medida representa um avanço significativo para promover a justiça social e o desenvolvimento regional do país. “Não há justiça social sem desenvolvimento regional no Brasil. Quando falamos de logística, precisamos do transporte intermodal e aí entram os nossos mares, rios e a cabotagem. A assinatura desse decreto é um marco histórico. Isso significa desenvolvimento, justiça social”, declarou Tebet. (Com Agência Brasil)

TRIBUTAÇÃO

Moraes restabelece alta do IOF

Decisão ocorre após nenhuma das partes ceder na audiência de conciliação. Ministro revogou cobrança sobre risco sacado

» LUANA PATRIOLINO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, ontem, o retorno do decreto do governo federal que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para pessoas jurídicas e físicas. Pela decisão, a cobrança das novas alíquotas vale desde a edição do decreto presidencial, ou seja, tem efeito retroativo, à exceção da cobrança sobre o risco sacado — que o magistrado afastou.

A decisão dá vitória ao governo federal, que entrou em crise com o Congresso Nacional após os parlamentares derrubarem a norma. No mesmo despacho, o ministro revogou apenas a cobrança sobre o risco sacado. O entendimento será submetido ao plenário da Corte, mais ainda sem data, pois a Corte está em recesso.

Moraes é relator de quatro ações no tribunal que tratam do decreto. A decisão ocorre após as partes envolvidas no processo não entrarem em acordo em audiência de conciliação na Corte. Há duas semanas, o ministro havia suspenso tanto o decreto do governo federal quanto a revogação dele, decidida pelos parlamentares, até que a situação fosse resolvida.

Em maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou um decreto para aumentar as alíquotas do IOF. As medidas fazem parte do pacote elaborado pelo Ministério da Fazenda para levantar recursos e atender às metas do arcabouço fiscal. Em seguida, a Câmara e o Senado derrubaram a norma. Após a deliberação, o PSol, o PL e a Advocacia-Geral da União (AGU) levaram o caso para o STF.

Antonio Augusto/STF



No dia anterior, a audiência de conciliação, mediada por Moraes, não resultou em consenso entre as partes

Para Moraes, não houve desvio de finalidade no decreto do governo. Congresso acusava governo de editar norma com objetivo meramente arrecadatório. Ele citou o aumento de alíquota nos governos de Jair Bolsonaro, de Fernando Henrique Cardoso e de Michel Temer e lembrou que a Suprema Corte chancelou decisões semelhantes que ampliaram as alíquotas de IOF.

“A presente hipótese, no tocante à alteração das alíquotas do IOF, não se afastou das anteriores, onde essa Suprema Corte afastou qualquer vício de inconstitucionalidade por respeito ao princípio da legalidade, aos parâmetros legais e inexistência de alteração da natureza jurídica do imposto”, disse.

Ao comentar a decisão de Moraes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que o entendimento interpretou a Constituição Federal. “Estávamos confiantes de que o decreto do presidente respeitava completamente a Constituição. Houve essa questão do risco sacado que ele já tinha manifestado alguma sensibilidade com relação à controvérsia e nós respeitamos a decisão dele. Para nós, do ponto de vista regulatório, foi muito importante porque fechamos algumas brechas de evasão e sonegação”, declarou.

A AGU ressaltou que as reuniões promovidas pela Corte foram fundamentais para o desfecho. “O espaço de diálogo promovido pelo Supremo Tribunal Federal foi crucial para que a

decisão judicial fosse devidamente ponderada. O princípio da separação de Poderes resultou respeitado, com atribuições e limites claramente definidos. O STF analisou de forma abrangente a questão central, concluindo que o decreto presidencial é constitucional”, disse Jorge Mesias por meio de nota.

Risco sacado

Ao suspender o artigo relativo ao risco sacado, o relator Alexandre de Moraes destacou que o Executivo extrapolou sua competência ao usar decreto para incluir operações como se fossem operações de crédito sujeitas ao IOF. Segundo ele, a medida viola o princípio da legalidade tributária e o

Vai e vem do IOF	
Cronologia	Decisão de Moraes
» 22 de maio — Presidente Lula publica decreto que aumenta as alíquotas do IOF	O que fica valendo » Compras internacionais com cartão de crédito e débito — IOF sobe de 3,38% para 3,5%; » Compra de moeda em espécie e remessas ao exterior — Passa de 1,1% para 3,5%; » Empréstimos a empresas — Alíquota diária dobra, passando de 0,0041% para 0,0082%; » Seguros Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) — De 0% para 5% de IOF; » Fundos de investimento em direitos creditórios — Passam a ter cobrança de 0,38%.
» 25 de junho — Parlamentares revogam norma presidencial	O que foi revogado » Cobrança sobre o risco sacado.
» 4 de julho — Ministro Alexandre de Moraes suspende tanto decreto presidencial quanto deliberação do Congresso e marca conciliação entre governo e Legislativo.	
» 15 de julho — Audiência de conciliação termina sem consenso entre as partes	
16 de julho — Moraes decide retomar validade do IOF	

regime constitucional de delegação de competência tributária.

Antes do decreto do governo, não incidia IOF sobre a transação porque não era considerada, para esses fins, uma operação de crédito. O ato do governo federal, contudo, determinou que essa era uma operação de crédito, e que, portanto, deveria ser cobrada como tal.

O risco sacado, comum entre varejistas, é uma antecipação de pagamento de empresas aos fornecedores, intermediada pelos bancos, mediante cobrança de taxas. Com a decisão do STF, o decreto aprovado pelo legislativo perde a validade e a decisão original do governo é restabelecida. A única ponderação feita por Moraes diz respeito à operação

do varejo.

“O decreto presidencial, no tocante à ampliação da hipótese de incidência por meio da inclusão de novas operações no fato gerador do tributo, incorreu em inconstitucionalidade ao pretender expandir a hipótese de incidência do IOF, naquilo em que determinou a equiparação das operações de ‘risco sacado’ ao fato gerador do imposto”, afirmou.

Segundo informações da Fazenda, o impacto para 2025 com a saída do risco será de R\$ 450 milhões. No ano que vem, será de R\$ 3,5 bilhões, correspondendo a 11,4% do total de arrecadação previsto para os 12 meses com o decreto. A arrecadação esperada com a medida era R\$ 12 bilhões em 2025 e R\$ 31 bilhões, em 2026.

Informe Publicitário



Brasília

ANO IV nº 722

Entre os meses de junho e julho, o CIEE soma mais de 17 mil vagas de estágio em todo o país

Apenas em Brasília são mais de mil oportunidades para o estudantes

O Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, maior ONG de inclusão social e empregabilidade jovem da América Latina, calcula a abertura de cerca de 17,5 mil oportunidades de estágio no país todo, entre os meses de junho e julho. Apenas na região de Brasília são **mais de mil vagas** de estágio, com destaque para as áreas com mais oportunidades, que são **Administração, Direito, Pedagogia e Psicologia**.

O volume de vagas cresce especialmente neste período de férias escolares, quando muitos estudantes concluem os cursos e encerram os contratos de estágio. Esse movimento permite que novas vagas sejam disponibilizadas para quem busca ingressar no mundo do trabalho.

Para fazer parte do programa de estágio, é necessário estar matriculado no ensino médio, técnico ou superior. Desta maneira, o estagiário tem a possibilidade de se desenvolver profissionalmente, contribuindo para área de atuação escolhida e permitindo as mais diversas experiências durante esse período.

Como concorrer a uma das vagas

Para participar dos processos seletivos é necessário realizar o cadastro no Portal CIEE. É fundamental que informações como CEP, e-mail e número de contato estejam corretos.



» <https://portal.ciee.org.br/quero-uma-vaga/>

Portal do CIEE
ciee.online

Atendimento por WhatsApp
11 3003-2433

Central de Atendimento
3003-2433
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

#CIEE IMPARÁVEL

Oposição promete reagir

» ISRAEL MEDEIROS

Após a decisão de Alexandre de Moraes, o senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL, disse que a Casa pretende reagir para reverter o caso. “Se há uma violação das nossas decisões pelo STF que tem acontecido constantemente, temos que dar a resposta aqui no Congresso. Vai decidir por decisão monocrática sem ouvir o seu próprio colegiado no caso do IOF? Sem respeitar 513 deputados e 81 senadores que representam o povo e que foram eleitos em seus estados? Então, deve haver uma resposta”, declarou.

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), defendeu

que o Supremo agiu dentro de suas atribuições legais para resolver o impasse entre o Congresso e o governo Lula. “O ministro Alexandre de Moraes entende que é constitucional, é prerrogativa, apesar de ter aprovado não integralmente o decreto da Presidência da República. Quero lembrar que houve um conflito entre os Poderes — e o terceiro poder foi chamado para fazer uma arbitragem, e não se trata de anular a competência do Congresso”, disse.

“Trata-se de uma medida inconstitucional, autoritária e que ignora deliberadamente a vontade soberana do Congresso Nacional, que já havia sustado os efeitos do decreto presidencial que majorava

esse imposto”, apontou o deputado Zucco (PL-RS), líder da oposição, segundo quem o grupo vai usar “todos os instrumentos legais e políticos” para reverter a decisão.

Lindbergh Farias (PT-RJ), líder do PT na Câmara, negou que a decisão do ministro Alexandre de Moraes tenha pensado apenas em beneficiar o governo, pois foi derubado o trecho que trata do risco sacado. “A decisão do ministro retirou o risco sacado, foi uma decisão equilibrada, que reconhece o poder do presidente da República de editar decretos sobre impostos em operações de crédito. Mas foi uma decisão equilibrada”, concluiu.

Isenção de IR vai a Plenário

» WAL LIMA

O relatório do deputado Arthur Lira (PP-AL) sobre o projeto que amplia a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil foi aprovado por unanimidade na comissão especial que trata do tema na Câmara dos Deputados. O texto também determina a isenção parcial para renda de até R\$ 7.350. O texto original do governo previa o teto de R\$ 7 mil.

O próximo passo será a apreciação da proposta no Plenário da Casa. No entanto, a votação só deve ocorrer após o recesso parlamentar, a partir de agosto.

Lira disse que os debates no Plenário podem ter outros rumos. “Tivemos o cuidado de conversar com os coordenadores de partido para que levassem para os seus partidos o que estávamos discutindo aqui. Agora, eu não causo nenhum tipo de expectativa de que esse texto terá uma tramitação muito fácil no plenário”, declarou a jornalista, após a aprovação na comissão.

Ao apresentar o texto, o relator disse que será preciso um esforço de articulação para convencer os deputados. “Aqui na comissão, é um ambiente mais controlado. Democrático, mas mais controlado. No plenário, não. No plenário, todos podem destacar, todos podem emendar, todos podem fazer

ViniLoures



Relatório de Lira foi aprovado por unanimidade na comissão especial

as operações que os partidos desejarem. Já o plenário é soberano para modificar o texto. E o relator, como eu disse, não é dono do texto. O texto é da maioria do plenário da casa”, declarou.

Considerado a principal prioridade legislativa do governo em 2025, o projeto cumpre uma promessa de campanha do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Na semana passada, por

acordo entre os parlamentares, a comissão concedeu pedido de vista, adiando a votação para permitir mais tempo de análise.

O relatório prevê prazo até o fim deste ano para manter a atual isenção de imposto para lucros e dividendos. Para compensar a perda de arrecadação, o texto prevê a taxação de contribuintes de alta renda, com um imposto mínimo de 10%.



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista a um depoimento de Sonia Gomes, diretora da Associação de Apoio a Emigrantes, Imigrantes e Famílias em Portugal

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



IMIGRAÇÃO

Portugal endurece lei e preocupa brasileiros

Parlamento aprova legislação apresentada pela extrema-direita que revoga regularização de estrangeiros sem visto, dificulta a reunião das famílias e condiciona documento de procura por trabalho a profissionais altamente qualificados

» RODRIGO CRAVEIRO

"Quem avisou que, quando eles entrassem (em Portugal), nós teríamos problemas? Que teríamos problemas na saúde, na habitação e nas creches? Quem foi? Fomos nós. Portanto, agora, não nos venham dizer assim: 'Bom então, o que é que se faz?'. Durante anos, avisei. Agora, eles (imigrantes) já entraram. A única solução que temos é (...) garantir que os portugueses estejam em primeiro lugar." O discurso do deputado André Ventura, presidente do Chega, ocorreu no dia em que parlamentares do partido de extrema-direita obtiveram apoio da coalizão do governo minoritário do premiê Luís Montenegro e aprovaram o endurecimento da política de imigração.

A nova Lei de Estrangeiros deverá afetar diretamente os imigrantes brasileiros, com a revogação de uma norma que lhes permitia regularizar a própria situação depois de sua chegada a Portugal. Com as mudanças (**veja quadro**), os imigrantes somente entrarão no país mediante a apresentação de um visto. Além disso, os vistos para a busca de emprego serão concedidos apenas a imigrantes altamente qualificados. O texto também torna mais difícil o reagrupamento de famílias de imigrantes não documentados, com a exigência de comprovação de que o casal tinha vivido junto em outro país e depois de dois anos de residência legal. Outra medida polêmica envolve a criação de uma unidade policial para supervisionar os estrangeiros e realizar deportações.

Advogada especializada em imigração, a brasileira Erica Acosta, 44, esteve na Assembleia da República para acompanhar a votação. Em entrevista ao **Correio**, ela afirmou que a aprovação da nova Lei de Estrangeiros representa um "retrocesso gravíssimo no compromisso de Portugal com os direitos humanos e com o Estado Democrático de Direito". "Trata-se de uma norma que ignora a realidade das migrações e impõe obstáculos cada vez mais intransponíveis à regularização", explicou.

Mobilidade

Acosta considera particularmente grave o impacto da medida sobre o Acordo de Mobilidade da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), criado para facilitar o trânsito de pessoas entre

André Dias Nobre/AFP



O deputado André Ventura, líder do ultraconservador Chega! "A solução que temos é garantir que os portugueses estejam em primeiro lugar"

O que muda

CONFIRA AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NA POLÍTICA IMIGRATÓRIA DE PORTUGAL

Entrada sem visto

Os brasileiros não mais poderão entrar em Portugal sem apresentarem um visto. Imigrantes ingressavam no país, sem documentação, para depois pedirem residência.

Visto de trabalho

O visto de procura de trabalho passará a ser chamado de "visto para procura de trabalho

qualificado". A medida afetará, especialmente, os brasileiros, o maior grupo responsável pela solicitação desse documento.

Recusa aos ilegais

Aqueles imigrantes, incluindo brasileiros, que "tiverem entrado ou permanecido ilegalmente" em Portugal terão o visto automaticamente recusado.

A medida vale também para a solicitação de "visto para a procura de trabalho qualificado".

Polícia de imigração

Será criada a Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras — um órgão com poder de polícia que terá, entre outras, as missões de fiscalizar os imigrantes e executar deportações.

Reagrupamento familiar

A reunião familiar de imigrantes somente será possível depois que ficar comprovado que o casal tenha vivido junto em outro país e após dois anos de residência legal. Filhos menores de idade poderão ser reagrupados em Portugal, com a condição de que tenham entrado legalmente, estejam no país, coabitem com o requerente e dele dependam.

Eu acho...



"O que mais choca é o vazio ético e o desprezo pelas garantias mínimas de um Estado de Direito. Aprovar um projeto com impacto direto sobre centenas de milhares de pessoas sem ouvir o Conselho para as Migrações, sem diálogo com a sociedade civil, e com uma tramitação relâmpago é, em si, um sintoma grave de autoritarismo institucional. Mais grave ainda é ver um discurso pretensamente 'humanista' ser instrumentalizado para justificar retrocessos."

Erica Acosta, advogada brasileira especializada em imigração, moradora de Lisboa



"A medida que mais preocupa é um pai de família ter que esperar dois anos para poder ver o filho e a esposa. Não entra na cabeça um partido desejar separar famílias. Desde que cheguei aqui, não vejo o imigrante ter um caminho fácil. O imigrante não tem paz. Os governantes não conseguem chegar a um denominador comum para dar dignidade ao imigrante."

Sônia Gomes, diretora da Associação de Apoio a Emigrantes, Imigrantes e Famílias

constitucional, principalmente na área do reagrupamento familiar. Essa é uma exigência dos brasileiros. Nós concordamos em seguir regras, mas desde que elas sejam justas. Isso é um projeto para excluir, um texto marcado pela falta de dignidade", acrescentou a ativista, que também atua como representante independente de imigrantes desde 2021.

Erica Acosta afirma que "a nova legislação institucionaliza a exclusão, desrespeita compromissos internacionais e agride a dignidade humana". "Por isso, ela precisa ser combatida por todos os meios democráticos e jurídicos disponíveis", disse a advogada. Ela denunciou que a intensificação da repressão começou antes mesmo da criação de uma polícia de imigração. "Vamos o crescimento das fiscalizações em bairros periféricos e ocupações habitacionais, como recentemente alertado em ofício da Promotoria de Justiça que aponta falhas graves nas operações policiais, com impactos diretos sobre a população imigrante."

ORIENTE MÉDIO

Israel bombardeia Damasco e sul da Síria

Vinte e dois dias depois de interromper os bombardeios ao Irã, Israel realizou ataques aéreos a Damasco, capital da Síria, e o entorno de Sweida (sul), cidade de maioria drusa onde confrontos deixaram mais de 300 mortos nos últimos dias. As Forças de Defesa de Israel (IDF) bombardearam a entrada do quartel-general do Exército sírio, no centro de Damasco, e um "alvo militar" nos arredores do palácio presidencial. Os conflitos entre combatentes drusos e tribos beduínas sunitas começaram no domingo, depois do sequestro de uma comerciante drusa, que desencadeou uma série de raptos em retaliação,

segundo o Observatório Sírio para os Direitos Humanos (OSDH).

As autoridades sírias anunciaram novo cessar-fogo na cidade, depois de uma trégua inicial declarada na terça-feira não ter entrado em vigor. As forças governamentais foram mobilizadas na terça-feira para conter a violência em Sweida, que antes era controlada por combatentes drusos. O OSDH, testemunhas e grupos drusos os acusaram de inúmeros abusos, incluindo a execução de civis e saques.

Israel, que anexou a maior parte das Colinas de Golã sírias — onde vive uma grande população drusa — reiterou nos últimos dias que

não permitirá nenhuma presença militar no sul da Síria, perto da fronteira comum. O ministro da Defesa, Israel Katz, disse que "Israel não abandonará os drusos na Síria" e que o Exército "agirá com força" na região de Sweida. Os drusos são uma minoria proeminente no Oriente Médio, cuja religião deriva do islamismo xiita. Eles estão presentes no Líbano, no sul da Síria e no Golã sírio ocupado por Israel.

Os ataques a Damasco teriam deixado três mortos e 34 feridos, de acordo com o governo sírio. O israelense Eytan Gilboa — professor de relações internacionais da Universidade de Bar-Ilan, em Ramat

Gan (perto de Tel Aviv) — explicou ao **Correio** que forças jihadistas sírias estão cometendo massacres de alauítas xiitas (a etnia que governava o país) e os drusos. "Estes últimos são suspeitos de não serem leais o bastante ao ethos nacional sírio. Há profundas razões históricas, culturais e religiosas para a hostilidade contra os drusos."

Gilboa afirmou que muitos drusos em Israel servem na IDF. "Israel está comprometido em defender os drusos, que têm familiares no sul da Síria. Meu país alertou o governo sírio a imediatamente deter a marcha à região drusa, mas Damasco ignorou o alerta."

Rami Al Sayed/AFP



Fumaça sobe ao céu depois de ataque israelense à capital síria

VISÃO DO CORREIO

Lei de manejo do fogo precisa ser cumprida

A riqueza do patrimônio ambiental do Brasil é invejável. Mas, ao longo dos anos, tem sido explorada de modo equivocado, com perdas expressivas e prejudiciais à vida humana, à cobertura vegetal, à fauna e à economia nacional. Isso sem contar o impacto nos regimes climáticos. Em 2024, um quarto do território nacional foi destruído pelo fogo, uma área equivalente à soma dos estados do Pará e do Mato Grosso. Segundo a primeira edição do Relatório Anual do Fogo, do MapBiomass, 30 milhões de hectares foram afetados, ou seja 62% acima da média histórica, iniciada em 1985, de 18,5 milhões de hectares por ano.

Em julho do ano passado, o presidente Lula, sancionou A Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (Lei nº 14.944/2024), que em 31 de julho completa um ano. A proposta, construída no governo de Michel Temer, permaneceu adormecida nos escaninhos do Congresso e mostrou-se evidente diante dos incêndios florestais de grandes proporções ocorridos no ano passado, a pior temporada de queimadas em sete décadas.

A política de manejo do fogo tem relação com o aumento do número de brigadistas florestais que atuam com orientação do Corpo de Bombeiros neste ano. Em maio último, por meio da Portaria nº 60, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) autorizou o Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) a contratar 2.227 brigadistas para atuarem em 17 unidades da Federação, onde as queimadas são mais recorrentes. Esse quantitativo deverá ser elevado por meio de iniciativas dos governos estaduais, a fim de conter tragédias semelhantes às do ano passado.

Diferentemente de 2024, no primeiro semestre de 2025, foi registrada uma queda de 65,8% nas áreas queimadas na comparação com igual período do ano passado.

Entre janeiro e junho, foi queimado 1 milhão de hectares, contra os 3,1 milhões em igual período de 2024, segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças do Clima (MMA), com base nos dados do Laboratório de Aplicações de Satélites Ambiental (Lasa) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O Pantanal Mato-Grossense foi um dos mais afetados pelo fogo, em 2024, com a perda de 93% da vegetação nativa, sobretudo as formações campestres e campos alagados. Em algumas partes, os incêndios se repetiram. No total, foram queimados mais de 100 mil hectares, o que representou um aumento de 157% de área afetada pelo fogo. Nos primeiros seis meses deste ano, houve uma queda de 97,9% das queimadas.

Como sempre, a Amazônia e o Cerrado seguem como alvo predileto dos incendiários. A maior floresta tropical do planeta teve cerca de 15,6 milhões de hectares destruídos pelo fogo, em 2024, o que equivale a 117% a mais do que média histórica. Mas não só isso, o relatório do MapBiomass revela que ocorreu uma inversão nas queimadas entre as florestas e as áreas de pastagem. Dessa vez, o fogo atingiu 6,7 milhões de hectares (43% do bioma) de florestas, e 5,2 milhões (33,7%) de hectares de pastagem, fugindo do modelo recorrente. O Cerrado teve 10,6 milhões de hectares queimados no ano passado, um aumento de 10% em comparação com a média histórica de 9,6 milhões de hectares/ano.

Não bastam recursos financeiros para fortalecer e capacitar brigadistas no manejo do fogo e no combate dos incêndios nas florestas A política de manejo do fogo tem de ser cumprida como determina a lei. Não à toa, o debate sobre as mudanças climáticas estão na pauta mundial e chegam ao país, por meio da COP30. Evitar o avanço do aquecimento do planeta é responsabilidade humana para estender a vida do planeta e de todos os seres que nele habitam.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Universidades

A universidade constitui o espaço por excelência da formação intelectual, sendo reconhecida como comunidade acadêmica dedicada, de forma crítica e rigorosa, à promoção da dignidade humana e à preservação da herança cultural, por meio da pesquisa, do ensino e da prestação de serviços às comunidades locais, nacionais e internacionais. Estudantes, docentes, técnicos, pesquisadores e colaboradores, com seus talentos e comprometimento com o conhecimento, conferem vitalidade a esse ambiente singular. O dinamismo universitário depende da articulação equilibrada entre ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa fundamenta um ensino qualificado e inovador; o ensino, por sua vez, deve instigar e preparar os estudantes para atuarem como agentes de investigação; e o conhecimento produzido não deve permanecer restrito ao meio universitário, mas alcançar relevância social por meio de ações de extensão voltadas ao conjunto da sociedade.

» Marcos Fabrício
Asa Norte

Tarcísio e Maquiavel

Em tempos de guerra tarifária, talvez valha para Tarcísio, governador de São Paulo. Uma constatação talvez, mais que uma admoestação. Uma pílula maquiavélica: “Um príncipe também é estimado quando se mostra um verdadeiro amigo e um verdadeiro inimigo, isto é, quando, sem nenhum escrúpulo, se revela a favor de alguém e contra outro. Tal partido é sempre mais útil que a neutralidade, uma vez que se dois potentados vizinhos entram em guerra, ou se dá o caso de que, vencendo um deles, você tenha de temer o vencedor, ou ocorre o contrário. Em ambas as hipóteses, será sempre mais vantajoso revelar-se abertamente e combater uma boa batalha; porque, no primeiro caso, se você não tomar partido, estará sempre na mira de quem venceu, para deleite e satisfação daquele que foi derrotado; e não há razão nem coisa nenhuma que o defenda, nem ninguém que o acolha: porque quem vence não quer amigos suspeitos e que não o ajudem nas adversidades; e quem perde não o acolhe, já que você não quis pegar em armas para reverter sua fortuna.”

» Fábio Moreira da Silva
Belo Horizonte

Pix 1

Na esteira do tarifaço provocado e promovido pelo clã Bolsonaro, agora os Estados Unidos abriram uma investigação comercial contra o Brasil. Entre os atos investigados, estão o Pix e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — aquela que, vira e mexe, faz você aceitar (ou não) os cookies, uma espécie de pequeno espião dos sites que você acessa na internet. Aqui, traduzido, um trecho do texto da United States Trade Representative (USTR), na Seção 301: “O Brasil impõe restrições excessivamente amplas à transferência de dados pessoais para fora do Brasil e parece beneficiar seu serviço de pagamento eletrônico desenvolvido pelo governo.” Os EUA querem que acabemos com o Pix. Parabéns aos que ainda apoiam o clã Bolsonaro.

» Marcus A. de Carvalho Santos
Santos (SP)

Pix 2

Agora, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, mexeu em um vespeiro nessa briga com Lula, o presidente brasileiro. Investigar o Pix e a maior rua de comércio popular do Brasil, a 25 de Março, localizada em São Paulo, revoltará os mais pobres, inclusive os de direita. Certamente, essa revolta cairá sobre os Bolsonaros.

» Nilde Sanches
Brasília

Distribuidoras

A restrição de horário para o funcionamento de distribuidoras de bebidas reduziu os homicídios no Distrito Federal em 23%, segundo levantamento divulgado pelo GDF. Não havia dúvidas de que o excesso de bebida nesses locais os transformava em um pavio de pólvora para a prática de crimes. É lógico que comerciantes devem ter perdido dinheiro com a medida, mas a segurança da população precisa falar mais alto. O descanso, também. Já estou torcendo para que lancem regras efetivas para acabar com a poluição sonora causada por esses e outros estabelecimentos durante a madrugada. Isso também é bem-estar público!

» Paulo F. Silva
Taguatinga

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Bombeiro dando voz de prisão porque foi contrariado em hospital? Por que não pode seguir as regras de visitação como os demais? É cada coisa!

Rafaela Alves — Brasília

Que tristeza! Estudantes cheios de sonhos foram interrompidos por um trânsito que mata!

Shirley M. Silva — Brasília

É impressionante a falta de fiscalização nas nossas estradas. Postos da PRF sempre fechados, e eles nas estradas com radar multando. Mas fiscalização para ver as condições dos veículos e dos motoristas, não fazem!

Maria Fernanda Medeiros — Brasília

Óbvio que o gasto público no Brasil não é eficiente! Não precisa cortar gastos na saúde, na educação etc. Basta cortar os gastos na corrupção, na roubalheira generalizada do erário. Mas nenhum dos Três Poderes quer abrir mão dos seus projetos!

Bárbara Graner — Brasília

Letícia Sabatella e Paulo Braga fazendo show para pacientes da Rede Sarah é um acalanto para quem enfrenta as dores da vida. E um acalanto de muito bom gosto. Parabéns ao hospital pela ideia!

Marina J. Fontes — Asa Norte

Há leitores da coluna exercendo o legítimo direito de expressarem as suas opiniões, ora batem no cravo, ora na ferradura. Como é bela a democracia!

Lauro A. C. Pinheiro - Asa Sul



PALOMA OLIVETO
paloma.oliveto@cbpress.com.br

Que tragam as velas

Foi há cinco anos, quando o Sars-Cov2 nos lembrou de nossa fragilidade perante um organismo infinitas vezes menor do que um grão de areia. Com os parques fechados, moradores da Octogonal passaram a usar a Quadra 3, jamais construída, como um centro de lazer ao ar livre improvisado. Eu passeava por lá — devidamente mascarada — com meu cachorro, quando ouvi.

Uma pequena família comemorava o aniversário de um menino que não devia ter mais do que 7 anos. Bandeirinhas e balões pregados na árvore, mesa dobrável com bolo e docinhos, “Parabéns” entoado, como toda festinha infantil. Antes do grand finale — o apagar das velas —, alguém falou: “Faça um desejo!” Sem pensar, a criança gritou, com as mãos para o alto: “A vacina de covid”.

Esse era o desejo de todos nós, que víamos pela televisão corpos empilhados em hospitais europeus e cadáveres largados em sacos nas ruas de Tegucigalpa, porque não havia gente nem lugar suficiente para enterar as vítimas da pandemia. Não era exagero midiático: é quase impossível encontrar alguém que não tenha perdido um parente, amigo ou conhecido no ápice da pandemia.

Vacinas salvam vidas, e há centenas, senão milhares, de artigos científicos comprovando, estatisticamente, uma queda expressiva nas hospitalizações e mortes por covid depois que as primeiras doses começaram a ser aplicadas. Porém, a desinformação e a desigualdade no acesso afastam muitas pessoas das campanhas de imunização.

Se, por um lado, entre 1980 e 2023 a cobertura vacinal contra doenças como difteria, tétano, pólio e tuberculose dobrou globalmente, desde 2010 o progresso foi

revertido em diversos países, com declínio na imunização de sarampo em 100 de 204 nações analisadas por um estudo publicado na revista *The Lancet*. O mesmo levantamento mostra que, em 2023, 15,7 milhões de crianças não receberam nenhuma dose de vacina no primeiro ano de vida, sendo 53% na África Subsaariana.

Os autores do artigo ressaltam, porém, que há mais do que desigualdade nesse fenômeno. Vinte e um de 36 países de renda alta registraram queda na cobertura vacinal, incluindo 12% de declínio na imunização de sarampo na Argentina, e 8% e 6% de redução na terceira dose de difteria e tétano na Finlândia e na Áustria, respectivamente.

Na segunda-feira, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou que o Brasil voltou à lista dos países com mais crianças não imunizadas. A nação do Zé Gotinha ocupa a 17ª posição no ranking. Em 2023, 103 mil não haviam sido vacinadas, número que subiu para 229 mil no ano seguinte.

Por aqui, diferentemente da África Subsaariana, não faltam doses. O acesso também é fácil, até nas escolas há vacinação. A única explicação que resta é a desinformação, alimentada por grupos radicais e, muitas vezes, estimulada por discursos políticos sem qualquer fundamentação científica.

Que o menininho da Octogonal sobre mais velas, desejando, agora, que os brasileiros voltem a confiar nas vacinas. Desde o século 19, elas nos protegem contra varíola, febre-amarela, pólio, meningite, tétano, hepatite, sarampo e tantas outras doenças letais que, se hoje parecem inofensivas, é porque foram neutralizadas pela imunização em massa.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.udapress.com.br

Da crise contratual à governança consensual: o exemplo inovador do TCU



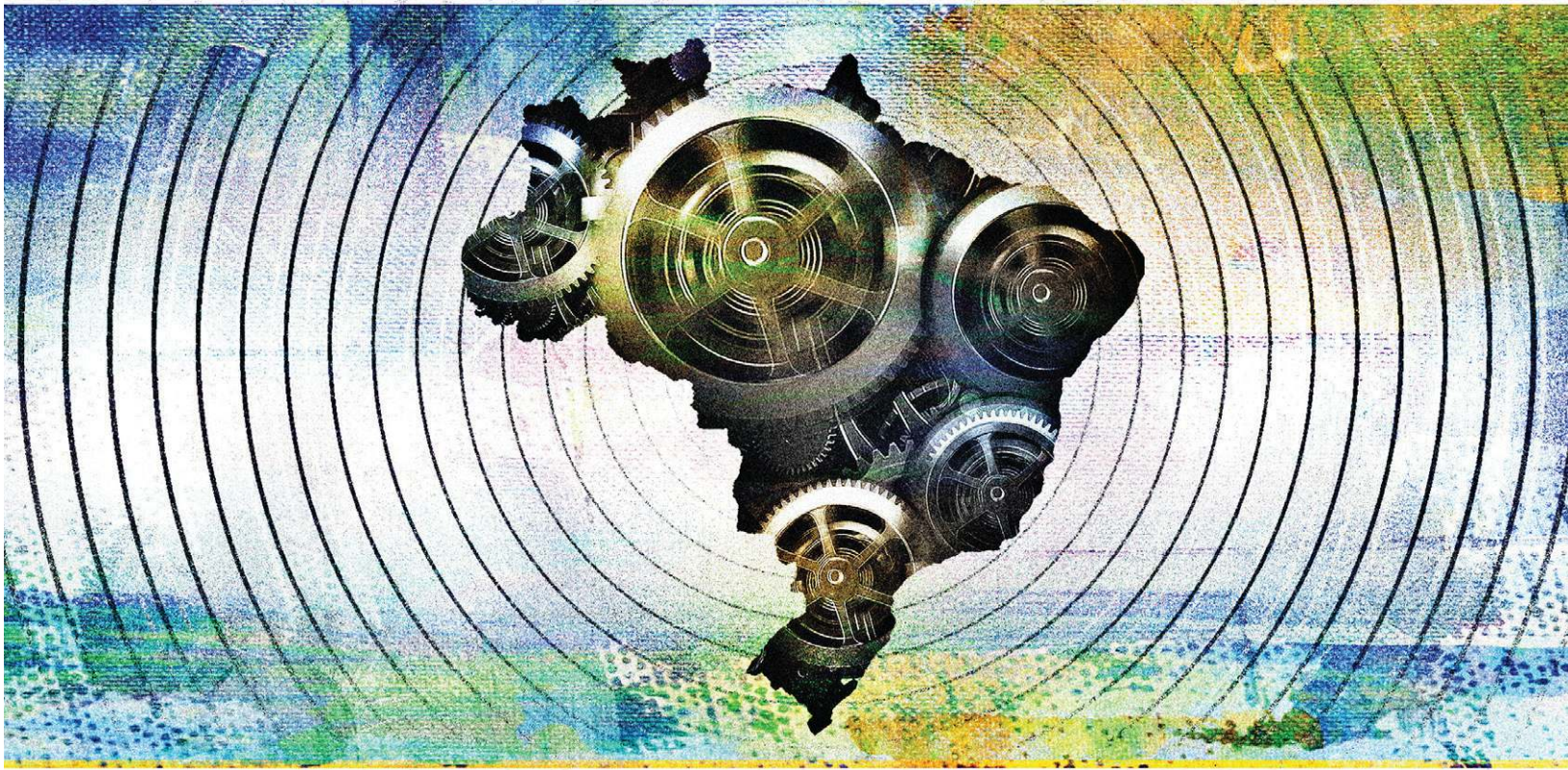
» BRUNO DANTAS
Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU)

Nos arredores da Baía de São Francisco, dois guindastes amarelos permanecem imóveis sobre uma obra inacabada. Essa imagem, recentemente retratada pela revista britânica *The Economist* (em 12 de julho), simboliza uma crise institucional que hoje paralisa metade dos grandes projetos comerciais iniciados nos Estados Unidos após 2020. Um cenário reforçado pelo relatório de 2023 do U.S. Government Accountability Office (GAO), órgão equivalente ao Tribunal de Contas da União (TCU), que alertava que 69% das obras públicas federais americanas enfrentavam atrasos em razão de contratos mal desenhados e falhas regulatórias.

O Brasil conhece bem essa realidade. Embora existam hoje cerca de 12 mil obras federais paralisadas, muitas são pequenos projetos interrompidos por insuficiência financeira ou falhas técnicas pontuais. Porém, dentro dessa vasta miríade, encontram-se também obras estruturantes, que materializam grandes investimentos privados a serem amortizados por meio de concessões públicas e tarifas ao longo de décadas e que se encontram paralisadas justamente devido a deficiências graves no desenho contratual. É nesse ponto que nosso país se aproxima da crise institucional vivida nos Estados Unidos.

O núcleo do problema é conhecido pela literatura jurídica e econômica. Contratos incompletos, incapazes de antecipar adequadamente riscos e situações críticas, resultam em disputas custosas e demoradas. Como demonstra a teoria contratual do Nobel de Economia Oliver Hart, acordos mal estruturados não apenas provocam atrasos, mas geram incertezas jurídicas que afastam investidores e prejudicam o desenvolvimento econômico.

Maurenilson Freire



A votação do PL da Devastação e a derrubada do IOF: caroços de um mesmo angu?



» GABRIELA NEPOMUCENO
Especialista em políticas públicas do Greenpeace Brasil

O enfrentamento político em torno ao IOF tem dado maior visibilidade ao conflito de interesses envolvendo o Orçamento Público, principal instrumento de planejamento governamental, distribuição de recursos e de garantia de direitos. O episódio, que ganhou as redes sociais, revelou as disfuncionalidades do nosso sistema político, em especial as que envolvem as prerrogativas do Congresso Nacional.

Apontado como um dos maiores retrocessos na legislação ambiental dos últimos 40 anos, o PL da Devastação desmantela o principal mecanismo da política de proteção ambiental no país. Enquanto deputados e senadores atropelam a Constituição e a legislação ambiental para incrementar o lucro de grandes empresas, populações potencialmente atingidas, como indígenas e povos de comunidades tradicionais, estão levando o devido “cala boca” da futura lei.

Um dos aspectos mais devastadores da proposta reside na ruptura da lógica do processo de licenciamento ambiental, cujas regras buscavam equilibrar o desenvolvimento econômico e o meio ambiente. Ao permitir que a maior parte dos empreendimentos e obras sejam beneficiados com o autolicensing, sem estudos de

Diante desse quadro, o legislador brasileiro fez uma opção explícita pelo consensualismo, incluindo expressamente a administração pública nessa perspectiva. Desde 2015, essa opção está claramente refletida no Código de Processo Civil (CPC), que determina a criação de centros especializados em mediação e conciliação. Na mesma linha, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), especialmente em seu artigo 26, reforça a importância de soluções jurídicas consensuais no ambiente administrativo, como forma de evitar o desgaste das disputas judiciais.

Foi nesse contexto institucional, alinhado às melhores práticas internacionais, que o TCU implementou sua câmara de mediação, formalmente denominada Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (Secex-Consenso). Criada em dezembro de 2022 e operacional desde janeiro de 2023, essa secretaria buscou inspiração direta na Câmara de Mediação do Conseil d'État francês, reconhecida mundialmente por sua capacidade preventiva na resolução de disputas contratuais no setor público.

Ao introduzir uma mudança substancial na forma como o controle externo tradicionalmente atua, a Secex-Consenso realiza um controle concomitante aos processos de negociação contratual. Diferentemente do modelo clássico, onde o controle ocorre somente após a formalização dos contratos, a secretaria participa das tratativas iniciais, identificando antecipadamente falhas contratuais e riscos futuros, sugerindo caminhos alternativos para assegurar a preservação do interesse público.

A governança dessa nova câmara é conduzida por meio das Comissões de Solução Consensual, compostas por auditores do TCU, especialistas técnicos das agências reguladoras, representantes dos ministérios envolvidos, membros da Advocacia-Geral da União (AGU) e representantes das empresas privadas prestadoras de serviços públicos. Essa composição multidisciplinar garante uma visão abrangente e técnica das questões, permitindo soluções equilibradas e eficazes.

Desde a sua implementação, os resultados da Secex-Consenso têm sido notáveis. Apenas no setor elétrico, contratos emergenciais mediados pela secretaria já garantiram economia superior a R\$ 800 milhões para os consumidores brasileiros. Casos emblemáticos também foram registrados nas concessões ferroviárias das Malhas Paulista e Sul, bem como em concessões rodoviárias estratégicas, como a BR-101 (ES/BA), onde investimentos puderam ser antecipados e litígios prolongados foram evitados.

Embora relativamente recente, essa iniciativa já está consolidada. Semanalmente debatida nas sessões do plenário do TCU, a experiência da Secex-Consenso também se tornou objeto frequente de seminários, simpósios acadêmicos, artigos científicos e trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado, refletindo sua relevância teórica e prática.

Essa estratégia de governança consensual, transparente e participativa, apresenta uma nítida contraposição ao cenário retratado pela *Economist* nos Estados Unidos. Lá, a ausência de um controle preventivo tem produzido canteiros vazios, prejuízos bilionários e incertezas generalizadas. Aqui, ao contrário, a opção explícita do legislador pelo consensualismo permitiu ao TCU estabelecer um modelo institucional de referência.

Como bem resalta o jurista Guido Calabresi, reduzir a fricção jurídica é essencial para minimizar os custos sociais decorrentes dos conflitos. A Câmara de Mediação do TCU, inspirada na exitosa experiência francesa, concretiza exatamente essa ideia: substitui contratos frágeis por acordos robustos, converte obras paralisadas em projetos finalizados e transforma a tradicional cultura de litígios numa nova cultura institucional baseada no consenso, na eficiência e na segurança jurídica.

Mais do que um mecanismo técnico de resolução, a Secex-Consenso tornou-se um símbolo da nova racionalidade administrativa brasileira, comprometida com o desenvolvimento sustentável e a recuperação da confiança pública, oferecendo ao país um caminho sólido para superar a crise dos contratos imperfeitos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.dfg@abr.com.br

Muros e pontes

Fazer política é construir pontes, não dinamitar. Com base nessa ideia simples, entende-se que quem não faz acordo político acaba por implodir as pontes. Mesmo que não queira. E é aí que entra o elemento para salvar a própria contradição da política, que é a ética pública na política. Fazer política, em sua essência mais nobre, é a arte de construir pontes entre ideias, entre setores da sociedade, entre gerações e entre realidades distintas. Infelizmente, no Brasil contemporâneo, essa missão tem sido sistematicamente abandonada em nome de uma lógica de confronto contínuo que não apenas paralisa a ação pública como dissolve a própria ideia de nação em uma espessa e estéril gosma ideológica.

No lugar do diálogo, tem-se privilegiado o embaite. Em vez da negociação responsável, a retórica inflamada. Em vez da busca por soluções reais, o cálculo eleitoral imediato. O resultado é visível em todas as esferas da vida pública: políticas travadas, reformas inacabadas, projetos abandonados e uma população cada vez mais cética e desamparada. Não faltam exemplos. A condução da pandemia da covid-19 revelou o quão letal pode ser o colapso das pontes institucionais entre ciência, governo e sociedade. O caso da vacina Covaxin, envolvendo suspeitas de corrupção na negociação de imunizantes, expôs um Estado mais preocupado com interesses obscuros do que com a saúde pública. Enquanto o país registrava recordes de mortes, a política seguia em guerra consigo mesma — e com os fatos.

Da mesma forma, a reforma tributária, debatida há décadas, é constantemente bloqueada por disputas federativas e jogos de poder que colocam o cálculo eleitoral acima da racionalidade econômica. Cada grupo protege seu feudo, cada bancada defende seu privilégio. Na área da educação, assistimos a um processo ainda mais degradante: escolas e universidades sendo transformadas em arenas de uma ideia só. Sem investir na formação crítica e científica, o país mergulha em debates moralistas, muitas vezes irrelevantes, que apenas servem para perpetuar a polarização.

Enquanto o mundo se prepara para a era da inteligência artificial (IA) e da economia verde, o Brasil insiste em discutir se o professor é inimigo da pátria. A política nacional parece aprisionada num eterno “nós contra eles”, que sufoca o bom senso e criminaliza o dissenso. É um ambiente tóxico, em que adversários são tratados como inimigos e qualquer tentativa de mediação é vista como traição.

O fenômeno das emendas do Orçamento secreto, revelado em 2021, ilustra bem esse ambiente: bilhões de reais distribuídos em troca de apoio político, fora dos critérios técnicos e éticos mínimos que se exigem numa democracia funcional. Compromisso concreto com a transparência, a responsabilidade e o interesse coletivo é o que se espera dos nossos representantes. Pois a ética pública é o que impede que o poder se transforme em instrumento de abuso, e a política, em mero teatro de manipulações.

Passa da hora de o Brasil reencontrar o caminho do equilíbrio. Uma espécie de *aggiornamento*. Isso exige coragem para o diálogo, disposição para o acordo e maturidade para entender que a política vai além da guerra, na busca pela convivência. Os países que prosperaram nas últimas décadas em desenvolvimento humano, inovação, justiça social foram justamente aqueles que souberam construir pontes necessárias para unir a população. Seguir dinamitando essas pontes é escolher o atraso. E, pior, é condenar as futuras gerações a viverem num país permanentemente paralisado pelas próprias contradições.

Esse é o momento para deixar para trás a gosma ideológica e ingressar no mundo civilizado, antes que esse venha a ser interrompido por algo como o choque de um grande e devastador meteoro que pode estar se aproximando.

A frase que foi pronunciada:

“Se você for bem-sucedido, alguém ao longo da linha lhe deu alguma ajuda... Alguém ajudou a criar esse sistema americano inacreditável que temos e que permitiu que você prosperasse. Alguém investiu em estradas e pontes. Se você tem um negócio, você não o construiu. Alguém fez isso acontecer.”

Barack Obama

Ouvido miúdo

» No cafezinho da Câmara, um recém-chegado de Dublin perguntou completamente atordoado com as notícias: “Que tarifaço é esse? Imposto de Renda, o IOF ou o imposto por Trump?” A resposta foi mais comprida, mas só deu para ouvir: “Todos”.

História de Brasília

Como em Brasília todo o mundo viaja, um grupo de chantagistas resolveu criar o conto da mala feita. Na história de descontar “um cheque que eu vou viajar agora”. Várias autoridades e um banco caíram no conto com duzentos mil cruzeiros.

(Publicada em 6/5/1962)

Motor OCULTO da ATEROSCLEROSE

Pesquisadores da Europa encontram, em uma molécula produzida pelo intestino, forte associação com a presença e a gravidade de placas gordurosas no coração, responsáveis pela mais letal doença cardiovascular

» PALOMA OLIVETO

Principal causa global de infarto e acidente vascular cerebral (AVC), a aterosclerose — o endurecimento de artérias e vasos devido ao acúmulo de gordura — pode se manifestar silenciosamente. Mesmo pacientes que controlam os níveis de colesterol correm o risco de desenvolver o problema, sem que ele seja diagnosticado a tempo. Agora, pesquisadores da Espanha e da Suíça descobriram uma molécula produzida por bactérias intestinais que pode ser um dos motores ocultos da condição.

Chamada de imidazol propionato (ImP), a molécula pode ser identificada no sangue, tornando-se um biomarcador em potencial para aterosclerose. No estudo, publicado na revista *Nature*, os cientistas descobriram que níveis elevados de ImP estão fortemente associados à presença de gordura, cálcio e outras substâncias em pessoas ainda sem sintomas. Ao bloquear a interação do ImP com um receptor celular, eles conseguiram impedir o avanço da doença cardiovascular em modelos animais.

O estudo foi conduzido por uma equipe coordenada por David Sancho e Borja Ibañez, do Centro Nacional de Investigações Cardiovasculares da Espanha, com a participação de pesquisadores do Instituto Karolinska, na Suécia. O grupo investigava compostos produzidos pelo microbioma intestinal que pudessem atuar nas fases iniciais da formação de placas de gordura nos vasos sanguíneos, sem depender dos tradicionais fatores de risco, como colesterol alto e hipertensão.

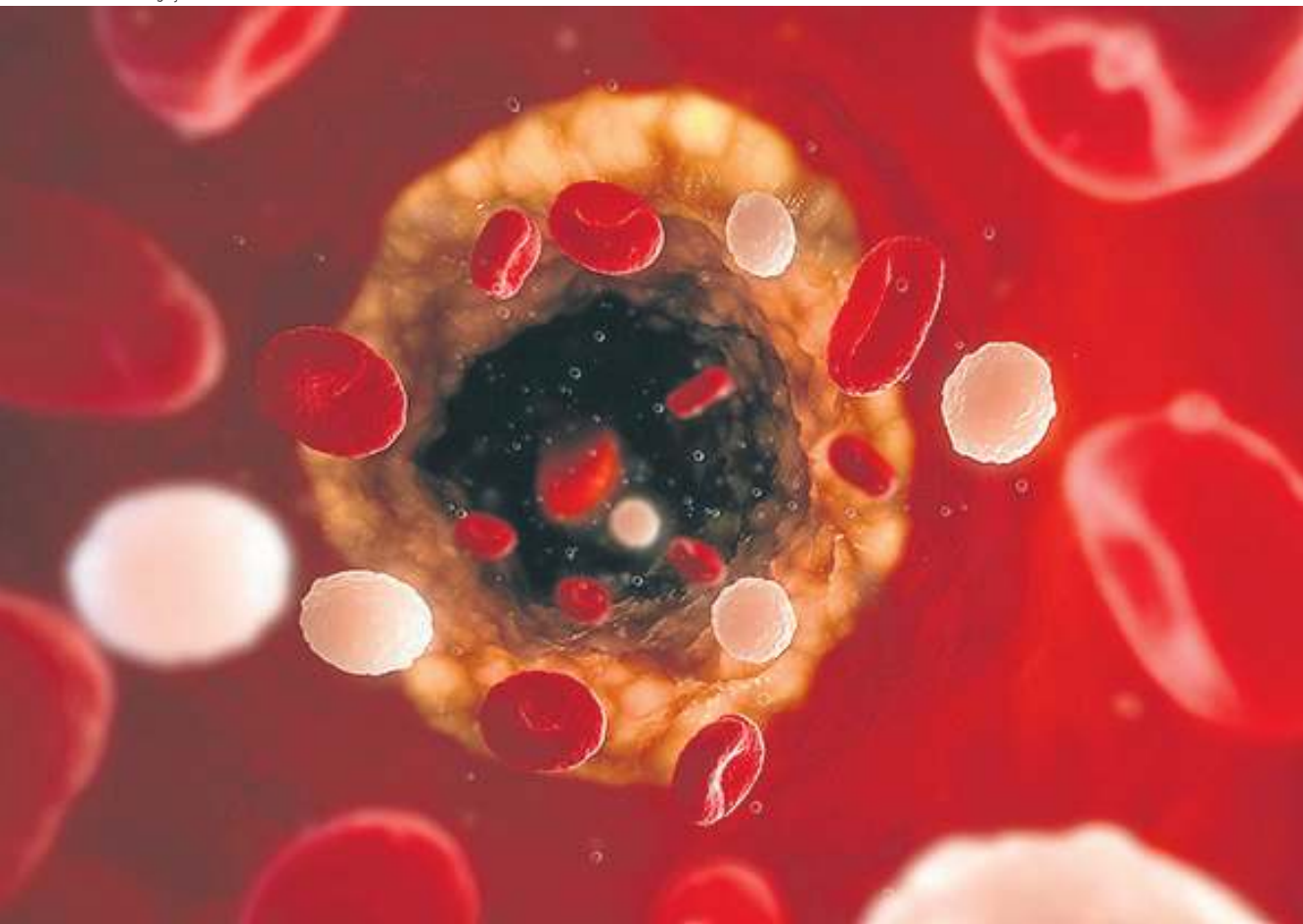
Ao analisar amostras de sangue de dois grandes grupos de voluntários saudáveis — um deles com mais de 1,8 mil pessoas — os cientistas constataram que os níveis de ImP estavam diretamente relacionados à presença e à extensão de placas ateroscleróticas, mesmo em indivíduos sem sintomas. A descoberta foi validada por meio de técnicas avançadas de imagem, como tomografia computadorizada sem contraste e PET/MRI com marcador metabólico.

“Constatamos que o ImP não apenas está associado à aterosclerose subclínica, mas também a formas mais ativas da doença, caracterizadas por maior inflamação local e sistêmica”, afirmam os autores no artigo. Os resultados foram consistentes mesmo após ajustes estatísticos para fatores como idade, sexo, colesterol e pressão arterial.

Além disso, nos experimentos com camundongos geneticamente predispostos à aterosclerose, a administração de ImP na água de beber por algumas semanas foi suficiente para provocar o desenvolvimento de placas de gordura nas artérias, sem qualquer alteração no perfil lipídico dos animais. “Isso nos surpreendeu. Até agora, associávamos diretamente colesterol elevado com a progressão da doença. Esse estudo mostra que há outros caminhos inflamatórios, mediados pela microbiota, capazes de levar ao mesmo desfecho”, destaca Sancho.

O ImP é uma substância produzida a partir da degradação de aminoácidos pelas bactérias intestinais, especialmente em situações de dieta desequilibrada. Os pesquisadores observaram que padrões

CreativeCommons/Divulgação



Excesso de lipídios causa o enrijecimento de artérias e vasos, caracterizando a aterosclerose, uma das causas do AVC

Três perguntas para

MARCELO EVANGELISTA DA SILVA NETO, CARDIOLOGISTA DO HOSPITAL BRÁSILIA, DA REDE AMÉRICAS

Arquivo pessoal

Qual é a relevância de um biomarcador como o imidazol propionato (ImP) para o rastreamento precoce da aterosclerose?

As doenças cardiovasculares representam uma das principais causas de mortalidade no mundo, sendo a aterosclerose a principal responsável pelos eventos isquêmicos. A identificação precoce, especialmente em pacientes assintomáticos, é de grande relevância clínica, pois permite a adoção antecipada de medidas preventivas e a melhor orientação dos pacientes visando à redução do risco cardiovascular. A introdução do imidazol propionato (ImP) como biomarcador pode contribuir significativamente nesse contexto, ao possibilitar a detecção da doença antes mesmo das alterações observadas nos biomarcadores tradicionalmente utilizados.

Em pacientes com controle adequado do colesterol, mas com doença cardiovascular residual,



intervenções direcionadas à inflamação, como sugerido no estudo, podem mudar a prática clínica?

Sim. A aterosclerose é reconhecida como uma doença inflamatória crônica que resulta no acúmulo de placas lipídicas nas artérias. Intervenções que visam à inibição de vias inflamatórias específicas têm se mostrado promissoras,

considerando que a fisiopatologia das doenças cardiovasculares é multifatorial. Assim, a atuação terapêutica sobre mecanismos inflamatórios pode representar uma mudança importante no paradigma atual, tradicionalmente centrado no controle do colesterol.

O estudo sugere uma ligação entre a microbiota intestinal e o risco cardiovascular por meio do ImP. Isso reforça a importância de discutir dieta e saúde intestinal com pacientes cardiológicos?

Sim. Os hábitos de vida influenciam diretamente a composição da microbiota intestinal. Dietas com alto teor de gorduras saturadas e um estilo de vida sedentário tendem a causar a disbiose, que é o desequilíbrio na microbiota, marcada pela perda de diversidade e aumento de microrganismos potencialmente prejudiciais. Esse desequilíbrio tem sido associado ao desenvolvimento de inflamação crônica e de diversas doenças, incluindo as cardiovasculares. (PO)

alimentares considerados saudáveis, como o mediterrâneo, estavam inversamente relacionados aos níveis da molécula. “O estudo reforça a ligação entre microbiota intestinal e risco cardiovascular, destacando que a dieta pode modular essa relação ao influenciar a produção de metabólitos como ImP e, consequentemente, impactar na

inflamação”, destaca o cardiologista Carlos Nascimento, da Clínica Metasense.

Para o médico, a descoberta sugere que discutir dieta e saúde intestinal com os pacientes cardiológicos é essencial. “Especialmente para prevenir e gerenciar o risco residual”, diz, referindo-se às chances de eventos cardiovasculares, mesmo

com ações para reduzir a probabilidade de ocorrerem, como uso de medicamentos para colesterol. “Apesar de não haver controvérsias significativas, o campo é recente, e as diretrizes cardiológicas ainda não abordam diretamente a saúde intestinal, algo que pode evoluir com futuras pesquisas”, acredita.

Esperança de uma nova abordagem

Em busca do mecanismo que explica como o ImP se associa à aterosclerose, os cientistas europeus descobriram que a substância age especificamente sobre o receptor imidazolina-1 (IIR), presente em células de defesa conhecidas como mielóides. Esse componente celular já havia sido descrito, mas sua participação na inflamação e no endurecimento das artérias e dos vasos sanguíneos não era conhecida.

Quando os cientistas bloquearam o IIR, seja por meio de manipulação genética em camundongos, seja com o uso de um medicamento experimental chamado AGN192403, o efeito do ImP foi neutralizado. Nos animais tratados, as placas de gordura não se formaram ou regrediram, mesmo quando os camundongos foram submetidos a dietas ricas em colesterol. “Isso indica que o eixo ImP-IIR pode ser explorado tanto para diagnóstico precoce quanto para desenvolvimento de novas terapias independentes do colesterol”, explicam os autores.

Foco

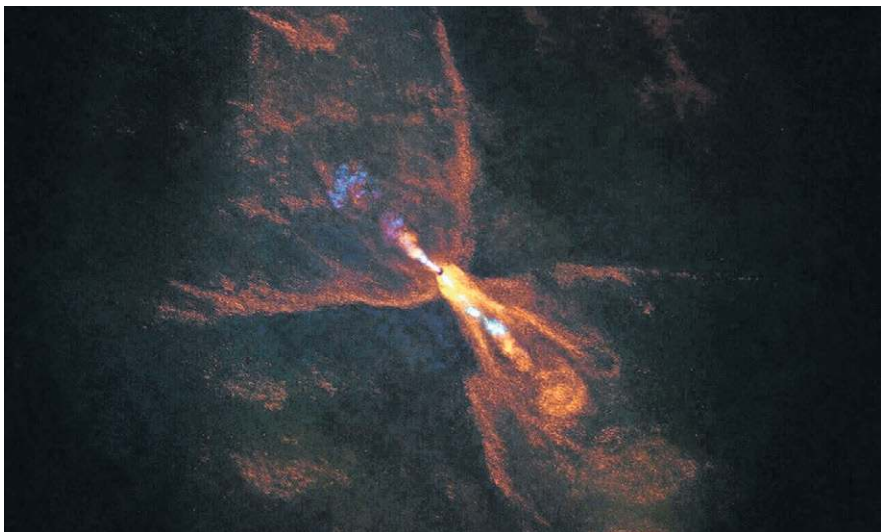
Embora a pesquisa ainda esteja em estágio pré-clínico, os resultados abrem caminho para a criação de testes de sangue que identifiquem indivíduos com risco aumentado de aterosclerose antes mesmo de alterações visíveis em exames convencionais. Além disso, terapias focadas no bloqueio do receptor IIR podem complementar o tratamento com estatinas, oferecendo proteção adicional para pacientes que, apesar de controlarem o colesterol, continuam em risco elevado.

Para o cardiologista Marcelo Bergamo, caso as descobertas sejam confirmadas em estudos clínicos, há importantes implicações para a prevenção e o tratamento da aterosclerose. “Ter um marcador capaz de prever de uma forma mais precoce tanto a inflamação quanto o surgimento das placas é muito importante, especialmente na prevenção de pacientes com risco mais elevado de doenças cardiovasculares e cerebrovasculares”, acredita.

“Hoje, temos uma quantidade grande de medicações muito boas para controlar o colesterol dos pacientes. Mas, apesar disso, ainda há o risco residual”, explica Bergamo. “Então, se tiver outro tratamento que atue em uma via distinta, realmente será algo importante”, diz, lembrando que ainda são necessários mais estudos antes de as descobertas publicadas na revista *Nature* se reverterem em benefícios clínicos. (PO)

ASTRONOMIA

ALMA(ESO/NAOJ/NRAO)/M. McClure e



A HOPS-315, estrela bebê, dá pistas sobre o início da formação planetária

O nascimento de um sistema solar

Pela primeira vez, astrônomos detectaram o momento em que planetas começaram a se formar em torno de uma estrela além do Sol. Usando o telescópio Alma, no Chile, e o James Webb, posicionado no espaço, os cientistas observaram a criação das primeiras partículas de material planetário — minerais quentes começando a se solidificar.

A descoberta publicada na revista *Nature* marca a primeira vez em que um sistema planetário foi identificado em um estágio tão inicial de sua formação e abre uma janela para o passado do nosso próprio Sistema Solar. Merel van Hoff, professora da Universidade de Purdue, nos Estados Unidos,

e coautora do artigo, compara a descoberta a “uma imagem do Sistema Solar bebê”.

O sistema planetário recém-nascido está emergindo em torno de HOPS-315, uma protoestrela a cerca de 1.300 anos-luz de distância da Terra, e um análogo do Sol nascente. Ao redor dessas estrelas bebês, os astrônomos frequentemente observam discos de gás e poeira conhecidos como “discos protoplanetários”, que são os locais de nascimento de novos planetas.

Solidificação

Com a descoberta, os astrônomos encontraram evidências de que

minerais quentes começaram a se condensar no disco ao redor do HOPS-315. Devido ao estado gasoso, os cientistas afirmam que o material está só começando a se solidificar. “Esse processo nunca foi visto antes em um disco protoplanetário — ou em qualquer lugar fora do nosso Sistema Solar”, diz o coautor Edwin Bergin, professor da Universidade de Michigan.

Segundo os cientistas, HOPS-315 fornece uma “analogia maravilhosa” para o estudo da história cósmica do Sistema Solar. Ele também oferece aos astrônomos uma nova oportunidade de estudar a formação inicial de planetas.

»Entrevista | JURACY LACERDA| SECRETÁRIO DE SAÚDE

Ao *CB.Poder*, o gestor destacou o programa “O câncer não espera. O GDF também não”, que em poucos dias reduziu a fila de espera de 900 para 650 pessoas. A meta é baixar drasticamente esses números até outubro

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



“Temos três meses para reduzir a fila oncológica”

O que é esse programa para agilizar o tratamento oncológico na rede pública de saúde e como ele vai mudar a vida dos pacientes?

Assim que assumi a Secretaria de Saúde, a primeira determinação do governador Ibaneis Rocha foi para cuidar das filas, principalmente da fila oncológica. Sabemos que o paciente que precisa de uma consulta oncológica ou que está em tratamento é um paciente para quem o tempo é primordial. Pautado nisso, determinamos uma resolução rápida desse problema. No início da gestão, tínhamos 900 pacientes (na fila) e um tempo médio de 74 dias para o paciente ser atendido. Com o desenho da linha de cuidado e algumas ações internas, conseguimos, antes mesmo da implementação do programa, reduzir de forma significativa a fila e o tempo de espera. Nós temos cerca de 650 pacientes e um tempo de espera médio de 51 dias, atualmente. Depois do programa, em pouco mais de uma semana, conseguimos agendar 48 pacientes para os próximos dias e outros 23 iniciaram o tratamento. A expectativa é muito grande, para que em três meses nós tenhamos praticamente uma fila basal.

Como a estruturação desse programa vai ajudar a melhorar o fluxo de atendimento para os pacientes que estão esperando consultas e tratamentos?

Quando um paciente está com o diagnóstico, ele vai precisar de alguns exames no decorrer da linha de cuidado. Ele vai precisar de uma tomografia, uma ressonância e, às vezes, precisar de um exame de patologia. Nós colocamos tudo isso em um pacote de tratamento. Por isso é importante desenhar uma linha de cuidado. Antes, quando o paciente precisava de uma tomografia, ele caía numa fila geral para o exame. Então, fizemos toda uma linha de cuidado para que esse paciente seja encaixado em uma fila prioritária para conseguir encurtar esse tempo e proporcionar um tratamento rápido, que impactará no prognóstico do paciente.

Qual o cenário de câncer aqui no DF? Quais são os que mais atingem homens e mulheres?

Segundo um estudo realizado para o

Ao *CB.Poder* — parceria do **Correio Brasileiro** — de ontem, o secretário de Saúde, Juracy Cavalcante Lacerda, destacou ações para reduzir a fila de espera oncológica no programa criado pelo Governo do Distrito Federal: O

último triênio (2023 a 2025) pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), foi feita uma previsão de que teríamos cerca de 6,3 mil novos casos de câncer por ano, considerando a Ride (Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno), estima-se cerca de 10,3 mil casos. Por isso temos que nos preocupar, cada vez mais, em ter um projeto de fortalecimento da linha de cuidado para essa doença. Quando se trata de homens, o perfil mais comum é o câncer de próstata, depois vem o câncer colorretal e, posteriormente, o câncer de pulmão. Quando falamos do sexo feminino, o mais comum é o câncer de mama — que tem a maior incidência no mundo —, depois temos o colorretal e, posteriormente, o de colo de útero. Esses são os perfis de patologias clínicas para os gêneros.

Como esse programa vai trabalhar a prevenção dos tipos de câncer?

Sempre estamos rediscutindo essa pauta oncológica, que é a questão da promoção e da prevenção. Faz parte do projeto promover essas informações de prevenção para a população, principalmente para a mais vulnerável. Sabemos também que muitas mulheres não procuram de forma preventiva, mas, às vezes, procuram quando estão com alguns sintomas. O programa também inclui o fortalecimento da atenção primária com medidas de rastreio. Vamos fazer uma conscientização muito grande para a população. Também fizemos alguns dashboards (painéis) para acompanhar todo o nosso processo em tempo real. Isso é importante para verificar as regiões que possuem maior concentração de pacientes oncológicos.

O senhor se lembrou de cartões, mensagens e ligações para os pacientes. Como isso funciona?

Um paciente oncológico, no processo

câncer não espera. O GDF também não. Às jornalistas Adriana Bernardes e Mila Ferreira, Lacerda afirmou que medidas para reduzir os gargalos da falta de funcionários também estão sendo feitas. Além disso, melhorar a rotatividade de leitos também é uma prioridade da secretaria.



Algumas frentes foram feitas e uma das mais importantes é a questão do giro de leitos. Eu tenho colocado para a equipe que podemos girar mais leitos reduzindo o tempo de internação"



Aponte a câmera para assistir à entrevista completa

posterior à infusão de quimioterapia, apresenta as defesas do corpo em uma taxa menor. Por vezes, esse paciente pega uma gripe em casa e começa a desenvolver um processo de pneumonia, aí ele procura a emergência e, às vezes, ele não é reconhecido (como paciente oncológico) e fica na recepção. O cartão de identificação que criamos identificará o paciente na triagem para garantir maior segurança para essa pessoa. Sobre as mensagens e ligações, é importante que os pacientes que estão na fila fiquem atentos para novidades. A equipe responsável entrará em contato constantemente.

De modo geral, foi possível fazer um raio X dos principais desafios da pasta?

Nós subdividimos o nosso planejamento de como ofertar mais assistências para a população com a estrutura que temos. Algumas frentes foram feitas e uma das mais importantes é a questão do giro de leitos. Eu tenho colocado para a equipe que podemos girar mais leitos reduzindo o tempo de internação. Tem um dado, que é dos hospitais públicos do Brasil, não é do Distrito Federal, mas estudaram cerca de 400 hospitais públicos e mostraram que a cada R\$ 100 investidos, 53% é desperdício justamente no giro de leitos. Então, colocando em uma escala de impacto, a gente tem que buscar, trabalhar, otimizar isso. A falta de servidores também é um dos gargalos que temos identificado. Não é só a falta de servidores, é a falta de uma melhor utilização dos nossos recursos humanos, um melhor direcionamento das nossas escalas.

O que está sendo feito para melhorar o direcionamento dos servidores para atender às demandas?

Estamos estudando e, muito provavelmente, iremos lançar nos próximos dias

um programa relacionado a cirurgias eletivas, tentando trazer um pouco da vertente para o (sistema) credenciado de cirurgias menos complexas. Às vezes a cirurgia de retirada de amígdala compete pela mesma sala cirúrgica de um paciente mais grave. A ideia é tentar tirar essas cirurgias de menor porte para a rede credenciada para tentar desafogar o nosso centro cirúrgico, enquanto nós fazemos uma reestruturação para ter mais eficiência do nosso centro cirúrgico.

Novas nomeações de servidores (médicos e enfermeiros) estão previstas para este ano?

Temos a previsão de nomeações para o segundo semestre e temos um processo relacionado à Lei de Responsabilidade Fiscal que ainda está travado, digamos assim, e estamos discutindo diretamente com o Palácio do Buriti. Não consigo dizer quantos profissionais vamos nomear, mas está sendo estudado o enfoque de suprir parte do déficit.

Outro gargalo que o senhor levantou é a questão da saúde mental dos servidores, que provoca muitas faltas ao trabalho. Como a secretaria está trabalhando para reduzir esse problema?

Temos um índice de absenteísmo, que são essas faltas, de certa forma grande, dentro da Secretaria de Saúde, os dados mostram cerca de 20%, mas esse percentual está em queda. Estamos tentando traçar um índice de absenteísmo por setor. Qual o índice de absenteísmo naquele centro cirúrgico, por exemplo? Porque eu tenho que entender, em específico, o que está acontecendo dentro daquele centro cirúrgico. Essas faltas podem ser geradas por déficit, assim como acontece por conta de chefias. Há vários fatores inerentes ao absenteísmo. Então nós estamos estudando isso e buscando, de certa forma, cuidar melhor do nosso servidor. Também estamos com um projeto para trazer um ambiente de cuidado para esses servidores, como se fosse um modelo de atenção primária à saúde (para os servidores).

* Estagiário sob a supervisão de José Carlos Vieira

Eixo Capital



ARTHUR DE SOUZA (INTERINO)
arthursouza.df@cbnet.com.br

Gerenciamento de crise no sistema prisional

Divulgação/SSP



A Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF) reuniu, nesta semana, representantes das principais forças de segurança em uma reunião para debater a implementação do decreto que estabelece os protocolos de operações integradas, além de regulamentar a atuação conjunta e coordenada dos órgãos de segurança em situações de crise de nível estratégico e operacional. Os protocolos visam consolidar um plano de atuação unificado em ocorrências como rebeliões, motins, tomadas de reféns, fugas em massa e outras situações que representem ameaça à ordem e à segurança das unidades prisionais e socioeducativas.

Visão fortalecida

Durante o encontro, foram apresentados o cronograma de simulações operacionais conjuntas e os planos de ação para gerenciamento de crises. Os centros de comando integrados funcionarão como núcleos de decisão com acesso a informações em tempo real, imagens de monitoramento e suporte tático. “A reunião marca um novo patamar na política de enfrentamento a crises no sistema prisional, com atuação rápida, técnica e integrada. Segurança pública se faz com planejamento, cooperação e agilidade, e o decreto fortalece essa visão de Estado”, afirmou o secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar.

Apoio de inteligência

Participaram da reunião representantes das polícias Civil, Federal, Militar e Penal, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Administração Penitenciária, Departamento de Trânsito, Secretaria de Justiça e Secretaria de Transporte e Mobilidade. A PF atuará com apoio de inteligência e articulação nacional, especialmente em casos envolvendo organizações criminosas com atuação interestadual ou transnacional.

Reprodução/redes sociais



Apoio ao ex-presidente

Depois que a Procuradoria Geral da República (PGR) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), no processo que investiga a suposta tentativa de golpe de Estado, a vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), postou uma mensagem de apoio ao aliado político. Em uma foto em que aparece sorrindo ao lado de Bolsonaro, a progressista utilizou a seguinte frase: “Nas horas difíceis, o sorriso sempre renova o nosso dia!”.

Audiência cancelada

Estava marcada para hoje, na Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, uma audiência pública para debater as denúncias de assédio sexual envolvendo o deputado distrital Daniel Donizet (MDB). No entanto, o evento proposto pela deputada federal Érika Kokay (PT-DF) foi adiado após decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que cancelou as reuniões das comissões permanentes para priorizar as votações no plenário da Casa. Entre os temas agendados, estão o projeto sobre licenciamento ambiental e o uso do Fundo Social para quitar dívidas rurais.

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados



Dimmy Falcão/TJDFT



Reconhecimento

O presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), desembargador Waldir Leôncio Júnior, foi agraciado com a Medalha do Mérito Santos Dumont. A honraria foi entregue, ontem, durante a cerimônia cívico-militar alusiva ao vitorioso regresso dos heróis da Segunda Guerra Mundial, na Base Aérea de Brasília. A solenidade também celebrou o aniversário de nascimento de Alberto Santos Dumont, patrono da Aeronáutica Brasileira e considerado o pai da aviação, e o Dia do Veterano da Força Aérea Brasileira (FAB).

Jurisprudência

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), por meio da Coordenadoria de Doutrina e Jurisprudência (CODJU), lançou o *Direito da Criança e do Adolescente na visão do TJDF*, novo produto da área de jurisprudência do tribunal. A publicação apresenta uma seleção de institutos e teses jurídicas relacionados ao direito da criança e do adolescente sob a ótica do TJDF. O produto é voltado para quem lida com direito, como juízes(as), promotores(as), advogados(as), servidores(as) da Justiça, estudantes, além de interessados(as) e estudiosos do tema. Ele nasce com o intuito de facilitar a pesquisa temática sobre assuntos que envolvem direitos da infância e juventude.

Exposição

A exposição *Ilustradamente concreto: ressignificando as casas do MPDFT* estreou, ontem, na Promotoria de Justiça de Planaltina e ficará exposta até 16 de setembro. Os visitantes podem conferir 12 obras produzidas pelo servidor e design gráfico Nilton Silva, em homenagem às unidades da instituição. A mostra, que é itinerante e conta com audiodescrição das imagens por meio de QR code, retrata um pouco da história do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) nas cidades. A entrada é gratuita.

Divulgação/MPDFT



Divulgação/MPDFT



Produção de provas

Em uma ação voltada ao aprimoramento da persecução penal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) promoveu um evento de instrução para policiais do 14º Batalhão da Polícia Militar (PMDf), em Planaltina. O encontro teve como foco a capacitação do efetivo em temas cruciais da atividade probatória com o objetivo de alinhar procedimentos e fortalecer a atuação conjunta entre as duas instituições. Durante o evento, foram discutidos temas essenciais para garantir a qualidade e a legalidade das provas colhidas em ocorrências. Os promotores abordaram a necessidade de uma instrução robusta, com a coleta de provas como vídeos, áudios e depoimentos detalhados.

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

SEGURANÇA PÚBLICA

Chamadas falsas sobrecarregam os serviços de emergência no Distrito Federal, consomem recursos públicos e podem atrasar pedidos de socorros reais. Decreto prevê multas entre um e três salários mínimos para o infrator

Trotes afetam ação dos bombeiros

» NATHÁLIA QUEIROZ

Brincadeiras perigosas seguem atrapalhando o funcionamento dos serviços de emergência no Distrito Federal. O Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) tem atendido, em média, 18 trotes por dia. No total, foram 416 ligações falsas em 2025, de um total de 28.621 atendimentos feitos pelo Centro de Operações e Comunicação Bombeiro Militar.

Apesar de representar 1,5% das chamadas, o número não deixa de acender um alerta. Os prejuízos causados por essas ligações falsas vão muito além do desperdício de tempo. Há um impacto direto no tempo de resposta às ocorrências reais, no uso de viaturas, no trânsito da cidade, na segurança dos socorristas e, acima de tudo, no atendimento a quem realmente precisa.

O tenente Jean Charles, do Corpo de Bombeiros, relatou um caso recente em que a central recebeu uma ligação que denunciava um suposto vazamento de gás em Taguatinga, que seria de grande proporção, o que acabou mobilizando

cinco viaturas, além do apoio de outros órgãos.

“A pessoa relatou um grande vazamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) e que a empresa que fazia a manutenção levaria duas horas para chegar no local. A gente teve um transtorno gigante, levou, indiretamente, um impacto no trânsito, porque a gente gera pressa nos veículos da via, além de criar um contexto estressante para todos os envolvidos”, contou o militar.

Ele ressalta que, a cada deslocamento indevido, é representado um custo real aos cofres públicos, e o pior, a central de emergências 193 pode ficar sobrecarregada. “Há todo o deslocamento de viaturas, um pessoal empenhado nas ocorrências, sendo que, neste momento, concomitantemente, tinham outras ocorrências”, afirma.

No Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu-192), a situação não é diferente. O sistema registrou 2.731 trotes até junho deste ano. O perfil mais comum dos autores das chamadas falsas é formado por crianças que ligam “brincando” ou pessoas que querem apenas conversar. O problema é que, enquanto

uma linha está ocupada por uma ligação sem fundamento, alguém que esteja em uma emergência pode ficar sem atendimento.

Medidas educativas

Diante da gravidade do problema, os serviços de emergência têm adotado uma série de medidas educativas, tecnológicas e punitivas. O CBMDF realiza campanhas frequentes de conscientização, aproveitando entrevistas, visitas escolares, simulações e demonstrações públicas para explicar os riscos dos trotes.

O Samu investe em ações educativas com o público jovem, por meio do projeto Samuzinho. Equipes de profissionais da saúde visitam escolas e ensinam as crianças sobre a importância do serviço, noções básicas de primeiros socorros e os impactos de ligações falsas. Do lado tecnológico, o sistema do Samu 192 consegue identificar números recorrentes. Chamadas repetidas de trote são automaticamente rejeitadas, liberando a linha para quem realmente precisa de ajuda.

Segundo a Secretaria de



Segurança Pública do DF (SSP-DF), o Governo do Distrito Federal editou, em 2023, o Decreto nº 44.427, que prevê multas entre um e três salários mínimos para quem realiza trotes a serviços de emergência.

A Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) pode aplicar penalidades após a identificação do titular da linha telefônica ou do responsável pela chamada indevida.

Prática de crime

O impacto dessas ações vai muito além de um simples “alarme falso”. Segundo o advogado Rubens Pires, trata-se de um crime previsto no ordenamento jurídico brasileiro, que gera prejuízos concretos aos cofres públicos e desestrutura o funcionamento de serviços essenciais.

“Hoje, é cada vez mais comum vermos pessoas utilizando canais oficiais para fazer acusações sem qualquer fundamento jurídico, com o claro objetivo de prejudicar terceiros ou alimentar boatos. Essa prática, além de irresponsável, provoca a mobilização indevida do Estado, causando um dano direto ao erário”, afirma Pires.

Entre os possíveis crimes, é possível enquadrar a conduta como falsa comunicação de crime, com pena de detenção de até seis meses ou multa. E em casos mais graves, a conduta pode configurar denúncia caluniosa ou difamação, especialmente quando há a intenção de prejudicar terceiros.

“Estamos diante de um verdadeiro desserviço à coletividade. É preciso reforçar, inclusive por meio de políticas públicas, a ideia de que o uso do aparato estatal deve ser feito com responsabilidade e boa-fé. O mau uso é crime e precisa ser tratado como tal”, ressalta o advogado.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Dói só quando eu rio

“Sente-se, leitura fluída/agradável/sem anteparos ou/escolhos/é para ler de uma/sentada”, escreve o poeta Francisco Alvim em um dos poemas de *O metro nenhum* (Ed. Cia das Letras). O poema não está no início, mas bem que poderia funcionar, a um só tempo, como roteiro e senha, mas irônicos. Eles propõem ao leitor um jogo com os sentidos. É preciso

ler além do que está escrito.

Vejam só como é misteriosa a poesia. Ganhei o livro na época do lançamento, em 2011, não me tocou ou, melhor, não me toquei. No entanto, em 2019, ele caiu-me nas mãos, pedindo ou ordenando que eu o lesse. O próprio Chico disse que é possível aplicar plenamente à poesia aquela definição dada por Magalhães Pinto à política: é uma nuvem, cada vez que você olha, ela está diferente e sopra em outra direção.

Todavia, voltemos ao livrinho magro, de poemas quase sempre curtos, mas contundentes. Chico parece um Dalton Trevisan do Lago Norte a destilar ironia, farsa e dramas de R\$ 1,99 em sua antilira, em sua antipoesia: “Mas se todos fazem”, escreve no poema *Argumento*. Mirou em um alvo de circunstância, porém acertou em tantas

atrocidades que se fazem em nome do princípio ético partilhado por muitos em outros tempos.

Algumas vezes, os poemas de Chico são muito engraçados, chegam a produzir um efeito hilariante, como é o caso do intitulado *História de neto*: “São muito chatas/mas esta vale a pena/a babá/mocinha de treze catorze anos/resistiu o quanto pôde/mas acabou que confessou tudo/só que tudo era outra coisa/muito pouco/quase nada/cinco reais um lençol um quilo de arroz/o Cartier negou”.

Corte godardiano da cena para o neto: “Ele três aninhos só ouvindo/e/de repente:/(nunca vi criança tão inteligente)/mas que perigo/podiam ter roubado a minha chupeta”. Chico inventou o falso poema-piada, sua poesia é carregada de

segundas e terceiras intenções. O não dito, o apenas insinuado, é sempre o essencial. É o que se lê em *Um churrasco*: “Não foi desmarcado/ela estava muito velhinha/muito doentinha”.

Os poemas não se esgotam na piada diluidora. Doem só quando você ri. Contrabandeiam inquietação a cada blague. Em *Terço*, ele diz: “Foi dela/era tida como uma santa/com quem fica?” Chico é mineiro, exercita uma consciência moral atormentada, crítica e implacável com as ridicularias humanas.

Mas também exerce a veia lírica. Em *Sonoro*, possivelmente inspirado na luz brasileira, ele saúda a alvorada: “Voz que dança/na luz que brilha nesta linha/branca/do horizonte/Luz, luz/que cresce/no espaço que se abre/da aurora”.

A antilira radical, feita de pequenos nadas, ou de “cacos de ar”, pode levar muitos a questionarem se seus versos são, de fato, poesia. Ele arrisca uma resposta no poema *Metro*, que discute a pendenga sobre quem seria o maior poeta brasileiro. Drummond saiu fora, negando que alguém o tenha medido com fita métrica para saber.

Chico emenda: “Estava certo/pois a poesia/quando ocorre/tem mesmo a perfeição do metro/nem mais/nem menos/só que de metro nenhum/um metro ninguém/um metro de nadas”. A mensuração da poesia não é científica nem matemática. Os poemas de Chico transcendem a piada que se apaga e permanecem em nossa cabeça, provocando inquietação depois da leitura: “Mas se todos fazem”.

Além das multas, o uso de smartphone por motociclistas resultou em mais de 164 mil internações no SUS por acidentes envolvendo motos. Especialistas em trânsito e de saúde alertam para o perigo, especialmente para entregadores

O risco do celular sobre duas rodas

» CARLOS SILVA

O uso dos aparelhos celulares tem se tornado comum entre motociclistas e se consolidado como uma das principais causas de distrações no trânsito e acidentes. Além dos impactos individuais, esses acidentes sobre duas rodas se mostram como um grande desafio de saúde pública. Segundo a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), só em 2024, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 164.970 internações por sinistros envolvendo motos — o que representa 78% de todas as hospitalizações por acidentes de trânsito. O impacto econômico também é expressivo: as ocorrências com motociclistas custaram mais de R\$ 257 milhões ao sistema, com uma média de R\$ 60 mil por pessoa atendida.

Embora não disponha de recorte específico por tipo de veículo nas infrações, o Departamento de Trânsito do DF (Detran-DF) fiscaliza as ocorrências uso de celular por condutores no geral. Entre janeiro e agosto de 2024, nada menos que 50.782 motoristas foram autuados por essa infração. Os números revelam que, em média, 208 condutores são flagrados diariamente manuseando ou utilizando o aparelho enquanto dirigem na capital federal.

Dados mais recentes revelam um cenário ainda mais grave entre motociclistas, já que esse uso dos aparelhos tem gerados consequências. Entre janeiro e maio de 2025, o Detran-DF registrou 54 acidentes envolvendo motociclistas, número superior ao mesmo período de 2024, que teve 42 ocorrências. Em todo o ano passado, foram 97 sinistros com motos e, em 2023, 91. Já o número de mortes cresceu de forma preocupante: 69 em 2023, 74 em 2024 e 48 somente nos cinco primeiros meses de 2025.

Perigo no guidão

Segundo alerta da Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet), de acordo com diretriz médica elaborada pela entidade, cerca de metade das falhas de atenção ao conduzir (FAC) estão relacionadas ao uso do telefone celular. “Dirigir e usar o celular

simultaneamente representa risco real e imediato. Enviar mensagens pelo WhatsApp, conduzindo um veículo a 80 km/h, equivale a estar dirigindo com os olhos vendados por um percurso das dimensões de um campo de futebol oficial”, aponta o relatório intitulado Riscos do uso do telefone celular na condução de veículos automotores.

Aquella Couto, médico especializado em medicina de tráfego e membro da Abramet, ressalta que o uso do celular por motociclistas no trânsito representa um risco real e imediato à segurança viária, especialmente para aqueles que utilizam a moto como ferramenta de trabalho. “Estima-se que a chance de envolvimento em um sinistro seja até 20 vezes maior para quem conduz utilizando o celular”, alerta.

Ele, porém, destaca que, embora os motofretistas tenham responsabilidade ao manusear o celular enquanto pilotam, as empresas de entrega também devem assumir um papel ativo na prevenção dos sinistros. “As contratantes deveriam ser corresponsáveis. Afinal, quando um entregador sofre uma queda, a empresa também perde um colaborador”, afirma.

Necessidade

Com três anos de experiência como motoboy, Kevin Brandão, 23, vê que os riscos não são apenas teóricos. Ele presenciou acidentes provocados por distrações. “Estava na 302 Sul e vi um colega sair do semáforo olhando para o celular. Um carro veio e bateu nele na hora”, relembra. “A gente tem que usar GPS para tudo, então, às vezes, dá uma olhadinha rápida, aceita um pedido, confere a rota. Mas é nessa hora que o acidente pode acontecer”. O jovem também aponta que muitos motociclistas iniciantes são mais dependentes da tecnologia. “No começo, eu usava GPS até para entrar do outro lado da rua, mas quem não conhece não tem muita opção”, diz.

Apesar dos riscos evidentes, o uso do celular por motociclistas durante o trabalho é quase inevitável. Aos 40 anos, Alessandro Friet atua há pouco mais de um ano como entregador e relata jornadas que podem ultrapassar 12 horas. “A gente evita ao máximo usar o celular em movimento, mas, às vezes, é inevitável”, admite. Para ele, o

Minervino Júnior/CB/DA Press



Internações por sinistros com motos representam 78% das hospitalizações por acidentes de trânsito

Bruna Gaston CB/DA Press



Kevin Brandão relembra acidente que presenciou na Asa Sul

uso consciente do celular no trânsito exige bom senso, algo que, segundo observa, está cada vez mais raro.

Alessandro reconhece que o celular é uma ferramenta de trabalho importante, mas também acredita que a responsabilidade não pode recair apenas sobre o motociclista. “A cobrança, muitas vezes, pesa mais para quem está ralando. Mas esse debate precisa incluir outros atores também: as plataformas, os gestores públicos e a sociedade”, afirma. Ele aponta, ainda, a pressão

por produtividade como um fator de risco. “A taxa (de lucro) é baixa e, para ganhar mais, o cara precisa fazer mais entregas. Isso empurra o trabalhador a usar o celular até quando não deveria”.

Conscientização

Para o especialista em trânsito e professor da Universidade de Brasília (UnB) David Duarte, o uso do celular durante a condução de veículos tornou-se prática comum

especialmente entre os condutores que trabalham com entregas. Duarte destaca que, no caso dos motociclistas, o uso do celular enquanto pilotam é ainda mais grave. “No carro, você ainda consegue manter uma das mãos no volante. Na moto, não. Os controles estão nas mãos — o freio e a embreagem são manuais. Além disso, o motociclista precisa manter o equilíbrio. Tirar uma das mãos do guidão para segurar o celular é extremamente perigoso”, afirma.

O que dizem as plataformas

O *Correio* entrou em contato com as plataformas de entrega (Ifood, Loggi, Rappi, 99app e Zé delivery), mas somente a Ifood respondeu. Veja o que a empresa diz:

Em resposta aos riscos associados ao uso do celular no trânsito por motociclistas, o iFood afirma que a segurança dos entregadores é prioridade absoluta e rejeita qualquer tipo de pressão por agilidade que possa incentivar comportamentos perigosos. A empresa reconhece que o uso do celular enquanto se pilota é comparável, em termos de risco, à condução sob efeito de álcool — aumentando em até 400% a probabilidade de acidentes. Por isso, orienta que o acompanhamento de rotas seja feito exclusivamente por meio de suporte fixado no guidão, com manuseio apenas quando o veículo estiver parado. O aplicativo já calcula o tempo de entrega considerando os limites de velocidade das vias, evitando prazos irreais e incentivando deslocamentos seguros. Para reduzir a necessidade de interação com o celular durante a pilotagem, o iFood afirma investir em funcionalidades como rotas otimizadas, alertas de segurança e incentivos a boas práticas por meio do programa Visão Zero, lançado em 2024. A iniciativa promove campanhas educativas, treinamentos presenciais e online, e já capacitou mais de 100 mil entregadores em direção defensiva e uso responsável do celular.

O especialista, no entanto, destaca que é importante levar em conta que o combate ao problema passa principalmente pela educação e conscientização. “Muitos motociclistas usam como uma ferramenta necessária para o trabalho. Essa é uma situação complexa entre o uso e a atenção ao trânsito. Mas precisam entender que há formas seguras de fazer isso. O certo é parar o veículo, fazer a ligação ou verificar o endereço, e só então seguir viagem. É uma questão de autoproteção”, conclui.

Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.dfg@dabr.com.br

Sepultamentos realizados em 16 de julho de 2025

» Campo da Esperança

Abílio Teixeira de Oliveira Filho, 77 anos
Adelita Marcal, 83 anos
Antonio Ribeiro Palhares, 96 anos
Cinzas M. Nazareth Maisonette Lobo Pereira, 100 anos
Diego Silva Ferreira, 35 anos
Edinilson Ribeiro dos Santos, 76 anos
Fernando Widholzer, 75 anos
Francisca das Chagas Oliveira, 90 anos
Gael Marchiori de Souza Pereira, menos de 1 ano
Irene de Faria Valença, 94 anos
João Francisco Furtado do Vale, 75 anos
Lindaura Conceição Costa de Andrade, 87 anos
Maria Marlene Le Daguara Lobo, 85 anos
Marieta Rodrigues do Roteu, 98 anos

Neusa Barbosa Baeta da Silva, 104 anos
Teonilha dos Santos Costa, 103 anos

» Taguatinga

Antonio Luiz Rangel, 63 anos
Aziz Ichahine, 69 anos
Dilson Carlos Bruschi, 59 anos
Domitília Maria de Paula, 84 anos
Edizia Gonçalves Santana, 77 anos
Edson Nunes de Araújo, 52 anos
Everaldo Batista de Lucena, 69 anos
Francimar Vicente da Silva, 56 anos
Heleni Guilherme Barbosa de Oliveira, 56 anos
Lasaro Jose do Nascimento, 72 anos
Maria Alves Teixeira, 91 anos

Maria das Graças Amaral da Silva, 71 anos
Maria do Carmo Araújo da Conceição, 82 anos
Nilda Gonçalves dos Santos, 60 anos
Roselia Maria de França Oliveira Araújo, 58 anos
Tyller Henrique Pereira de Lima, menos de 1 ano
Zilda Mendes da Silva Ferreira, 87 anos

» Gama

Etelvina Felix de Amaro, 80 anos
Francisco Jose Sousa, 74 anos
Izadora Rodrigues Pereira, menos de 1 ano
Miguel Arcanjo Ramos Nascimento, menos de 1 ano

» Planaltina

Nelcino Salustriano de Souza, 68 anos

» Sobradinho

Cleide Maria Ribeiro, 78 anos
Lucy Fernandes Maia, 59 anos
Marlene Ferreira de Aguiar Lima, 54 anos
Sebastião Jose de Carvalho, 97 anos

» Jardim Metropolitano

Junio Francisco de Assis Lima Rodrigues, 44 anos
Juraci Pereira Noleto, 78 anos
Alex Gomes do Nascimento, 45 anos
Sandra Catarina do Amaral, 60 anos (cremação)
Maria Cleusa de Almeida Guerra, 88 anos (cremação)
Maria das Graças Dias de Freitas, 77 anos (cremação)
Adelita Azevedo e Araújo, 86 anos (cremação)



A palavra é o instrumento
irresistível da conquista
da liberdade.
Rui Barbosa



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Empresários e trabalhadores do comércio fecham acordo para reajuste salarial

Os mais de 120 mil empregados do comércio varejista vão receber os salários retroativos a maio e dos demais meses com reajustes variando entre 5,32% e 4%. Para quem ganha até R\$ 8 mil mensais, o aumento será de 5,32%. Os que recebem acima de R\$ 8 mil foram contemplados com 4% e mais 1,32% a partir de 1º de novembro próximo sobre o salário reajustado. O salário de ingresso — piso da categoria — passa para R\$ 1.681. A nova Convenção Coletiva de Trabalho foi assinada pelos presidentes do Sindicato do Comércio Varejista, Sebastião Abritta, e do Sindicato dos Comerciantes, Geralda Godinho. O trabalho nos feriados foi liberado em todas datas, exceto em 25 de dezembro de 2025, 1º de janeiro de 2026 e na Sexta-feira Santa — que cairá em 3 de abril de 2026.



Sindivarejista-DF

Fecomercio



CDL homenageia Sistema Fecomércio-DF e celebra parceria institucional

O presidente do Sistema Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, e o diretor regional do Sesc-DF, Valcides de Araújo, foram homenageados pela Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-DF) pela colaboração em projetos e pelo apoio ao desenvolvimento do varejo local. A entrega de medalhas e diplomas foi feita pelo presidente da casa, Eduardo Pereira Neto, durante cerimônia na sede da entidade. O empresário Tallal Abu Allan, integrante das duas instituições empresariais, também participou do encontro.

60 anos da entidade

A homenagem é parte das celebrações pelos 60 anos da CDL-DF, comemorados em 13 de abril. “Escolhemos homenagear pessoas que contribuíram com o Distrito Federal e com a nossa instituição. José Aparecido e Valcides se destacam especialmente pela parceria no projeto ‘Cativando Sorriso’”, destacou Pereira Neto.

Atendimento odontológico a crianças

O projeto “Cativando Sorriso” oferece atendimento odontológico a crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos, por meio de unidade móvel do Sesc-DF que circula pelas Regiões Administrativas. A instituição fornece ainda os insumos e a equipe responsável pelos procedimentos.

Tarifaço de Trump pode encolher PIB dos EUA

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que o principal prejudicado com as tarifas impostas pela Casa Branca a parceiros comerciais são os Estados Unidos. O PIB americano pode cair 0,37% a partir das barreiras tarifárias impostas a Brasil, China e 14 outros países, além das taxas impostas à importação de automóveis e aço de qualquer lugar. O tarifaço pode reduzir em 0,16% o PIB do Brasil e da China, além de provocar uma queda de 0,12% na economia global e uma retração de 2,1% no comércio mundial (US\$ 483 bilhões).

Política do perde-perde

“Os números mostram que esta política é um perde-perde para todos, mas principalmente para os americanos. A indústria brasileira tem nos EUA seu principal mercado, por isso a situação é tão preocupante. É do interesse de todos avançar nas negociações e sensibilizar o governo americano da complementariedade das nossas relações. A racionalidade deve prevalecer”, afirma o presidente da CNI, Ricardo Alban.

Ed Alves/CB/DA,Press



Apelo ao comando da PMDF

O presidente do Sindhobar, Jael Silva, a diretora de Hospedagem, Valéria Farias, e o presidente do Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do DF (Siese-DF), Perseu Costa, foram recebidos ontem pela comandante da PMDF, coronel Ana Paula Barros Habka, e pelo sub-comandante geral, coronel Fabrício Boechat de Camargos. Relataram a preocupação com a sensação de insegurança dos empresários, aumento de roubos em estabelecimentos e importunação aos clientes e à comunidade por moradores de rua e criminosos infiltrados nessa população.

Integração de câmeras públicas e privadas

O grupo de empresários apresentou reivindicações de providências relacionadas em ofício. E sugeriu projeto de integração entre as câmeras públicas e as privadas existentes, aumentando significativamente a capacidade de vigia do DF como um todo, numa parceria público-privada. “Esta seria uma medida muito rápida de implantação, com uma capacidade de identificação de delitos on-line e simultâneos e uma rapidez de interferência e ação imediata, diminuindo exponencialmente as ocorrências e aumentando significativamente as prevenções, evitando os delitos”, disse Jael.

LUTO/ O preço e a falta de alternativas públicas para cremação e enterro de animais de estimação aumenta ainda mais a dor dos tutores. E a destinação incorreta que muitos acabam dando pode causar danos ao meio ambiente

O alto custo para sepultar pets

» NATHÁLIA QUEIROZ

Com a perda de um animal de estimação, tutores no Distrito Federal enfrentam não apenas o luto, mas também o desafio de acessar um serviço essencial, que é a destinação adequada dos restos mortais dos pets. Não há opções públicas, o que torna o serviço financeiramente inacessível para muitos.

Em um cenário no qual 55% dos domicílios brasileiros abrigam ao menos um animal, segundo a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Ampliada (PDAD) de 2024, a ausência de alternativas gratuitas compromete tanto o bem-estar emocional de quem busca uma despedida respeitosa quanto o controle sanitário e ambiental do DF.

Além disso, o impacto emocional da perda de um companheiro pode ser muito forte. “A gente tem que lembrar que hoje os animais são parte da família. O luto precisa ser validado e não depende da espécie, mas da relação que a gente constrói com ela. A despedida é essencial para a saúde emocional dos tutores”, diz a psicóloga clínica Sandy Luiza.

Carol Felix, 28, encontrou uma maneira simbólica de lidar com a perda. Após a morte da cachorrinha Susy, 20 anos, ela contratou um serviço de cremação e usou parte das cinzas para plantar uma árvore no prédio onde morava. “Ele tá lá crescendo, não tá florescendo ainda, mas vai ser rosa. Transformei a saudade em ipê”, diz.

O preço da morte de um companheiro vai muito além dos custos financeiros. Rose Alves, 51 anos, viveu essa dor ao se despedir da poodle Patty, de 17 anos. Diante de um tumor no pâncreas, autorizou a eutanásia e optou pela cremação. Sem condições físicas e emocionais, não conseguiu acompanhar o processo. O serviço foi realizado em uma clínica veterinária e Rose preferiu não ficar com as cinzas.

Bruna Gaston CB/DA Press



Rose Alves optou pela cremação e preferiu não ficar com as cinzas da poodle Patty

nica veterinária e Rose preferiu não ficar com as cinzas.

Saúde pública

O **Correio** procurou a Gerência de Vigilância Ambiental, responsável pelo controle de zoonoses no DF, para entender como deve ser feito o manejo correto de animais mortos. O órgão explicou que não oferece subsídio para o recolhimento desses corpos. “Somos responsáveis apenas por recolher macacos, micos e mor-

cegos, por serem potenciais transmissores de doenças específicas”, informou a pasta.

Já o recolhimento de animais mortos nas vias públicas do Distrito Federal é feito pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU). De janeiro a março deste ano, foram coletadas 19 toneladas. Em 2024, foram recolhidas 69 toneladas e em 2023, 64 toneladas.

A bióloga e mestre pela UnB Angélica Yousef alerta que o encaminhamento dessa quantidade de animais para aterros sanitários não é a

forma mais adequada de manejo. Segundo ela, essa prática pode oferecer riscos à saúde pública. “O processo de decomposição dos animais pode durar bastante tempo, período no qual ocorre a proliferação de bactérias que podem contaminar o solo e atrair outros animais para o local, o que é prejudicial do ponto de vista sanitário”, aponta.

Para Aníbal Souza Felipe da Silva, presidente da Comissão Nacional de Medicina Veterinária Legal do Conselho Federal de Medicina Veterinária

Licenciamento

O Instituto Brasília Ambiental (Ibram) informou que, em 2021, concedeu licença ambiental simplificada a um empreendimento privado, para a realização de serviços de cremação de animais. O órgão não localizou, em sua base de dados, autorização para cemitério de animais no DF.

Sobre a licença para o crematório, trata-se da Ambiental Pet, localizada em Sobradinho, com escritório 24 horas na Asa Norte, que funciona dentro de uma

clínica veterinária. A empresa oferece duas opções de serviço: cremação coletiva, sem devolução das cinzas, com certificado de cremação pelo WhatsApp; e cremação individual, com devolução das cinzas, pingente com cinzas, folha com a pata do paciente carimbada e certificado de cremação impresso.

Os preços variam conforme o peso do animal. Na modalidade coletiva, vão de R\$ 350 a R\$ 990. Na individual, ficam entre R\$ 600 e R\$ 1.350.

» Legislação

O DF não conta com uma legislação distrital para tratar sobre cremação e sepultamento de pets. No entanto, tramita na Câmara Legislativa (CLDF) o PL 842/2019, de autoria do deputado Daniel Donizet (PL), que autoriza ambos os procedimentos em campos, túmulos e jazigos localizados nos cemitérios públicos e privados do DF. O texto foi aprovado nas comissões de mérito e está na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) — última etapa antes do Plenário, onde será analisado sob a perspectiva da constitucionalidade.

ria (CNMVL-CFMV), é essencial a destinação correta dos corpos para evitar esse risco.

No Brasil, a declaração oficial de óbito dos pets é feita por médicos veterinários, que devem fornecer um atestado ao tutor com orientações sobre a destinação adequada. “Se o animal morreu em uma clínica ou hospital veterinário, o estabelecimento pode cuidar da destinação. Caso o tutor opte pelo sepultamento, deverá responsabilizar-se por fazê-lo atendendo à legislação ambiental”, detalha.

Com a inclusão dos animais no núcleo familiar, formando o que juristas chamam de “família multiespécie”, aumenta a preocupação com

a destinação adequada dos restos mortais desses pets.

Arthur Regis, vice-presidente da Comissão Especial de Proteção e Defesa dos Animais da OAB-DF, ressalta que o correto é sempre procurar as clínicas veterinárias e serviços especializados, por seguirem as normas locais. Ele reforça o alerta dos especialistas.

“Não é recomendável que o animal seja enterrado em áreas inadequadas, como granjas, pois isso pode configurar crime ambiental”, alerta Regis. Ele destaca que o corpo do animal pode contaminar o lençol freático durante a decomposição, representando riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



No ano passado, as duas mil vagas disponíveis esgotaram-se em três horas. A expectativa é de que o sucesso se repita nesta edição ou seja ainda maior

LARGADA PARA A Marotinha 2025

Com inscrições abertas, a competição para atletas mirins promete emoção em uma das corridas para a garotada mais divertidas e tradicionais do DF

» DAVI CRUZ

As inscrições para a Marotinha 2025, a tradicional corrida infantil que reúne milhares de pequenos atletas do Distrito Federal, começaram. A competição, bastante celebrada na cidade, será realizada em 12 de outubro, no Dia das Crianças, no Eixo Cultural Ibero-Americano, ao lado da Torre de TV. A prova conta com baterias entre 50 e 400 metros, conforme a idade dos inscritos, os corredores de 3 a 13 anos. Com vagas limitadas, o valor da inscrição é de R\$ 70, e pode ser feita exclusivamente pelo site oficial www.correrbrasil.com.br. No ano passado, as duas mil vagas disponíveis esgotaram-se em apenas três horas. A expectativa é de que o sucesso se repita ou seja maior.

Após se inscrever, além da experiência de competir em um evento oficial e divertido, cada participante inscrito recebe um kit composto por uma camisa oficial da prova, sacochila personalizada, copo, medalha de participação (para todos os que completarem a corrida) e um kit lanche pós-prova. A premiação principal será uma bicicleta para o primeiro colocado de cada bateria, separadas por idade e sexo. Uma forma de valorizar o desempenho e incentivar ainda mais o esporte nas primeiras fases da vida. Um dos inscritos na edição deste ano é Eduardo Gonçalves, 6 anos. Ele participou da Marotinha no ano passado e conquistou o segundo lugar, na prova dos 50 metros. Para este ano, o objetivo dele está bem definido, chegar em primeiro lugar. “Fiquei em segundo no ano passado e foi muito legal, mas quero vencer e ficar em primeiro”, contou animado ao **Correio**. O corredor-mirim disse que é apaixonado por esportes e que adora correr, jogar futebol e pedalar. “Sei andar de bicicleta com e sem rodinhas”, celebrou.

“Ele ama competir e isso me enche de orgulho”, diz a mãe de Eduardo. A executiva Gabriela Silveira, 41, é a grande incentivadora do filho no universo esportivo. Ela lembra que introduziu o menino na natação ainda aos 4 meses de idade e que a prática regular de atividades físicas é uma forma de garantir saúde, socialização e bem-estar.

Sobre a Marotinha, Gabriela ressalta o valor simbólico da competição. “É uma prova tradicional, que retornou no ano passado com força total. Tem visibilidade, estrutura e pode ser uma porta para que ele cresça ainda mais como atleta. Busco inscrevê-lo em todas corridas infantis, pois acredito que esse tipo de evento é ótimo para estimular o esporte de forma divertida”, explicou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Eduardo Gonçalves, segundo colocado nos 50m no ano passado (foto abaixo), quer ser campeão nesta edição e se divertir

Inscrições

Marotinha 2025

Data: 12 de outubro
Local: no Eixo Cultural Ibero-Americano, ao lado da Torre de TV
Horário: a partir das 7h
Inscrições no site oficial: www.correrbrasil.com.br
Valor: R\$ 70

Um dos organizadores, Silvio Pires falou como estão os preparativos para a Marotinha 2025. “Estamos a todo vapor, agilizando todos os processos, será um sucesso”, destacou. Nesta edição, serão disponibilizadas duas mil vagas e, segundo Pires, 50% dos cadastros foram preenchidos. “Estamos a quase 80 dias da corrida e a procura está bem grande. Acredito que em pouco tempo as inscrições estarão esgotadas”, declarou.

Saúde

A pequena Marina Moura de Lima, 6, conta os dias para sua primeira participação na Marotinha. “Eu gosto muito de educação física, fico muito alegre e me sinto muito feliz quando corro”, disse entusiasmada. Ela vai participar ao lado da irmã mais nova, Isabela, 4, que é autista e, em algumas provas anteriores, teve seu apoio durante o percurso. A mãe das meninas, Kamila Rodrigues de Lima, 35, analista de dados, relatou que começou a inserir as filhas nas provas por meio do Clube de Corridas da empresa onde trabalha, que incentiva a prática esportiva infantil. Será a primeira vez das duas na Marotinha e a expecta-

tativa é grande. “Inscrevi ambas por ser um evento ao ar livre, muito bem falado e ideal para essa integração saudável que buscamos em família”, enfatizou.

A médica cardiopediatra Isabela Protais pontuou a importância da atividade física na saúde cardiovascular das crianças desde a infância. “Ela contribui para o crescimento, fortalecendo músculos, ossos e articulações, e previne o desenvolvimento de doenças cardiovasculares como hipertensão e aterosclerose, por exemplo. Além disso, estabelece hábitos saudáveis que tendem a se manter na vida adulta”, afirmou.

A psicóloga Sílvia Oliveira, explicou qual a importância da prática de atividade física

para a saúde mental das crianças. “Ela estimula a liberação de substâncias como serotonina, dopamina e endorfina, que promovem bem-estar, regulam o humor e reduzem os níveis de estresse e ansiedade. Na psicologia, compreendemos que corpo e mente formam um sistema integrado, quando o corpo se movimenta, emoções e pensamentos também se organizam”, destacou a especialista.

História

Criada em 12 de outubro de 1992, a Marotinha nasceu do desejo de incluir as crianças nas atividades da Maratona

Arquivo pessoal



Isabela e Marina colecionam medalhas de corridas infantis

Dicas de preparação

Como pode ser o treinamento pré-corrida das crianças?

Como nas corridas para adultos vale ressaltar que o objetivo sempre deve ser terminar a prova, sem se preocupar com os concorrentes. Fazer treinos lúdicos e coletivos é sempre a melhor maneira de prepará-las para as corridas.

Quais exercícios podem ser feitos para se preparar para a corrida?

Brincadeiras com distâncias distintas que tenham parte corridas regulares, parte de pequenos tiros, corridas curtas com mais crianças e adultos com variação de terrenos serão sempre motivadores para que não sejam treinos monótonos.

O que as crianças devem comer durante a preparação e no dia da corrida?

Atletas de todas as idades devem se alimentar de carboidratos, que são a principal fonte de energia para os músculos. Proteínas e gorduras saudáveis também podem ser incluídas, mas em quantidades menores, dependendo do tempo disponível antes da atividade.

Fonte: Guilherme Costa, profissional de educação física, especialista em preparação infantil

Brasília, em 21 de abril daquele ano, que até então era voltada apenas para adultos. Como os pequenos não podiam participar dos 5km da prova principal, pois a Federação Brasileira de Atletismo só permitia maiores de 14 anos em provas de média e longa distâncias, os organizadores criaram uma corrida específica, com distâncias reduzidas e adequadas para a idade, no dia da Criança.

A solução foi estabelecer baterias diferenciadas. Crianças de 5 a 7 anos corriam 300m. Os com idades de 8 a 14 anos, 3km, e se tornou um sucesso. O evento contou com um total de 2,5 mil inscritos, e o circuito usado foi a pista olímpica do antigo Estádio Mané Garrincha. No ano seguinte, o número mais que dobrou, com 5.865 mil pequenos atletas. Na última edição, em 1998, 10 mil corredores-mirins apareceram no evento.

Após um hiato de quase 10 anos, a Marotinha foi rebatizada. Passou a se chamar Candanguinha de 2007 a 2010. No ano passado, em fevereiro, o **Correio** voltou a apresentar a criançada da capital, chamando o evento de Corrida Kids. Mas a memória afetiva prevaleceu e, no Dia das Crianças de 2024, a marca Marotinha renasceu e voltou a ser adotada.

As edições da Marotinha serviram como berço para atletas que se destacaram nacional e internacionalmente, como Marílson dos Santos, revelado na corrida como campeão, em 1992. Anos mais tarde, ele se tornaria tricampeão da brasileira São Silvestre (2003, 2005 e 2010) e bicampeão da maratona de Nova York (2006 e 2008).

ESPORTES

Novo camisa 10

Lamine Yamal é o novo camisa 10 do Barcelona. O time catalão anunciou, ontem, a transferência do número simbólico para o jogador, além da renovação contratual do jogador de 18 anos até junho de 2031. Nas redes sociais, o Barça exaltou o craque. "De Rocafonda (bairro de nascimento do atleta) para o mundo", publicou.



BRASILEIRÃO Mesmo em noite sem grande brilho, Neymar mostra poder de fogo e dá vitória ao Santos contra o Flamengo. Recuperado, camisa 10 joga os 90 minutos, afasta o Peixe da zona de rebaixamento e coloca a liderança rubro-negra em xeque

O craque decide!

DANILO QUEIROZ

Neymar não precisa de muitas oportunidades para desequilibrar uma partida. Ontem, o camisa 10 do Santos precisou aproveitar somente uma de duas grandes chances para dar a vitória ao Peixe e colocar a liderança do Flamengo na Série A do Campeonato Brasileiro em risco. Na Vila Belmiro, o atacante jogou 90 minutos e colocou a bola na rede do 1 x 0 no Peixe.

Protagonista antes de a bola rolar, o astro santista sofreu com a forte marcação rubro-negra. Mantendo o padrão de ostentar a posse durante a maior parte dos 90 minutos de jogo, o Flamengo parecia ter o controle do ritmo. No entanto, pecava em não aproveitar quando chegava ao ataque. O goleiro João Paulo fez algumas boas intervenções para manter a meta alvinegra zerada.

Talhado para contra-atacar, o Peixe fez bom uso do talento dos Meninos da Vila. Aos 38 minutos, quando o gol da vitória saiu, o Santos tinha o ataque formado por Neymar, Robinho Jr. e David Washington. Todos formados no CT Rei Pelé. Outra cria santista, Gabriel Bontempo puxou a saída e tocou para Guilherme. O atacante achou o camisa 10 na área. Categórico, o craque limpou os marca-dores e estufou a rede de Rossi.

O gol rendeu até provocação em tom amistoso de Neymar. Quando voltava da comemoração, o atacante cobrou o técnico Filipe Luís: "avisei que ia marcar", brincou. Foi o primeiro tento do camisa 10 na Série A do Brasileirão desde a volta ao clube. Os três pontos afastaram o Peixe da zona de rebaixamento. "Podemos mais do que vivemos até hoje. É um recomeço. Demonstramos que podemos jogar contra qualquer time do Brasileirão. Não estou 100%, mas estou cada vez melhor", destacou.

O Flamengo, por outro lado, não tem motivos para brincar ou ver graça na atuação ofensivamente abaixo de ontem. Derrotado, o rubro-negro estacionou nos 27 pontos. "Time está líder e marca gols, mas criamos pouco para sair com o resultado", admitiu o zagueiro Léo Pereira.

Jota Erre/Estádio Conteúdo



Peixe suportou a pressão do líder do Brasileirão e arrancou a vitória com o brilho de Neymar. Camisa 10 marcou o primeiro gol dele na competição

Palmeiras tropeça em casa de novo

O Palmeiras mantém a série de jogos sem vencer como mandante pelo Campeonato Brasileiro. No primeiro jogo após o retorno da Copa do Mundo de Clubes, o time alverde empatou o Mirassol, por 1 X 1, ontem, pela 14ª rodada, no Allianz Parque. Facundo Torres fez o palmeirense, mas o estreante Chico da Costa empatou para os visitantes.

Apesar de empilhar chances desperdiçadas, a equipe de Abel

Ferreira mostrou bom trabalho de articulação para chegar ao ataque, principalmente com Felipe Anderson, novidade pela esquerda. O ponto baixo foi a atuação de Vitor Roque, que acumulou decisões erradas. A defesa vacilou quando sofreu o empate, mas houve também o mérito do técnico Rafael Gunaes por promover a entrada do novo atacante do time.

A última vitória alverde como mandante no Brasileirão

foi no clássico contra o São Paulo, pela oitava rodada. O ponto conquistado na partida de ontem deixou os alviverdes fora do G-4 da competição nacional. Surpresa da temporada da Série A, o Mirassol caiu para a segunda página da classificação.

"Um pouco triste. A gente queria ganhar. Trabalhar para seguir melhorando para o jogo seguinte, que espero que consigamos os três pontos. Me sinto mais confortável jogando pela

direita. Mas o time estava precisando de alguém que ajudasse pela esquerda e fiz esse trabalho", avaliou Facundo Torres.

O Palmeiras volta a jogar pela competição novamente no Allianz Parque, onde receberá o Atlético-MG, no domingo, às 17h30, em uma oportunidade de frear o incômodo jejum em casa. Flaco López está suspenso pelo terceiro amarelo. Também como mandante, o Mirassol encara o Santos, mas no sábado, às 18h30.

Talles Magno salva no final

Corinthians e Ceará fizeram um jogo de pouca qualidade técnica no Castelão, ontem, e caminhavam para um justo empate sem gols. Mas Talles Magno foi às redes para garantir vitória, por 1 x 0, aos corintianos e encerrar jejum de 24 jogos sem marcar. Dessa forma, o time comandado por Dorival Júnior sai da 14ª rodada do Brasileirão aliviado, depois de derrota para o Red Bull Bragantino em casa e cobranças da torcida.

A equipe paulista estava há cinco jogos sem vencer. Agora, com 19 pontos, ultrapassa o adversário cearense, estacionado com 18, voltando a figurar entre os 10 primeiros colocados na classificação da elite nacional. O Vozão, por outro lado, caiu para a segunda página da tabela.

Dorival teve de montar a equipe alvinegra sem os protagonistas do ataque. Suspensos, Romero e Memphis Depay se juntaram a Yuri Alberto, que ainda se recupera de lesão na coluna vertebral, como desfalques. Por isso, a dupla ofensiva foi formada por Talles Magno e o jovem Gui Negão.

Talles Magno fazia um jogo negativo e colecionava erros perto da área até alcançar a desejada efetividade. Pela ponta direita, Carillo foi servido por belo passe Garro e fez o cruzamento rasteiro para Talles Magno marcar o primeiro gol no Brasileirão e abrir o placar e garantir a vitória.

"Jogamos no Corinthians porque sabemos do nosso potencial, não só eu, mas toda a equipe. A vitória traz alívio, mas não para abaixar a cabeça. Alívio por saber que temos potencial para estar lá em cima, buscar mais vitórias e mais gols. Não só eu, mas toda a equipe está aliviada", desabafou Talles.

COPA AMÉRICA FEMININA

Brasil voa alto e atropela a Bolívia em Quito

Com uma grande atuação da atacante Kerolin, a Seleção Brasileira goleou a Bolívia por 6 x 0, ontem, no Estádio Chillogallo, em Quito, no Equador, e manteve o aproveitamento de 100% na Copa América. Luany (duas vezes), Kerolin (três) e Amanda Gutierrez marcaram. A veterana Marta entrou na metade da etapa final e deu uma assistência.

O resultado deixa a equipe nacional com seis pontos e no pri-

meiro lugar do Grupo B. A Bolívia continua sem pontuar na competição. Após cumprir dois jogos na fase de classificação da Copa América, o Brasil folga na tabela e volta a campo na terça-feira, quando enfrenta o Paraguai.

Franca favorita no confronto, a equipe comandada pelo técnico Arthur Elias logo assumiu a iniciativa ofensiva e não demorou a balançar a rede com Luany. Frágil na marcação, as bolivianas

adiantaram as linhas na tentativa de pressionar. A estratégia abriu ainda mais espaços no campo defensivo e Luany fez outro.

Embaladas pelo segundo gol, as brasileiras apertaram o cerco e não demoraram a aumentar a diferença. Luany foi derrubada por Salvatierra na área. A arbitragem assinalou pênalti. Kerolin cobrou no canto e aumentou para 3 x 0.

No segundo tempo, o Brasil manteve o ritmo, mas a Bolívia

melhorou a marcação e conseguiu segurar o volume de jogo. No banco de reservas, Marta, enfim, foi acionada e entrou em campo aos 20 minutos.

E foi dos seus pés que saiu o passe para o quarto gol. Ela serviu Kerolin: 4 x 0. O Brasil apertou, e mais uma vez Kerolin balançou a rede. Ela acertou um bonito arremate e anotou mais um. Nos acréscimos, Amanda Gutierrez fechou a goleada em 6 x 0.

Livia Villas Boas/CBF



Capitã, Kerolin brilhou ao marcar três gols na goleada por 6 x 0

NO MARACANÃ

Fluminense e Cruzeiro encerram, hoje, a encurtada rodada da Série A do Campeonato Brasileiro — quatro jogos estão adiados. Às 19h30, o tricolor faz o primeiro jogo no Maracanã após a Copa do Mundo de Clubes buscando reforçar o bom momento. Para a Raposa, a vitória vale seguir firme na luta pela liderança.

NOVO TÉCNICO

O Fortaleza tem um novo treinador. Ontem, a diretoria definiu a contratação de Renato Paiva, ex-Botafogo, como técnico da equipe principal, em substituição ao argentino Juan Pablo Vojvoda, demitido no início da semana. Atento ao mercado, o clube enxergou em Paiva características que atendem às exigências do time para o cargo.

SUL-AMERICANA

O Atlético-MG entra em campo hoje, às 21h30, carregando o peso da má fase e a urgência por reação na temporada. O adversário é o Atlético Bucaramanga, da Colômbia, pela ida dos playoffs da Copa Sul-Americana. O duelo acontece no Estádio Américo Montanini, em meio a um cenário de instabilidade para os mineiros.

JOGOS DO DIA

Dois jogos abrem a 17ª rodada da Série B do Brasileirão, hoje, com direito a duelo direto por vaga no G-4 e contra a parte inferior da tabela. Para seguir vivo na briga pelo acesso, o Novorizontino vai até o Mangueirão para encerrar o Remo, às 21h35. O duelo entre Operário-PR e CRB é mais cedo: a bola rola 19h30, no Germano Kruger.

SÉRIE B

	P	J	V	E	D	GP	GC	SG
SÉRIE A	1º	Coritiba	33	16	10	3	3	16 6 10
	2º	Goiás	33	16	10	3	3	20 12 8
	3º	Novorizontino	30	16	8	6	2	21 11 10
	4º	Cuiabá	25	16	7	4	5	18 17 1
	5º	Remo	25	16	6	7	3	18 14 4
	6º	Avai	24	16	6	6	4	19 17 2
	7º	Chapecoense	23	16	7	2	7	20 16 4
	8º	Athletico-PR	23	16	7	2	7	19 20 -1
	9º	Vila Nova	23	16	7	2	7	14 15 -1
	10º	Atlético-GO	22	16	5	7	4	18 16 2
	11º	CRB	21	16	6	3	7	15 15 0
	12º	América-MG	20	16	6	2	8	17 20 -3
	13º	Criciúma	20	16	5	5	6	19 17 2
	14º	Athletic Club	18	16	6	0	10	18 23 -5
	15º	Operário-PR	18	16	5	3	8	17 19 -2
	16º	Ferroviária	18	16	4	6	6	16 19 -3
REBAIXADOS	17º	Botafogo-SP	18	16	4	6	6	12 17 -5
	18º	Paysandu	15	16	3	6	7	11 17 -6
	19º	Volta Redonda	15	16	3	6	7	7 14 -7
	20º	Amazonas	14	16	3	5	8	13 23 -10

17ª RODADA

Hoje			
19h30	Operário-PR	x	CRB
21h35	Remo	x	Novorizontino
Amanhã			
19h	Atlético-GO	x	Criciúma
21h30	Ferroviária	x	Athletic Club
Sábado			
16h	Goiás	x	Cuiabá
18h30	Coritiba	x	Paysandu
18h30	Avai	x	Vila Nova
20h30	Volta Redonda	x	Athletico-PR
Domingo			
16h	Amazonas	x	Botafogo-SP
18h30	América-MG	x	Chapecoense

ESPORTES

CANDANGÃO FEMININO

Edição de 2025 começa em agosto com Real Brasília defendendo hegemonia de taças

A elite toma forma

MEL KAROLINE*

Está tudo pronto para o pelotão de elite das mulheres desfilar talento pelos gramados. Ontem, a Federação de Futebol do Distrito Federal (FFDF) realizou o arbitral para definir o trajeto dos clubes no Campeonato Candango Feminino de 2025. Sete equipes entram em campo para a disputa da 29ª edição do torneio distrital, dois times a mais em relação à última temporada. A competição tem data-base para iniciar em 16 de agosto e a grande finalíssima, em 18 de outubro.

Real Brasília, Minas Brasília, Cruzeiro, Cresspom, Ceilândia, Legião e Luziânia serão as equipes participantes em 2025. O campeonato será em turno único, com uma folga por rodada. Os quatro melhores times avançam à semifinal, disputada em partidas de ida e volta. Em caso de empate no tempo regulamentar, a decisão seguirá à disputa de pênaltis. A reunião contou com a presença do presidente da FFDF, Daniel Vasconcelos, que afirmou que a entidade irá arcar com todos os custos da arbitragem da competição.

Durante o arbitral, os clubes decidiram, em votação, a disponibilização obrigatória de um médico por partida. O profissional será cedido pelo clube mandante. Os jogos serão realizados em estádios e em centros de treinamentos. Os CT's serão liberados para receber os duelos após a inspeção de uma comissão enviada pela Federação de Futebol do DF, para averiguar se está tudo dentro das conformidades.

Diller Abreu/FFDF



Reunião com os presidentes dos clubes participantes definiu regulamento em pontos corridos e mata-mata

1ª rodada

16 de agosto

Minas Brasília x Legião
Ceilândia x Real Brasília
Cruzeiro x Luziânia

Folga: Cresspom

Final única

18 de outubro

As semifinais serão disputadas desta forma: o líder da tabela enfrenta o quarto, já o segundo disputa com o terceiro colocado. O mais

bem posicionado será o mandante no embate da volta. Ao todo, serão 26 partidas até a definição da campeã da 29ª edição do Campeonato Candango Feminino de 2025.

Domínio em jogo

A temporada 2025 do Candango Feminino colocará seis clubes contra o domínio do Real Brasília. Atuais campeãs, as Leas do Planalto vêm de seis títulos em sequência e sonham em chegar à sétima conquista. O principal interessado na quebra da hegemonia é o

Cresspom. As Tigresas do Cerrado são as maiores campeãs do Distrito Federal, justamente com sete taças.

Minas Brasília (três conquistas e último campeão antes da série do Real Brasília) e Luziânia (uma edição) são os outros clubes com o Candangão Feminino na galeria de troféus. Ceilândia, Cruzeiro e Legião buscam a primeira taça local em uma temporada com promessa de entregar emoção na luta pelo título.

*** Estagiária sob a supervisão de Danilo Queiroz**

VÔLEI

Divulgação/Volleyball World



Equipe brasileira volta à quadra amanhã para jogar com o Japão

Brasil engata 8ª vitória na Liga

A Seleção Brasileira masculina de vôlei venceu a Argentina na madrugada de ontem, em Chiba, no Japão, em duelo válido pela terceira e última semana da Liga das Nações. A equipe mostrou força nos momentos decisivos e contou com atuações consistentes para fechar 3 sets a 1, com parciais de 25/21, 25/23, 24/26 e 25/18. O resultado mantém a liderança nacional na competição, somando oito vitórias em nove jogos disputados.

Em um primeiro set equilibrado e de muita intensidade física, o Brasil levou a melhor e fechou a parcial em 25/21. A Seleção conseguiu se destacar nos momentos decisivos, aproveitando os erros do adversário para abrir vantagem no placar. Mesmo com uma tentativa de reação no fim do set, os argentinos não conseguiram reverter. Honorato foi o principal destaque ofensivo da equipe brasileira, com cinco pontos, em um início de jogo marcado por ataques potentes e alto nível.

No segundo set, a Argentina começou em ritmo forte, se aproveitando de uma série de erros do Brasil para abrir vantagem. Com bom volume de jogo

e grande desempenho defensivo, os argentinos chegaram a encaixar dois aces seguidos e dominaram parte da parcial. No entanto, os brasileiros reagiram e viraram o jogo. O set foi decidido em mais um erro argentino no saque, levando o Brasil a fechar em 25/23.

Com troca de pontos do início ao fim, o terceiro set foi o mais disputado. A Seleção Brasileira chegou a ter um match point, mas desperdiçou a chance de encerrar o jogo. Os argentinos aproveitaram a instabilidade do adversário na reta final, viraram o placar e fecharam por 26/24.

Mesmo cometendo erros ao longo do quarto set, o Brasil se manteve à frente no placar, aproveitando a queda de rendimento da Argentina. A Seleção retomou o controle das ações, abriu vantagem, chegou mais uma vez ao match point e finalizou a partida com 25/18.

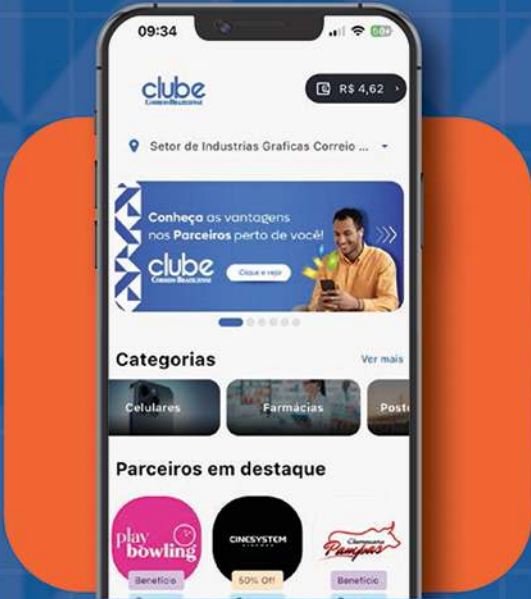
Alan Souza foi o maior pontuador da partida, com 20 pontos no total, 18 de ataque, um de bloqueio e um de saque. A Seleção Brasileira volta à quadra amanhã, às 7h20, para duelar contra o anfitrião Japão.

[illegible]

1 ASSINATURA 25 MIL VANTAGENS

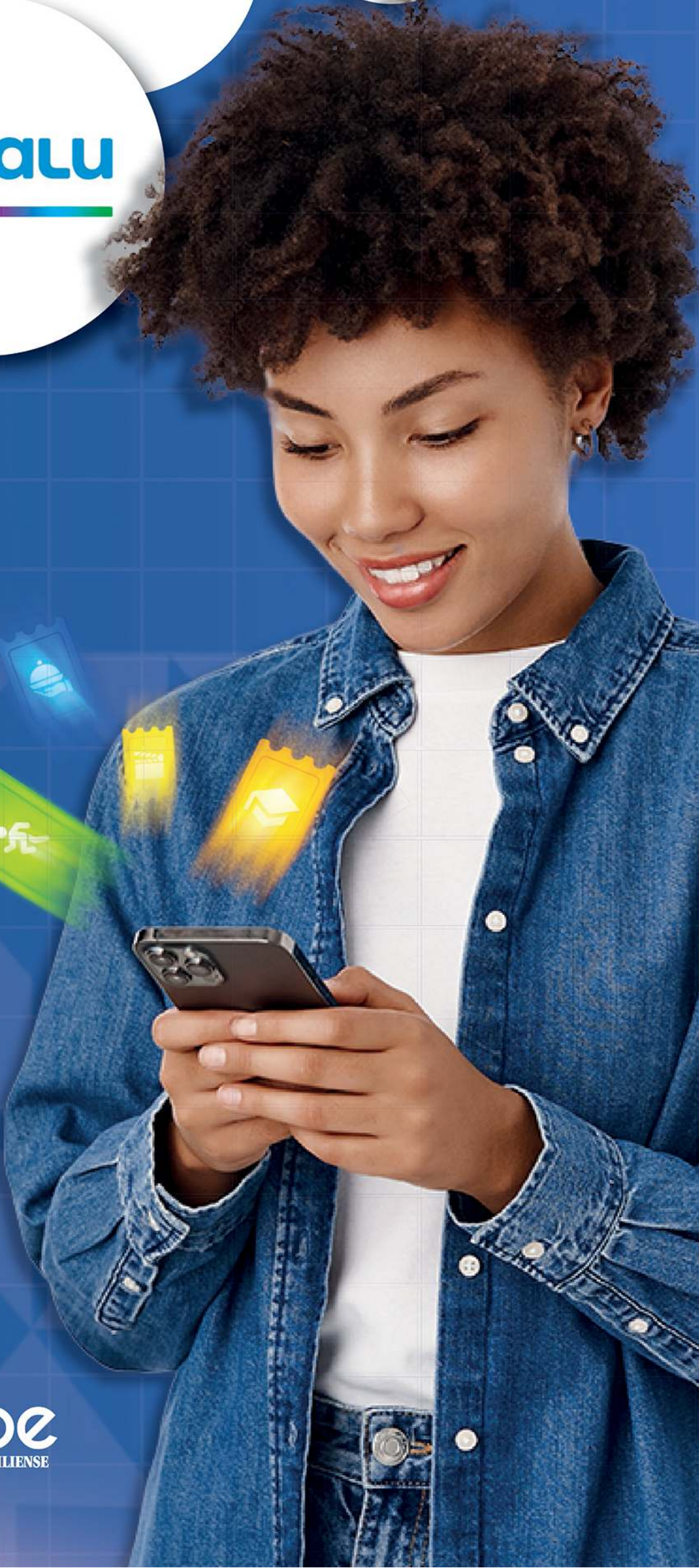


Entre pro Clube



WhatsApp (61) 99158-8045

Instagram @clubecorreio braziliense



HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua quarto minguante em Áries. Amor é uma palavra curta cheia de promessas e expectativas, e ao longo da história humana não há nada que as pessoas deixaram de fazer em nome do amor, porque é um tesouro de incalculável riqueza que, para horror dos materialistas, o dinheiro não pode comprar. E a liberdade que tanto buscamos está vinculada ao quanto de amor sejamos capazes de desenvolver e sustentar em nosso dia a dia, porque quando amamos, seja física, emocional ou intelectualmente, vivemos sem restrições, na magia de tudo ser possível. É essa magia inexplicável que o amor e a liberdade, promovem, uma riqueza de tal categoria que ameaça a estabilidade frágil do sistema civilizatório que inventamos, e que não por mera casualidade é atacado por vícios viscerais como o ciúme, a avareza e a inveja.

 ÁRIES
21/03 a 20/04

Agora é um ótimo momento para você soltar algumas amarras que prendem sua alma ao passado, pois, assim você poderá seguir em frente abraçando um futuro que é inédito, pois desse sua alma desconhece a real natureza.

 TOURO
21/04 a 20/05

Se você abrisse a boca para dizer tudo que passa pela sua mente, será que as pessoas ainda reconheceriam você? Ou será que elas se surpreenderiam ao perceber que você é alguém diferente do que parece? Pense nisso.

 GÊMEOS
21/05 a 20/06

As pessoas são recursos valiosos para a construção do destino, portanto, procure selecionar bem aquelas que se sintonzem bem com seus planos e, ao mesmo tempo, tomar distância daquelas que contrariam e são adversas.

 CÂNCER
21/06 a 21/07

Mesmo que você não tenha certeza absoluta sobre o que seria melhor fazer, este é um momento de ação, e ainda que as ações empreendidas não sejam perfeitas, você terá a oportunidade de as retificar sobre a marcha.

 LEÃO
22/07 a 22/08

Nem tudo que você deseja pode ser obtido de imediato, mas isso não há de se converter numa nuvem escura que paire sobre sua alma. Ao contrário, a situação serve para você se organizar melhor e aprender a protelar.

 VIRGEM
23/08 a 22/09

Há pessoas que ajudam e há pessoas que atrapalham, e todas estão juntas e misturadas nesta parte do caminho, precisando de muito discernimento de sua parte para distinguir umas das outras. Exercício imprescindível.

 LIBRA
23/09 a 22/10

Aproveite essa energia renovada que circula pela sua alma se dedicando a fazer mais do que o normal, evitando preguiçar, mesmo que essa vontade surja. Depois haverá tempo de sobra para preguiçar, agora é trabalhar.

 ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

Agora, que sua mente visualiza novos rumos e aventuras inusitadas, procure se preparar devidamente para a viagem que será empreendida, porque quanto mais você se preparar, mais segura será a viagem.

 SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

Dá vontade de fazer algumas loucuras de vez em quando, e não há nada de errado na natureza dessa intenção. O problemas são as pessoas com que você se relaciona, que tentam colocar um cabresto em você. Aí complica.

 CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Para você se sentir bem e à vontade num espaço que não seja seu território, as pessoas que recebem você precisam ter atitudes generosas e confortantes, e nem sempre todas as pessoas estão com esse espírito.

 AQUÁRIO
21/01 a 19/02

Ainda que você não tenha alcance para entender tudo que acontece na atualidade, pelo menos você sente que algo inusitado e maior está em marcha. Isso é suficiente, porque indica que sua alma teve a percepção adequada.

 PEIXES
20/02 a 20/03

Segurança e conforto são condições essenciais para que o ser humano possa viver com alegria. Não é tão difícil obter essas condições, você não precisa satisfazer nenhuma ambição, apenas se dedicar ao óbvio imediato.

MÚSICA

Bob Paulino/TV Globo



Dominginhos: mestre do forró será lembrado com canções clássicas

Homenagem ao xodó

» JOÃO PEDRO ALVES

A cordes que um dia saíram da sanfona de Dominginhos ocupam o Clube do Choro nesta quinta-feira. O tributo ao pernambucano, autor de composições como Eu só quero um xodó, Isso aqui tá bom demais” e De volta pro aconchego, começa às 20h30. Conduzem o show a cantora Taís Guerino e o acordeonista Juninho Ferreira, acompanhados do trio brasileiro Passo Largo. Silvino Filho e Manassés de Sousa são músicos convidados. Ingressos custam a partir de R\$ 40 (meia-entrada).

Sucesso na voz de Elba Ramalho, a canção De volta pro aconchego dá nome ao tributo, que, pela primeira vez, é realizado em Brasília. Esta e outras 23 músicas compõem o show, cuja duração é de cerca de duas horas. O repertório selecionado valoriza canções mais lentas e que tratam de temas como amor, mas também reserva espaço para “baile de forró”. Diretor musical do tributo, Marcus Moraes reconhece a dificuldade dessas escolhas diante da extensão da obra de Dominginhos. “Faz parte das coisas mais lindas que existem dentro da música brasileira. É tudo muito bonito”, opina. Para calibrar a interpretação, Taís Guerino enfrentou desafio de “colocar sentimento na canção”, como fazia Dominginhos. A relação dela com o músico remete ao período da infância. “Todas as vezes que escutava a sanfona com a assinatura dele me sentia impactada”,

diz Guerino. O virtuosismo apresentado de maneira emotiva também marcou a artista. “Ele deixava o coração se expressar”, completa. O acordeonista Juninho Ferreira destaca a responsabilidade em revisitar a obra do “mestre” Dominginhos: “É sempre um aprendizado e uma aula”.

Quem guarda maior proximidade com o homenageado é o convidado especial Manassés de Sousa, que conheceu Dominginhos em 1979, quando integrava a banda do cantor Fagner. Depois, os dois gravaram trabalhos juntos, e fizeram turnê com Luiz Gonzaga durante um ano, da qual participaram também Sivuca, Osvaldinho e outros importantes sanfoneiros. “Nossa relação foi até o final da vida dele”, diz Manassés. Além de tocar três músicas no tributo de hoje, também vai contar histórias que viveu com o amigo e parceiro musical. “Aconteceu em 1990, mas prefiro guardar para o show”, brinca o violonista de 12 cordas. “Para mim, é uma honra prestar homenagem a uma pessoa com quem convivi tanto”, completa.

SERVIÇO

De volta pro aconchego, tributo a Dominginhos, nesta quinta-feira (17/7), no Clube do Choro. Ingressos a partir de R\$ 40 (meia-entrada) mais taxa de R\$ 6, disponíveis no site Bilheteria Digital.

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

TINTA INDISTINTA

Sou da escrita
do suspiro
da escuta
do silêncio
da espera
da caligrafia.
Sou o cio do sabor
Do saber do tempo
No ciciar das folhas
No acariciar do vento.
Amei, amo, amarei
Tudo que não amarro
Ao âmago de mim,
Pois, rio, corrente é
Tudo o que se pensa
E lento passa pela mente,
Vai e volta sempre,
No simples retorno
Atento ao uno e ao só.

Luiz Martins da Silva

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

						6	3	
		3						
8	7				1			
		4			2		5	
								4
1					4		9	
	8			6				3
	3	5		4				8
6				9	8		2	

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Instituições culturais filiadas à "franquia" Guggenheim	Relativa à habilidade de Chico Xavier		"A (?) Social", filme de David Fincher		Ingrediente de pavês	Líder político-militar típico da História latino-americana		
						As articulações dos dedos (Anat.)	Cálcio (símbolo)	
							Animal obediente; submisso	
Proposta do partido fundado por Luz del Fuego (1950)			Cetáceo que é personagem de lendas		Item da culinária japonesa			Golpe de capoeiristas
Sergipe (sigla)		Instrumento didático da escola antiga				Sim, em francês		
						Navegador da internet		
Lente (?): é usada em óculos para miopia e leitura simultaneamente			Primeira TV do Brasil (1950)					Ajuda (gíria)
Canal					Capacete romano (Ant.)			
					Enfurecer			
							Sim, em russo	Sucesso de Caetano Veloso (1977)
Abreviar; sintetizar			Cidade do Terreiro do Forró (PB)					Tentar criar de forma inovadora
Peixe carnívoro dos rios brasileiros, é nocivo à piscicultura		Para (pop.)				Ensejo		
		Arroz, em inglês				Vítima de Caim (Bíblia)		
							(?) Glory: a bandeira dos EUA	
					Benévolos			
					Está (pop.)			
Desta (?): assim sendo	Fórmula do monóxido de carbono			Peça de barro apoiada no caibro				
Apoiar; garantir								

BANCO. 2/da. 3/azo — old — ouí. 4/ríce. 7/nduismo. 13

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

		F	F									
		T	A	R	I	F	A	M	O	D	A	L
		E	B	A	L	M	A	F	E	T	A	
		R	R	M	A	H	O	L	A	V		
	P	R	I	M	E	I	R	A	D	A	M	A
		I	C	D	A	B	O	C	A			
		T	A	L	E	D	A	A	J			
		O	S	A	H	O	R	O	S	A		
		R	I	M	R	I	O	T				
	V	I	A	D	O	R	S	E	O			
	L	O	G	A	R	I	T	M	O	S		
		S	A	D	G	R	O	C	H			
		I	R	E	V	I	R					
		R	R	A	D	E	R	E	N	T	E	
		F	I	A	S	C	O	O	T	A	N	
		O	R	L	A		P	R	E	S	A	

SUDOKU DE ONTEM

3	5	7	2	4	9	8	1	6
6	2	8	5	1	3	7	9	4
9	1	4	7	6	8	2	5	3
8	4	3	9	7	5	6	2	1
5	9	2	6	3	1	4	7	8
7	6	1	8	2	4	9	3	5
1	8	6	3	9	2	5	4	7
2	3	5	4	8	7	1	6	9
4	7	9	1	5	6	3	8	2

#FaçaCoquetel

Assine e receba no conforto da sua casa!

www.coquetel.com.br



 Acesse nosso site!



Diversão & Arte

O CINE CULTURA LIBERTY MALL, UM DOS POUCOS ESPAÇOS PARA FILMES AUTORAIS NA CIDADE, REABRE AS PORTAS REFORMADO E COM O ACRÉSCIMO DE DUAS GALERIAS DE ARTE

CINEMA RENOVADO



Foto de Kim Ir-Sen dos protestos na Rodoviária contra o Plano Cruzado em 1986, que integra exposição na galeria do Cine Cultura

» RICARDO DAEHN

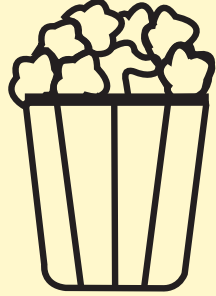
Cinéfilo e empresário do ramo da sétima arte, à frente das salas do Cine Cultura Liberty Mall, Nilson Rodrigues tem enorme motivo para celebrar: além de reabrir as quatro salas regulares — com exposições sob ele ainda trará conjugadas duas galerias de arte, com exposições sob curadoria de Wagner Barja, reconhecido artista da capital. Num primeiro momento, o educador Barja, enquanto responderá pela mostra *A disfunção do clipe*, disposta no corredor do ambiente, integrada por 15 obras de Sanagá Cardoso. O responsável pelos aperfeiçoamentos do espaço é “o multifuncional, artista e arquiteto”, nas palavras de Rodrigues, Ricardo Luiz Ferreira. “O cinema seguirá com o mesmo propósito: a melhor programação, com diversidade e buscando sempre criar espaços para debates, ampliando a experiência da fruição cinematográfica”, destaca o proprietário das

salas. “O Cine Cultura Liberty Mall é querido pelos cinéfilos de Brasília, e não havia demandas novas, mas queremos sempre melhorar”, explica Nilson Rodrigues. Com um sistema de som 7.1, “mais moderno, e que propiciará ao espectador ouvir, no detalhe, o desenho de som de cada filme”, o cinema contará com projeção digital com suportes de telas plasmáticas e em poltronas, sem contar inúmeras poltronas e qualidade de detalhes de decoração. “Tudo feito para que o espectador tenha todo conforto e qualidade para acompanhar os filmes. Já a ideia das galerias busca ampliar o espaço cultural do cinema. Uma será dedicada à fotografia, na qual homenageamos Luís Humberto, e outra, acolhedora de artes plásticas, na qual homenageamos o grande Francisco de Paula. Quem ex- puser lá terá uma mé- dia de 12 mil espectadores por mês, que já frequentam o cinema, para prestigiar obras de arte”, observa Nil- son Rodrigues. No cinema implantado há 13 anos e agora, aprimorado, sob aplicação de montante de R\$ 1,25 milhão, a programação trará estreias como a do londo grego Costa-Gavras, autor de



Fotos: Divulgação, Galeria Distribuidora/Divulgação e Imovision/Divulgação

O Cine Cultura Liberty Mall está de cara nova depois da reforma



O Cine Cultura Liberty Mall é querido pelos cinéfilos de Brasília, e não havia demandas novas, mas queremos sempre melhorar”,

Nilson Rodrigues

Monsieur Aznavour filme da Imovision



Escultura Sanagá Cardoso



Filme de Anna Muylaert: A melhor mãe do mundo



obras-primas do cinema, entre as quais *Z* (1969), e *Cloud* — *Nuvem de vingança*, o filme indicado pelos japoneses à vaga no Oscar 2025. Já em caráter de pré-estreia estarão *A melhor mãe do mundo*, de Anna Muylaert, que, em fevereiro, integrou a mostra alemã *Berlinale Specials* (dedicada a filmes abrangentes em diversidade) e *Monsieur Aznavour*, filme sobre o célebre cantor (morto há sete anos), e que esteve na competição em quatro categorias do prêmio César (tido como o Oscar francês). No embalo de um título indissociável ao cinema, *Os pássaros* é a exposição do artista e arquiteto Fernando Madeira que, na galeria Francisco Galeno, apresentará 19 obras com suporte em pintura-colagem, sob curadoria da pesquisadora Angela de comemoração da entrega das quatro salas aos cinéfilos, a curadora (e fotógrafa) Zuleika de Souza dispõe, na sala Luís Humberto (do icônico fotógrafo da captação *Tempos de luta*, dedicada aos registros de profissionais experientes do porte de Paula Simas, Lula Lopes, Luiza Venturilli, Carlos Moura, Anderson Schneider e André Dusek.

Num casamento entre imagens e sons, o cinema sacramentou os moldes da linguagem corrente (nascida em 1927), daí a naturalidade com que a celebração do renovado Cine Cultura Liberty Mall acopla um concerto, na noite de hoje. A partir das 21h, além de apresentação do violonista Manassés de Souza, os cantores líricos André Alf e Érika Kallina abraçam a apresentação do maestro Joaquim França (ao piano), parceiro artístico de Marie Novion (viola clássica). Como esperado, o cinema pauta a sonoridade do repertório que incluirá músicas de filmes de todas as épocas, num passeio que inclui o nacional (e novo clássico) *Ainda estou aqui* e obras-primas internacionais como *Casablanca*. Curioso dado, na festa do Cine Cultura, é repassado por Nilson Rodrigues, que aponta o aumento no número de salas de cinema no Brasil, depois da pandemia. “Onimero de ingressos vendidos no país mostra que voltamos ao mesmo patamar que tínhamos antes da pandemia. O segmento da exibição não tem recu- cursos públicos, a fundo perdido, como tem a produção de filmes no Brasil. Portanto, é o ingresso que sustenta a atividade. Se não se sustentar, tem que fechar. Felizmente o público voltou”, celebra.

COM A PALAVRA, OS CINÉFILOS

Paulo Lima é jornalista e com 64 anos de vida, frequentador do Cine Cultura há 10 anos. Para Paulo, a reforma do Cine Cultura é um presente para os frequentadores do espaço que continuarão a dispor de uma programa de qualidade com mais conforto. “Enquanto cinéfilo e frequentador do Cine Cultura, pude assistir a momentos memoráveis nas salas, com estreias importantes seguidas de debates. A mescla da programação cult, sem desconsiderar o mainstream o que reflete as tendências contemporâneas, o

Cine Cultura é um oásis de inteligência e entretenimento. Agora, com a inclusão de galerias de arte e modernização, o espaço amplia os bons serviços oferecidos aos amantes do cinema”, diz Paulo. Luca Lourenço é estudante e frequentador do cinema desde a infância e pensa que a reforma possibilita o encontro às pessoas que gostam de assistir às produções exibidas, que não estão no mainstream, no cinema “Esse é um dos poucos cinemas que valorizam o cinema independente. Não só o que está lucrando, mas

democratiza o acesso às produções culturais e artísticas”. Luca completa que o Cine possibilita ter um local de encontro para pessoas que gostam de ver essas outras produções que não proporcionam a experiência de assistir no cinema. Heloísa Helena, de 72 anos, é advogada aposentada, e frequenta o Cine Cultura desde sua inauguração: “A reforma me parece, em tudo, muito agradável, e presenteia os frequentadores com uma estética de bom gosto, na decoração dos ambientes, eficiência da imagem e do

som, e no conforto do novo mobiliário. As novas instalações são condizentes com a importância cultural do cinema arte, sempre valorizado na programação do Cine Cultural Liberty Mall, que proporcionará muita satisfação aos seus frequentadores habituais, servindo também à atração de novos. O cinema, para mim, é essencial, oferecendo matéria para reflexão sobre as ricas complexidades do mundo e da vida.”

Colaborou João Pedro Carvalho

CINE CULTURA LIBERTY MALL

Shopping Center Liberty Mall, SCN Qd. 2, Asa Norte, 3326-1399) Reabertura, hoje, a partir das 18h15. Ingressos promocionais, a R\$ 20 e R\$ 10 (meia). Para as galerias e apresentações francas.



Marco legal da inteligência artificial busca estabelecer regras para a tecnologia

Maria Eduarda Lavocat

Nos últimos anos, a inteligência artificial (IA) deixou de ser apenas uma ideia futurista para se integrar ao cotidiano de muitas pessoas. Hoje, ela participa de decisões rotineiras, cria conteúdos, fornece informações e influencia dinâmicas sociais e econômicas. Diante desse cenário, surgem questões essenciais: o que a IA pode fazer? Quais limites devem ser impostos ao seu uso?

Com essa perspectiva, o Senado Federal aprovou, no último ano, o marco regulatório da inteligência artificial no Brasil. A proposta visa estabelecer regras para o desenvolvimento e a utilização responsável da tecnologia, assegurando segurança jurídica, ética no uso da IA e a proteção de direitos fundamentais e autorais.

O texto substitutivo tem como base o Projeto de Lei 2.338/2023, do senador Rodrigo Pacheco. O projeto surgiu a partir de um anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas e incorporou trechos de outras sete propostas legislativas, incluindo o PL 21/2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados, além de emendas apresentadas por senadores durante a tramitação.

Antes de ser votada em plenário, a proposta foi analisada por uma comissão temporária, que realizou 14 audiências públicas com ampla participação da sociedade civil, especialistas em tecnologia e inovação, representantes do setor público e da iniciativa privada.

Fabiano Carvalho, especialista em transformação digital e CEO da Ikhon, empresa de tecnologia da informação, destaca que, se aprovado definitivamente, o texto exigirá que empresas e desenvolvedores de IA adotem medidas como transparência, explicabilidade, segurança da informação e prevenção de impactos discriminatórios. Caso essas obrigações não sejam cumpridas, os responsáveis poderão ser penalizados por eventuais danos.

Entre os mecanismos previstos estão a rastreabilidade e a auditabilidade dos sistemas, o que permitirão identificar com clareza quem desenvolveu e quem operou cada

Maurenilson Freire



tecnologia, elementos essenciais para a responsabilização penal, civil e administrativa em casos de uso indevido. O projeto também estabelece regras específicas para as inteligências artificiais generativas, com o objetivo de coibir fraudes, manipulação da opinião pública e disseminação de desinformação.

“As novas regras exigirão adaptações significativas nos sistemas de IA já em uso no Brasil, que deverão se adequar às exigências do marco regulatório, como a implementação de mecanismos de supervisão, transparência na coleta e no uso dos dados, documentação contínua e avaliações de risco”, detalha Fabiano.

Para a advogada Layla Abdo, especialista em inteligência regulatória e presidente da Comissão Especial de Inteligência Artificial do Conselho Federal da OAB, o projeto tem como eixo central a valorização da pessoa humana. “O PL subordina a inovação tecnológica à proteção dos direitos fundamentais e à preservação do regime democrático, adotando uma lógica de risco escalonado que impõe obrigações proporcionais ao potencial de impacto dos sistemas de IA”, afirma.

Ela também destaca que a relação entre inovação e proteção de direitos é uma das questões mais sensíveis do debate. “Durante a tramitação no Senado, foram apresentadas mais de 240 emendas ao texto original. Isso

demonstra a relevância do tema e o esforço dos parlamentares em construir um marco regulatório robusto”, completa.

Um dos pilares da proposta é a classificação dos sistemas de IA conforme o grau de risco que representam à vida humana e aos direitos constitucionais. Quanto maior o risco, maior o nível de exigência regulatória e fiscalização. Essa abordagem busca garantir um controle proporcional ao impacto potencial de cada tecnologia.

“Essa abordagem é juridicamente adequada por ser proporcional e eficiente, e representa uma harmonização regulatória que facilita o comércio com um dos maiores mercados do mundo, a Europa que já adota o método”, explica a advogada.

O projeto também determina que os cidadãos sejam informados sempre que estiverem interagindo com sistemas automatizados e exige a identificação clara de conteúdos gerados ou modificados por IA, como os deepfakes. “A transparência nesse processo é fundamental para proteger a autonomia individual, evitar manipulações e promover uma relação de confiança com a tecnologia”, afirma Layla Abdo.

Outro ponto relevante é a garantia dos direitos autorais. Os autores de obras utilizadas no treinamento de sistemas de IA deverão ser devidamente remunerados e

ter seus direitos preservados. Além disso, o uso de imagem ou voz de qualquer pessoa em conteúdos gerados por IA dependerá de consentimento explícito.

“Ao garantir direitos autorais e o consentimento informado, o projeto protege criadores de conteúdo e evita a apropriação indevida de materiais em áudio, texto ou vídeo, promovendo um ambiente tecnológico mais justo e ético”, ressalta a especialista.

Para que essas medidas sejam cumpridas, o projeto de lei propõe a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de Inteligência Artificial (SIA). Ele será coordenado pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e terá como papel regulamentar sistemas de alto risco, realizar estudos frequentes para aprimorar a legislação e adotar medidas de fiscalização para garantir que o uso da inteligência

artificial esteja em conformidade com a lei.

Na visão de Fabiano Carvalho, o marco regulatório cria um ambiente de maior segurança jurídica, um dos principais fatores levados em conta pelos investidores na hora de tomar decisões e realizar investimentos. “A regulamentação não impede o desenvolvimento de sistemas no país, apenas organiza as tecnologias dentro de parâmetros que respeitam a privacidade de dados e a proteção das pessoas”, afirma.

O especialista em transformação digital também defende a necessidade de integrar o marco regulatório da IA com outras legislações existentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), para evitar sobreposição de competências e detalhar procedimentos como auditoria e critérios para avaliação de risco.

“Um dos principais riscos das IAs é a ameaça à privacidade, já que os sistemas atuais coletam e processam grandes volumes de dados pessoais sem o devido controle. Também há o risco de reprodução e amplificação de discriminações, além da criação de conteúdos enganosos como deepfakes”, detalha.

Agora o texto substitutivo segue para análise na Câmara dos Deputados, onde será discutido, votado e, se aprovado, sancionado pelo presidente da República.

Data Venia

kleber sales



Plano de saúde não é obrigado a custear medicamento à base de canabidiol

Operadoras de planos de saúde não são obrigadas a custear medicamento de uso domiciliar à base de canabidiol não listados no rol de procedimentos e eventos em saúde da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A decisão é da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que acatou recurso de uma operadora contra decisão que determinou o fornecimento de pasta de canabidiol prescrita para ser utilizada em casa por uma beneficiária do plano com transtorno do espectro autista (TEA).

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Cidadão de Brasília

O juiz Fábio Esteves, ex-presidente da Associação dos Magistrados do DF (Amagis-DF), é querido e respeitado pelo seu trabalho e história pessoal. Assessor do ministro Edson Fachin, do STF, o magistrado agora vai receber uma homenagem da Câmara Legislativa: o título de cidadão honorário de Brasília. A iniciativa é do ex-deputado Claudio Abrantes, atual secretário de Cultura e Economia Criativa do DF, e entregue por intermédio do deputado Hermeto (MDB). A solenidade será realizada em 7 de agosto.



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Divulgação



Fronteiras da influência

O conselheiro federal da OAB Marco Antônio Araújo Júnior foi nomeado presidente da recém-criada Comissão Nacional de Direito do Turismo, Mídias e Entretenimento. O novo colegiado vai se debruçar sobre temas de grande relevância pública, como a regulamentação das redes sociais, a legalização dos cassinos e jogos, e a responsabilização civil e criminal de influenciadores digitais. A nomeação de Marco Antônio é estratégica, por sua especialização na área.

Sérgio Bernardo/Acervo JC Imagem



População brasileira quer regulamentação das redes sociais

O cientista político Antonio Lavareda, ao participar de debate no XIII Fórum de Lisboa, apresentou uma pesquisa sobre a opinião dos brasileiros sobre o uso intensivo das redes sociais. Pesquisa do Ipespe e da BRZ Consulting, realizada em dezembro de 2024, apontou que 70% da população acha que as redes sociais devem ser regulamentadas. 86% dizem que as fake news nas redes atrapalham e confundem muito (69%) ou um pouco (16%) as escolhas dos eleitores. E esse número (70%) não apresentou diferença significativa entre eleitores de esquerda (70%) ou de direita (69%).

Maurenilson



Campanha para alertar sobre tráfico de pessoas

No mês dedicado ao combate ao tráfico de pessoas, o Ministério Público Federal (MPF) lançou uma campanha para alertar os cidadãos. O objetivo é mostrar quais são as características do crime e como denunciá-lo ao MPF, que tem atribuição para investigar e pedir à Justiça a punição dos criminosos.

Promessas fáceis

Com o slogan “Nem toda promessa é de liberdade”, a campanha previne internautas sobre como propostas atrativas de emprego ou convites na internet têm sido usadas de isca para capturar as vítimas. Elas acabam sendo levadas a outros países para serem exploradas, inclusive, em atividades criminosas, como na aplicação de golpes digitais.

Crime com cifras bilionárias

Segundo o MPF, a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que haja 50 milhões de vítimas de tráfico de pessoas, crime que movimenta aproximadamente US\$ 32 bilhões ao ano — R\$ 160 bilhões — em todo o mundo. Nos últimos anos, o uso da tecnologia tem ampliado a atuação dos grupos criminosos.

Antonio Augusto/STF



“Para quem não viveu uma ditadura ou não a tem na memória, vale lembrar: ali, sim, havia falta de liberdade, tortura, desaparecimentos forçados, fechamento do Congresso e perseguição a juízes. No Brasil de hoje, não se persegue ninguém. Realiza-se a justiça, com base nas provas e respeitando o contraditório”

Ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF

Primeira ministra alagoana no STJ

Ana Maria Campos

Depois de nove meses de espera, o presidente Lula fez a indicação para a vaga no Superior Tribunal de Justiça (STJ) aberta com a aposentadoria da ministra Laurita Vaz, para o quinto constitucional do Ministério Público. A escolhida foi a procuradora de Justiça Maria Marluce Caldas Bezerra, de Alagoas. Segundo integrantes do Ministério Público do estado, ela tem uma atuação destacada na área criminal e é respeitada pelos colegas.

Maria Marluce integrou a lista tríplice eleita pelo próprio STJ em que figuravam também o procurador Sammy Barbosa Lopes, do Ministério Público do Acre (MPAC); e o subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, do Ministério Público Federal (MPF). Maria Marluce e Sammy Lopes tiveram a mesma votação no primeiro escrutínio, mas em razão da idade, a representante do Ministério Público de Alagoas ficou em primeiro lugar na lista.

Ao longo dos nove meses, os três integrantes da lista lideraram o favoritismo. O procurador Sammy Lopes era o preferido de ministros do STJ, como o corregedor nacional de Justiça, Mauro Campbell Marques, que também foi procurador de Justiça, antes de ser nomeado pelo presidente Lula em 2008. Carlos Frederico tinha apoio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

Mas pesou o apoio político. Maria Marluce é tia do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), conhecido como JHC, e cunhada da senadora Eudócia Caldas (PL-AL). A futura ministra é irmã do ex-deputado João Caldas. A expectativa é que os políticos do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro se aproximem da base do governo Lula e apoiem o grupo liderado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL) e pelo filho dele, o ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB). JHC desistiria de disputar o governo, deixando o caminho livre para Renan Filho e concorreria ao Senado.

Mas esse projeto esbarra num acor-do que ele tem com o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL), que deseja concorrer ao Senado e, com JHC no pá-reo, teria um caminho eleitoral congestionado. Por isso, a candidatura de JHC, que apoiou Bolsonaro na campanha de 2022, sinalizará a sua escolha entre os dois grupos políticos que comandam o estado. Esse embate é o que provocou a demora na escolha de Lula.

O presidente levou em conta ainda a nomeação de uma mulher para a cadeira no

Divulgação/PR



Presidente Lula nomeia a procuradora Maria Marluce Caldas ministra do STJ

"Estou certo de que a primeira mulher a assumir a função conduzirá seu trabalho com o mesmo afino e dedicação que marcaram sua carreira no Ministério Público Estadual de Alagoas"

Ministro dos Transportes Renan Filho

STJ. Duas ministras — Assusete Magalhães e Laurita Vaz — aposentaram-se e abriram vagas na Corte. No lugar de Assusete, Lula indicou o desembargador Carlos Pires Brândão, do TRF da 1ª região. Agora a preferência era de uma escolha feminina.

Maria Marluce Caldas Bezerra nasceu em Ibatiguara (AL), cidade da Zona da Mata alagoana. Ela tem pós-graduação em direito constitucional e processual. Integra o Ministério Público de Alagoas

desde 1986 e, em 2021, foi promovida ao cargo de procuradora de Justiça. Focou sua carreira nas áreas criminal e de direitos humanos, passando por comarcas de Maceió e do interior, como União dos Palmares, Maravilha e Flexeiras. Ela participou das discussões que culminaram na promulgação da Lei Seca.

A nova ministra do STJ também trabalhou no Juizado da Infância e Adolescência, na Vara de Execuções Penais e no Juizado do Trânsito. Marluce é a primeira mulher a atuar como promotora em um júri popular em Maceió.

Além da carreira no MP, Maria Marluce foi secretária de Estado de Emprego e Renda, em 2001; e secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos em 2010. Em outubro de 2021, Maria Marluce Caldas tomou posse no cargo de procuradora de Justiça, sendo a terceira mulher a chegar ao cargo no Ministério Público de Alagoas. A dela posse contou com políticos do estado, como o ex-presidente Fernando Collor.

"Um marco importante para todas as mulheres e para Alagoas, que já conta com o destacado trabalho de Humberto Martins e agora passa a ter dois representantes na Corte"

Deputado federal Arthur Lira

Maria Marluce é a segunda mulher indicada por Lula ao STJ em seu atual mandato. Além dela, o presidente escolheu também a ministra Daniela Teixeira, em vaga do quinto constitucional da advocacia.

Em publicação nas redes sociais, Renan Filho parabenizou a indicação e destacou se tratar de uma iniciativa inédita, a primeira mulher alagoana a se tornar ministra do STJ. "Estou certo de que a primeira mulher a assumir a função conduzirá seu trabalho com o mesmo afino e dedicação que marcaram sua carreira no Ministério Público Estadual de Alagoas", afirmou o ministro dos Transportes.

Arthur Lira também elogiou a indicação. "Um marco importante para todas as mulheres e para Alagoas, que já conta com o destacado trabalho de Humberto Martins e agora passa a ter dois representantes na Corte", afirmou.

O MP de Alagoas se manifestou. "É uma indicação que muito nos orgulha. Marluce Caldas reúne notável saber jurídico, experiência institucional e um profundo compromisso com a Justiça. Com certeza, continuará fazendo um excelente trabalho.", ressaltou o procurador-geral de Justiça de Alagoas, Lean Araújo.

Para a Associação do Ministério Público de Alagoas, a indicação de Lula representa a valorização feminina. "Marluce Caldas é um orgulho para o Ministério Público de Alagoas e para todo o povo alagoano. Mulher nordestina, com sólida formação jurídica e vasta experiência institucional, é a única mulher indicada na lista tríplice do Ministério Público e poderá se tornar a 10ª ministra a integrar o STJ — levando à Corte Superior um olhar sensível, firme e profundamente comprometido com a Justiça", afirmou a entidade, em nota.

O nome de Maria Marluce será submetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e, em seguida, ao plenário. Se aprovada pela Casa, será nomeada e empossada como ministra, tornando-se a 10ª mulher a integrar o Tribunal. Ela deverá ocupar uma das duas cadeiras disponíveis no Tribunal: nas 5ª e 6ª Turmas, que julgam casos de direito penal.

Visão do Direito



Viviane dos Reis Ferreira

Sócia e diretora do Parada Advogados e membro da comissão de direito bancário e direito do consumidor da OAB/SP



Clarissa Figueiredo Lobo

Advogada no Banco Bmg, com atuação em contencioso cível

Por que a Justiça produz mais do que consegue resolver?

A análise dos dados apresentados no Justiça em Números 2024, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), revela uma realidade inequívoca, ainda que incômoda para o cenário jurídico brasileiro: o Poder Judiciário está produzindo como nunca em sua história, mas, contraditoriamente, continua sendo engolido por um volume crescente de novas ações. Esse é um dilema que exige profunda reflexão.

Em um movimento sem precedentes recente, foram registradas mais de 11 milhões de baixas processuais, o maior número alcançado nos últimos cinco anos. Contudo, o volume de novas entradas superou a impressionante marca de 11,2 milhões de processos, o que representa um crescimento superior a 51% desde 2020. O efeito imediato desse descompasso é a elevação do estoque processual em 4%, um verdadeiro paradoxo que desafia a lógica: quanto mais se julga e se finaliza, mais processos continuam a ingressar no sistema.

Esses números eloquentes evidenciam que a produtividade do Judiciário não é, de fato, o cerne do problema; ela é, na verdade, uma dolorosa consequência de uma falha em outra parte do sistema. A verdadeira questão reside na origem das ações. Muitas delas, infelizmente, são replicadas em massa, resultado direto de campanhas coordenadas de litigância abusiva que se valem da estrutura digital e de tecnologias avançadas para automatizar a judicialização em larga escala. Isso transforma o acesso à justiça em uma ferramenta de exploração, e não de efetivação de direitos.

Há, ainda, um dado silencioso e igualmente perturbador que emerge dessa análise: a lamentável ausência de tentativas reais e eficazes de solução pré-processual. O número alarmante de demandas que inundam as cortes é, em grande parte, um reflexo direto da pouca efetividade e do subaproveitamento de mecanismos essenciais como conciliações, serviços de atendimento ao consumidor (SACs),

ouvidorias e outros sistemas extrajudiciais de resolução de conflitos. A constatação é clara: estamos tratando os litígios pela ponta do processo, quando o esforço deveria ser direcionado à sua raiz, à origem do problema.

É nesse cenário complexo e desafiador que ganha força e urgência a chamada Litigância Abusiva 5.0. Esse conceito representa um modelo preventivo e proativo, firmemente ancorado no uso estratégico de dados, inteligência artificial e redes sociais. Sua premissa é clara: identificar padrões de abuso e as articulações por trás deles antes mesmo que se transformem em processos judiciais. Escritórios de advocacia que já estão na vanguarda, implementando soluções de análise preditiva e cruzamento de dados, já demonstram a capacidade de identificar com precisão “clusters” de ações repetidas, o uso fraudulento de procurações antigas, CPFs com histórico massificado de demandas e até mesmo campanhas de judicialização coordenadas através de redes sociais.

Mais do que configurar um simples movimento de defesa institucional, essa abordagem representa uma mudança fundamental de mentalidade no universo jurídico. É um convite para sair da lógica meramente reativa, que aguarda o problema surgir para então tentar apagá-lo, e ingressar definitivamente na era da antecipação estratégica, onde a prevenção se torna a palavra de ordem.

A análise aprofundada dos dados do relatório do CNJ é, portanto, um potente alerta para todos os envolvidos no ecossistema da justiça. Mas, mais do que isso, é um convite irrecusável para a ação. Para advogados, juízes, reguladores e empresas, o caminho a ser trilhado é claro e unívoco: somente a prevenção baseada em tecnologia e uma cooperação institucional robusta e sinérgica será capaz de conter o iminente colapso provocado pela litigância em massa, garantindo a sustentabilidade e a eficácia do sistema de justiça para as futuras gerações.

Visão do Direito



Rudyard Bruno da Silva Barros Rios

Juiz de paz pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)

STF e os efeitos retroativos do casamento

O Supremo Tribunal Federal iniciou a análise de um tema que pode transformar profundamente o tratamento jurídico das uniões afetivas no país: a possibilidade de que o casamento civil produza efeitos retroativos à data do início da união estável. Trata-se do Tema 1313 de repercussão geral, cuja decisão terá impacto em milhares de famílias brasileiras.

Como juiz de paz e alguém que acompanha de perto a formalização dos vínculos conjugais, avalio essa discussão como um avanço necessário para o aperfeiçoamento do direito de família, sobretudo no reconhecimento da pluralidade das formas de constituição da família no Brasil.

O caso levado ao STF envolve um casal que vive em união estável desde 1995, tem dois filhos, e somente após muitos anos resolveu formalizar o casamento civil. Agora, eles buscam o reconhecimento de que os efeitos patrimoniais e sucessórios desse casamento retroajam à data em que começaram a viver juntos, mais de duas décadas atrás.

A pergunta central do julgamento é se é possível converter a união estável em casamento com efeitos jurídicos desde o início da convivência? A decisão, ao ter repercussão geral, criará uma diretriz nacional para todos

os tribunais brasileiros — o que garante segurança jurídica e isonomia.

Por que isso é relevante?

A distinção entre união estável e casamento ainda gera tratamentos jurídicos diferentes, especialmente no que diz respeito a:

- Regime de bens aplicado;
- Direito à herança;
- Partilha patrimonial em caso de separação ou falecimento;
- Proteção do cônjuge ou companheiro sobrevivente;

Atualmente, a união estável segue, salvo pacto em contrário, o regime da comunhão parcial de bens, e sua formalização nem sempre altera esse regime. Já o casamento permite ao casal escolher previamente o regime de bens, conforme sua realidade e seus interesses — inclusive o da separação total.

Permitir que o casamento produza efeitos desde o início da união respeita a autonomia da vontade do casal, que poderá escolher, por exemplo, aplicar desde o início o regime da separação de bens, ou garantir desde já direitos sucessórios, como o direito à herança de imóveis particulares, que a jurisprudência muitas vezes nega aos companheiros.

O que muda na prática?

Caso o STF acolha a tese da retroatividade, casais que vivem juntos há anos — e que decidem formalizar sua união — poderão solicitar que o casamento valha juridicamente desde o início da vida em comum, respeitando a realidade da convivência afetiva e familiar que já existia.

Isso pode beneficiar casais que sempre viveram como se casados fossem, mas que, por razões econômicas, burocráticas ou pessoais, postergaram a formalização.

Também poderá ser uma solução para corrigir injustiças patrimoniais que surgem após décadas de convivência, quando um dos companheiros falece e o outro não tem direito à totalidade dos bens que ajudou a construir.

Minha visão como juiz de paz

Como alguém que celebra casamentos, vejo com bons olhos essa possibilidade de reconhecimento da retroatividade. A formalização do casamento não é o início do amor ou da parceria — muitas vezes, é apenas o reconhecimento formal de uma história que já vem de longe.

O direito deve acompanhar a realidade. E a realidade brasileira é marcada por

uniões estáveis duradouras, muitas delas mais sólidas do que casamentos formalizados rapidamente. Negar efeitos retroativos a essas uniões pode significar ignorar anos de esforço conjunto, de construção familiar e patrimonial.

A eventual decisão favorável do STF não impõe nada — apenas abre uma possibilidade para quem desejar fazer essa opção. E mais: ela preserva a autonomia dos casais, permitindo que a retroatividade seja aplicada mediante requerimento e com consenso entre as partes.

Conclusão

Se o Supremo autorizar o casamento com efeitos retroativos à união estável, estará apenas reconhecendo juridicamente o que, na prática, já é família há muito tempo. Trata-se de uma medida de justiça, de segurança e de respeito à história conjugal de tantos brasileiros.

Como juiz de paz, defendo que o Estado não deve apenas formalizar relações, mas também valorizar e proteger os laços afetivos e familiares já consolidados. A retroatividade, quando desejada pelo casal, será um poderoso instrumento para isso.

Visão do Direito



Marcela Cunha Guimarães

Advogada tributarista, mestre e doutora em direito tributário

A tarifa de 50% dos EUA: o que está em jogo para o Brasil, a OMC e a cidadania fiscal?

O presidente americano Donald Trump anunciou a imposição de uma tarifa de 50% sobre todos os produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos. A justificativa apresentada? Supostas “práticas comerciais injustas” do governo brasileiro e críticas ao julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas, por trás dessa justificativa política, está uma medida com impacto econômico direto e profundo sobre o Brasil e todos os cidadãos.

Na prática, trata-se de um imposto adicional que encarece artificialmente os produtos brasileiros nos Estados Unidos. Isso os torna menos competitivos em relação a outros países e desestimula as exportações brasileiras. É como se o governo americano decidisse taxar o café, a carne ou o aço brasileiro apenas porque discorda de posições políticas do Brasil.

Se fosse o contrário, o Brasil decidindo aumentar o imposto de importação para produtos americanos em 50%, estaríamos diante de um escândalo diplomático. Mas é exatamente o que está acontecendo, com os papéis invertidos.

O pano de fundo dessa decisão não é apenas econômico, mas político. O Brasil é membro-fundador do Brics, um bloco que vem ganhando força e que busca alternativas ao modelo de dependência do dólar e às instituições financeiras tradicionais, como o FMI e o Banco Mundial. A ampliação do Brics em 2024 com países como Irã, Arábia Saudita e Egito incomoda a hegemonia econômica dos EUA — especialmente sob lideranças como a de Trump, que veem essa articulação como uma ameaça direta.

Essas disputas são reguladas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que existe justamente para evitar situações como essa. Apenas o governo brasileiro pode acionar formalmente a OMC, e empresas brasileiras afetadas só podem pressionar o Estado por essa via.

No caso da tarifa imposta unilateralmente pelos EUA ao Brasil, os seguintes princípios jurídicos fundamentais podem ter sido violados:

* Princípio da Nação Mais Favorecida (art. I do GATT/1994)

* Princípio do Tratamento Nacional (art. III)

* Princípio da Transparência

Caso os EUA não recuem, o Brasil poderá aplicar sanções de retaliação autorizadas pela OMC — inclusive, em setores não relacionados diretamente, como tecnologia, turismo ou até serviços financeiros. Inclusive, o governo brasileiro anunciou que está decidido a aplicar a Lei da Reciprocidade Econômica, caso as tarifas de 50% sobre produtos brasileiros entrem em vigor no dia 1º de agosto.

Para muitos, tudo isso pode parecer distante, uma briga de gigantes no campo do comércio internacional. Mas a verdade é que os reflexos são imediatos e diretos na economia brasileira. Um exemplo simplificado ajuda a visualizar: imagine uma cooperativa brasileira que exporta café para os EUA a US\$ 5.000 a tonelada. Com uma tarifa de 10%, o custo final para o importador americano seria de US\$ 5.500. Mas com a nova tarifa de 50%, o custo salta para US\$ 7.500. Resultado? O café brasileiro fica caro demais. O comprador

americano procura outro fornecedor. O Brasil exporta menos. Entram menos dólares na economia. A produção e o emprego caem. O consumo desacelera.

Decisões como essa afetam o preço dos alimentos, dos medicamentos e do combustível. Afetam o emprego, a renda, a inflação e o câmbio. E, sobretudo, afetam a soberania nacional. Por isso, é fundamental lembrar que temas tributários e comerciais não dizem respeito apenas a grandes empresas ou gabinetes ministeriais — dizem respeito a todos nós, cidadãos.

Vivemos em um mundo interligado. O comércio internacional impacta diretamente a economia doméstica. E compreender como tarifas, impostos e regras globais funcionam é uma forma de exercer a cidadania. O silêncio e a desinformação só favorecem decisões unilaterais e injustas.

Se queremos proteger nossa economia, nossos empregos e nosso lugar no mundo, precisamos entender que política tributária é, também, política social.

Visão do Direito



Luís Gustavo Nicoli

Sócio-fundador do escritório Nicoli Sociedade de Advogados. Advogado especializado em direito e processo do trabalho

Congresso corrige injustiça e protege quem não pode mais esperar

A recente decisão do Congresso Nacional de derrubar o veto presidencial ao projeto que desobriga aposentados por incapacidade permanente e beneficiários do BPC com doenças irreversíveis de se submeterem a reavaliações periódicas representa um avanço civilizatório na história da seguridade social brasileira. Essa medida não é apenas uma correção jurídica, mas uma reafirmação da dignidade humana como princípio basilar do Estado. Ao reconhecer a crueldade embutida na exigência de perícias regulares para pessoas com condições médicas definitivas, o Legislativo optou por colocar a empatia e a racionalidade administrativa acima do automatismo fiscalista.

Durante anos, milhares de brasileiros viveram sob o temor de terem seus benefícios suspensos por motivos puramente burocráticos, mesmo quando a ciência médica já havia atestado a irreversibilidade de seus quadros clínicos. Submeter essas pessoas a deslocamentos cansativos, espera em filas e constrangimentos

frequentes para “comprovar” o óbvio não é apenas controle, é humilhação. O sofrimento humano imposto por essas exigências periódicas revela uma face desumana da máquina pública, que passou a tratar com suspeita crônica aqueles que mais precisavam de amparo.

É legítimo que o Estado busque prevenir fraudes, mas é preciso diferenciar vigilância de abuso. A nova norma, agora com força de lei, não elimina a possibilidade de revisão em caso de suspeita fundamentada. O que se descarta é a revisão sistemática como regra automática, mesmo diante de incapacidades permanentes. Ou seja, o instrumento de controle permanece disponível, mas o uso indiscriminado dá lugar ao bom senso. Essa distinção é fundamental para preservar o equilíbrio entre a proteção do sistema e a garantia de direitos.

A mudança traz impactos práticos inegáveis. Quem vive com doenças progressivas, incuráveis ou altamente incapacitantes não terá mais a insegurança recorrente de ver sua fonte de sustento ameaçada por

processos administrativos arbitrários. No caso das pessoas vivendo com HIV, a nova regra determina que as avaliações devem contar obrigatoriamente com a presença de um médico infectologista, garantindo respeito técnico e tratamento humanizado. São medidas que representam mais que alívio burocrático; elas reconhecem o valor da previsibilidade, do respeito e da estabilidade para quem enfrenta, diariamente, as limitações impostas por condições clínicas severas.

Não se pode ignorar, entretanto, os riscos de resistência institucional. O INSS pode atrasar a aplicação plena da nova lei ou adotar interpretações restritivas, o que pode gerar nova onda de judicialização. Para evitar esse cenário, será crucial que o Executivo publique com urgência uma regulamentação clara e objetiva, incluindo uma lista de condições médicas consideradas inequivocamente irreversíveis. A segurança jurídica que se busca com a norma só será alcançada se for acompanhada de sua implementação eficaz.

Por fim, a derrubada do veto é um símbolo importante. Mostra que o Congresso está disposto a agir em defesa da dignidade humana, mesmo diante de posicionamentos contrários do Executivo. Mais do que uma vitória legislativa, trata-se de um gesto de solidariedade institucional com os brasileiros que, por razões de saúde, já enfrentam o bastante. É também um recado: o parlamento não pode se omitir quando a burocracia se sobrepõe à humanidade.

Se há algo a aprender com esse episódio, é que nem todo controle é justo, nem toda perícia é necessária, e que a dignidade da pessoa humana deve ser o norte de qualquer política pública. O Brasil precisa deixar de tratar seus cidadãos vulneráveis como suspeitos em potencial e começar a enxergá-los como destinatários prioritários do cuidado estatal. Que essa conquista inspire outras, e que, aos poucos, o Estado brasileiro compreenda que exercer empatia também é uma forma de fazer justiça.

Visão do Direito



Tício Lins e Silva

Advogado criminalista, procurador-geral do município de Niterói (RJ) professor, jurista, mestre em direito penal e doutorado em direito político pela UFRJ

Resposta aos inimigos da advocacia e da liberdade

Não tem outro título que me orgulhe mais do que ser advogado, ofício que exerço há 60 anos. Ingressei na Faculdade Nacional de Direito (UFRJ) em 1964 e veio o golpe militar! Minha graduação foi em 1968, com o AI5, no período mais truculento da ditadura. Nem tive colação de grau, porque a polícia política fechou o Theatro Municipal do Rio de Janeiro e impediu a realização da solenidade, aos gritos de “circulando”. Minha experiência de 20 anos advogando nas Cortes Militares na ditadura, o que se fazia comumente sem cobrar honorários, de acordo com a tradição da advocacia cívica desde o Estado Novo (1937-1945) me fez testemunha do quanto respeito nós ali conquistamos, pois fomos os poucos advogados que se atreveram a assumir a defesa dos perseguidos políticos no país.

A ditadura cometeu atos criminosos e tarrecedores. As pessoas eram presas sem mandado, e muitas estão desaparecidas até

hoje. A tortura era o método de investigação estabelecido pelo Estado brasileiro e praticado nos quartéis das Forças Armadas e ainda hoje tem gente que apoia.

Como era possível denunciar a violência da ditadura? Eram servidores públicos que aplicavam a tortura, mataram e prenderam muita gente. No pior tempo dos anos chamados de “chumbo”, a advocacia, como a que nós praticávamos, dedicou-se a defender perseguidos políticos. Agora chamam de lawfare, mas antes não tinha esse nome americanizado. A ditadura de 1964 praticou o lawfare com a sua brutal perseguição política. Portanto, lawfare não é um fenômeno moderno, pois sua prática foi citada nas Ordenações Filipinas do Reino de Portugal em 1595. Podemos dizer que Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, foi morto, vítima do lawfare, é guerra jurídica.

Se por um lado lutamos pela democracia, fortalecemos suas instituições e condenamos a censura, por outro somos revisitados pelos

fantasmas de outrora e estamos longe de nos livrar dos ranços ditatoriais. Não são raras as demonstrações de autoritarismo no Brasil, como se viu nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) foram invadidos e vandalizados por uma multidão manipulada para protestar contra os resultados das eleições de 2022. E ainda se aplica a tortura como método de “confissão” nos porões das delegacias e penitenciárias do país.

No âmbito do Poder Judiciário, são os advogados as maiores vítimas desses resquícios ditatoriais apresentados sob um falso manto democrático. Não se pode admitir que o advogado que defende um criminoso seja a ele equiparado. O advogado não defende o crime, mas o criminoso. Certa vez, ao despachar um habeas corpus com um ministro da Corte superior, ele me perguntou qual era o crime em questão. Respondi: “Estelionato”, ao que ele retrucou: “Não gosto de estelionato”, e eu

perguntei: “E de qual crime o senhor gosta? De crime contra os costumes, estupro, contravenção? Eu também não gosto de nenhum crime”. Por óbvio, não estava ali para defender o estelionato, mas o acusado de estelionato, numa perspectiva de que ele era inocente e possuía direitos que deveriam ser respeitados.

Como em qualquer profissão, também na advocacia há os que se acumpliciam com o cliente e merecem punição. Por isso, necessitamos de Tribunais de Ética e Disciplina que funcionem, condenando os que envergonham nossa classe.

Hoje somos advogados reverenciados, considerados heróis da resistência, da democracia. Mas os erros atuais são parecidos, mudam os perseguidos, mudam as perseguições, mas a mentalidade repressiva, o ódio à liberdade são os mesmos. Esse desabafo é uma homenagem à democracia, que amamos e queremos manter no Brasil, sobretudo no momento em que sofre riscos muito sérios.

Visão do Direito



Marco Antonio Innocenti

Sócio-diretor da Innocenti Advogados e presidente da Comissão de Estudos de Precatórios do Iasp (Instituto dos Advogados de São Paulo)

Congresso pode cometer irresponsabilidade com PEC 66/23

Uma comissão especial da Câmara dos Deputados analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 66/23, que limitará o pagamento de precatórios por parte de estados e municípios. Na prática, o objetivo é reabrir prazos para o parcelamento das dívidas estaduais e das prefeituras com a Previdência Social, além de definir limites para o pagamento desses precatórios. Caso passe na Comissão Especial, será levada ao plenário da Câmara.

Se for aprovada, a PEC significará um verdadeiro desastre para as contas públicas. Um estudo da Câmara de Gestores dos Tribunais de Justiça aponta que menos de 6% das entidades públicas devedoras de precatórios enquadradas no regime especial não conseguem pagar ou têm alguma dificuldade para pagar seus precatórios até o final do regime especial — dezembro de 2029.

Ou seja, essa medida é totalmente desnecessária e vai se transformar em um problema gigantesco. A dívida de precatórios que hoje

está sob algum controle vai ficar completamente descontrolada. Trata-se de uma irresponsabilidade do Congresso trabalhar essa pauta e, mais ainda, aprovar algo nessa linha.

Além disso, há a ideia de se mexer na remuneração dos precatórios, pagando ainda menos do que se paga hoje. É praticamente um crime contra os aposentados e os credores de precatórios. Hoje, a única segurança que o credor tem em relação aos seus precatórios, já que ele não tem nenhuma expectativa de receber, é que o valor não vai se deteriorando ao longo do tempo. Ou seja, além de um absurdo, trata-se de uma medida flagrantemente inconstitucional. É confiscatório.

A mudança feita pela última reforma constitucional em relação aos precatórios também alterou esse ponto e reduziu a remuneração dos precatórios. Mas o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu muito bem que remunerar pela Selic — o índice que baliza o pagamento das dívidas do Tesouro — faz sentido e

não é inconstitucional. Agora, mudar isso para reduzir a taxa de juros a 2% é algo totalmente inconstitucional.

Pior do que isso, a medida gera um efeito prático, estimulando o gestor a não pagar, a deixar a dívida correr e a contrair mais dívidas em precatório. Ou seja, é tudo errado e um péssimo negócio que traz uma perspectiva de explosão desse tipo de despesa.

Veja-se o caso do estado de São Paulo, por exemplo, que, hoje, não consegue pagar nem o valor necessário anualmente para evitar aumentar o estoque da dívida. A dívida do estado de São Paulo, hoje, é de R\$ 43 bilhões. Se aprovarmos uma PEC dessa natureza, essa dívida vai explodir. Ou seja, o que está sendo proposto nessa PEC é extremamente perigoso do ponto de vista fiscal.

A Constituição, hoje, define um parâmetro mínimo, equacionando o pagamento dos precatórios ao longo do tempo no regime especial, já definido pelo Supremo no julgamento da ADI 4357 como sendo de cinco anos a partir

de 2015. Mais tarde, esse prazo foi postergado para 2024. Estamos em 2025, e os estados e os municípios conseguiram prorrogar até 2029! Mas, agora, o que eles querem não é postergar de novo, mas acabar com o prazo. Ou seja, essa dívida nunca mais será paga.

Essa PEC é uma das piores propostas já elaboradas no parlamento. É péssima para os credores, mas é catastrófica para a sociedade, porque estados e municípios vão ser desestimulados a equacionar seus débitos em precatórios e se sentirão livres para não pagar, ficando ainda mais endividados do que estão hoje.

Não creio que o Congresso Nacional será tão irresponsável a ponto de aprovar algo assim, mas, caso isso aconteça, dificilmente o Supremo, que já manifestou entendimento contrário em outros julgamentos sobre o tema, chancelará essa PEC. Ela é, acima de tudo, inconstitucional, além de causar um grande problema futuro, inviabilizando os pagamentos de estados e municípios.

Visão do Direito



Priscila Kirchhoff

Sócia da área trabalhista do Trench Rossi Watanabe



Carlos Eduardo Moraes

Associado da área trabalhista do Trench Rossi Watanabe

Desafios e impactos jurídicos da saúde mental no trabalho

O aumento de afastamentos por transtornos mentais tem se tornado uma preocupação no mercado de trabalho brasileiro. Dados do Ministério da Previdência Social revelam que, em 2024, foram registradas aproximadamente 472.328 licenças médicas relacionadas a transtornos psicológicos — um crescimento de 68% em relação ao ano anterior. O cenário evidencia a urgência de um reposicionamento das empresas, tanto na adoção de medidas preventivas quanto na reestruturação de seus modelos de gestão.

A pandemia da covid-19 modificou o mercado de trabalho, popularizando o home office, ampliando jornadas e sobrepondo os limites entre vida pessoal e profissional. Em resposta, algumas empresas passaram a investir em iniciativas de saúde mental, como programas de bem-estar, psicologia organizacional e flexibilização da carga horária.

Contudo, essas práticas estão distantes de uma política sistêmica e obrigatória, demonstrando a necessidade de regulamentação mais efetiva quanto aos riscos invisíveis, especialmente os psíquicos. A dificuldade de lidar com esses riscos está na cultura de muitas empresas, que priorizam produtividade em detrimento do equilíbrio emocional.

O desafio está em integrar fatores psicossociais às rotinas de saúde e segurança no trabalho com a mesma seriedade dedicada aos riscos físicos. E, do ponto de vista jurídico, a ansiedade e a depressão podem ser reconhecidas como doenças ocupacionais quando

estiverem relacionadas às condições do ambiente laboral, gerando impactos significativos para a Previdência Social — organizações com altos índices de afastamento tendem a pagar mais tributos, criando uma relação direta entre a gestão da saúde ocupacional e os custos previdenciários.

É importante destacar o papel do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nesse contexto. O MPT tem ampliado sua atuação investigativa e propositiva, instaurando procedimentos para apurar a exposição de trabalhadores a riscos psicossociais e cobrando das empresas a elaboração de planos de ação voltados à prevenção do adoecimento mental. Já o MTE tem intensificado as fiscalizações em saúde e segurança no trabalho (SST), especialmente em setores com alto índice de afastamentos por transtornos psíquicos.

Ressalta-se que a vigência da nova NR-1 foi mantida, mas as autuações relacionadas ao descumprimento das novas exigências, como a efetiva implementação do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), somente terão início após um ano. A partir disso, a judicialização das doenças mentais ampliou o passivo trabalhista das empresas. Muitas ações são movidas por empregados buscando o reconhecimento da natureza ocupacional dos transtornos psíquicos e a responsabilização por omissão da empresa.

Nesse sentido, a recente reformulação da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1)

representa um marco no tratamento dos riscos ocupacionais. Ela estabelece o PGR como instrumento obrigatório para todas as empresas, inclusive, com foco nos riscos psicossociais, e exige o mapeamento proativo dos riscos no ambiente de trabalho, com a inclusão explícita de temas relacionados à saúde mental.

Críticos apontam, no entanto, que a eficácia da norma dependerá da fiscalização pelo MTE e da maturidade das empresas na sua implementação. Muitas organizações ainda tratam a saúde mental como um benefício opcional e não como parte integrante da segurança do trabalho. Isso pode tornar o seu cumprimento meramente formal, sem efeitos reais sobre os índices de adoecimento.

Adicionalmente, a classificação das doenças mentais como ocupacionais segue sendo um desafio técnico e jurídico, dada sua natureza multifatorial, que pode envolver fatores externos ao ambiente de trabalho. Esse cenário pode gerar insegurança jurídica tanto para empregadores quanto para empregados, especialmente quando não há consenso técnico ou laudo conclusivo sobre o nexo causal.

Outra importante medida voltada à responsabilização empresarial foi o fortalecimento das ações regressivas movidas pelo INSS contra as empresas que têm sua culpa reconhecida judicialmente no evento que leva ao afastamento previdenciário de trabalhadores, ou seja, buscam o ressarcimento de valores pagos a título de benefícios quando constatada a culpa ou omissão da empresa.

No intuito de tornar mais efetiva a legislação que regulamenta o tema, a Advocacia Geral da União (AGU), a Procuradoria-Geral Federal (PGF) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho firmaram um acordo de cooperação técnica para compartilhamento de informações estratégicas sobre acidentes e doenças ocupacionais. A iniciativa busca aumentar a efetividade das ações regressivas e responsabilizar empregadores que não investem na segurança de seus trabalhadores.

O crescimento dos afastamentos por transtornos mentais exige uma mudança estrutural nas relações de trabalho no Brasil. A revisão da NR-1 traz um arcabouço normativo promissor, mas será ineficaz sem fiscalização e cultura de responsabilidade nas empresas. A prevenção deve incluir os riscos psicossociais com a mesma seriedade dos físicos, químicos e biológicos. Ignorá-los aumenta custos previdenciários, passivo trabalhista e o risco de responsabilização judicial.

A exigência de um PGR mais amplo pode aumentar o passivo trabalhista. Mas isso também se deve à maior consciência dos trabalhadores, à atuação do MPT e à nova visão da saúde mental como um direito. A integração de normas de saúde e segurança no trabalho com práticas ESG, aliada ao cumprimento das obrigações legais e ao cuidado genuíno com os trabalhadores, é hoje um diferencial competitivo e uma exigência ética. A saúde mental no trabalho não é mais uma escolha — é um dever legal e social.

Visão do Direito



Andreia e Marcelo Barreira

Advogados de negócios, especialistas em governança jurídica estratégica e criadores do Método G.E.L. (governança empresarial lucrativa) para clínicas médicas

Gestão preventiva: como a governança jurídica pode ser aliada da saúde mental nas clínicas

Saúde mental e governança jurídica podem parecer, à primeira vista, temas que pertencem a mundos diferentes — um ligado ao cuidado humano, o outro à estrutura legal. Mas nas clínicas médicas, onde o cuidado e a complexidade convivem todos os dias, essas duas esferas estão mais conectadas do que se imagina.

Em ambientes de saúde, o sofrimento emocional dos profissionais dificilmente nasce de uma única causa. Muitas vezes, ele está ligado a fatores estruturais invisíveis:

funções mal definidas, decisões arbitrárias, comunicação truncada, ausência de escuta, conflitos não mediados e sobrecarga disfarçada de eficiência.

E quando esses fatores se acumulam, não estamos apenas diante de um problema de bem-estar. Estamos diante de uma falha de governança. Governança jurídica não trata apenas de contratos, atas ou conformidade legal. Ela também oferece algo fundamental para o cuidado: previsibilidade. Quando há estrutura formal, canais institucionais, políticas internas

e clareza sobre o que se espera de cada pessoa, o ambiente se torna menos ansioso, menos vulnerável a ruídos e mais seguro para todos.

Esse tipo de estrutura é, de fato, uma forma de gestão preventiva da saúde mental. Porque onde a governança atua com inteligência: as decisões deixam de depender do improviso; a cultura não é apenas “sentida”, mas também registrada; os conflitos não se escondem, são acolhidos e mediados; e as pessoas sabem onde estão, para onde vão e com quem podem contar.

Clínicas que investem em governança

conseguem, mesmo em contextos desafiadores, manter ambientes mais saudáveis — emocional e juridicamente. E fazem isso não apenas para evitar litígios (embora esse seja um efeito positivo), mas porque entendem que um time equilibrado é um ativo estratégico.

Num tempo em que falar sobre saúde mental virou prioridade, colocar esse tema dentro da governança é sair do discurso e entrar na responsabilidade. Porque cuidado, por si só, é nobre. Mas cuidado com estrutura é o que sustenta o compromisso no longo prazo.

Visão do Direito



Ives Gandra da Silva Martins

Professor emérito presidente do Conselho Superior de Direito da Fecomércio -SP, ex-presidente da Academia Paulista de Letras (APL) e do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

As falsas narrativas do governo Lula — ricos contra pobres

Ao polarizar ainda mais a sociedade com seu discurso de ricos contra pobres, o governo Lula tenta desviar o foco de suas próprias falhas. As recentes manifestações do presidente, afirmando que defende os pobres contra os ricos, que o aumento do Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) só atingiria os ricos e que ele é um defensor dos pobres, levantam uma questão que não tem nada a ver com a realidade. Qualquer tributação sobre as empresas implica prejuízo para os pobres, pois reflete no consumo.

As empresas sobrevivem porque têm lucro. Ou seja, elas não resistem se não conseguirem gerar lucro, não só para remunerar seus acionistas, mas também para reinvestir e manter a competitividade no mercado.

O presidente Lula, devido ao fracasso em cortar as contas públicas e não ter um plano efetivo para isso, quer aumentar a tributação que o Congresso rejeitou por esmagadora maioria. Com isso, ele busca dizer que o Congresso está defendendo os ricos e que ele defende os pobres.

Tentar transferir a sua incapacidade de controlar as contas públicas para um falso

problema — de que são os ricos que não o deixam administrar, enquanto ele faz estragos monumentais na administração, principalmente nas estatais, com a nomeação de seus amigos e gastos impensados — é evidente que é uma falácia, igual à pregação sempre fracassada do marxismo.

Os marxistas são que sempre disseram que podiam ser ditadores na Romênia, na Polônia, em todos os países da União Soviética, porque estavam defendendo o povo, os pobres, enquanto arruinavam os países.

Todos os países, naquela época, que eram conservadores, progrediram. E todos os que “defendiam o pobre” por intermédio de ditaduras, na época da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não tiveram progresso e caíram. Basta dizer que voltaram a progredir a partir da queda do Muro de Berlim.

Então, me parece que essa falsa colocação, não dignifica o presidente Lula — que foi um presidente pragmático nos dois primeiros mandatos e agora virou um presidente ideológico —, de considerar que o seu fracasso na administração das contas públicas, que leva o presidente do Banco Central

por ele nomeado a manter juros elevados para corrigir e conter a inflação que ele não consegue controlar com seu frágil arcabouço fiscal, deve-se aos ricos, que não querem aumento de tributação. Isso é uma farsa.

Tenho a sensação de que, se o presidente Lula continuar assim, estando com dois anos e meio de seu governo sem um plano de recuperação das contas públicas, a não ser aumentando o endividamento e a tributação, tornará ainda mais sofrida a vida do povo brasileiro.

Se ele não quiser fazer a lição de casa, de cortar efetivamente os gastos, de fazer a política fiscal como Gabriel Galípolo está fazendo a política monetária, para tentar conter a inflação que o presidente Lula não controla, é evidente que seu governo continuará numa queda monumental da avaliação junto à opinião pública, em que a rejeição já é muito maior do que a aprovação.

Discursos como esse, de que ele realmente defende os pobres e que são os ricos que não querem aumento de tributos para que ele possa auxiliá-los, o povo não aceita mais. Isso também porque os cidadãos

ainda têm as redes sociais para se comunicarem, e qualquer um, por mais simples que seja, pode ter acesso às informações corretas. O povo tem percepção do que está acontecendo no Brasil.

Pessoalmente, mesmo não tendo votado no presidente Lula, gostaria que o governo desse certo, pois todo, brasileiro prefere mais que seu país progrida do que ser favorável a uma ou outra corrente que esteja no poder. Vejo que ele, entretanto, está mais preocupado em ganhar as eleições do que com o Brasil.

Por essa razão, ele faz questão de dizer que defende os pobres contra os ricos que não querem aumento de tributos. Vale destacar, mais uma vez, que tais tributos, ao incidir sobre as operações de todas as empresas, repercutiriam, necessariamente, nos preços de todos os produtos.

Tomara que o presidente Lula perceba, neste último ano e meio de governo que ainda tem, que a função de um presidente é governar o país para um bem futuro, mesmo com medidas amargas, e não procurar, com histórias e narrativas, mostrar realidades que, efetivamente, não existem.



Andressa Romero

Especialista em direito de família, sucessões e planejamento patrimonial

Consultório Jurídico

O que mudaria se Marília Mendonça tivesse deixado um planejamento sucessório?

O impasse sobre a guarda do filho da cantora Marília Mendonça tomou conta do noticiário nos últimos dias, e uma pergunta ficou no ar: o que mudaria se Marília tivesse deixado um planejamento sucessório?

A carreira de Marília foi meteórica. Milhões e milhões de reais foram angariados em tempo recorde, e, infelizmente, a partida da cantora se deu na mesma velocidade, antes que, aparentemente, ela pudesse cogitar sua falta na vida do filho.

Muitas variáveis devem ser consideradas quando se fala de planejamento sucessório: gestão do patrimônio, quem iria de fato usufruir do patrimônio na falta do genitor e, o mais importante, quem seria responsável pela tutela da criança.

Por meio de um simples testamento, Marília poderia ter indicado sua vontade para todas essas questões, por exemplo, que a guarda do filho fosse compartilhada entre o pai e a família materna, como ocorreu até a tão comentada ação de guarda proposta pelo cantor Murilo Huff, ou então, que fosse exercida unilateralmente por uma das partes.

Além disso, questões patrimoniais, por intermédio do testamento, poderiam ter sido definidas, como, por exemplo, se a curatela dos bens seria exercida pela mesma pessoa que exerceria

a tutela, e ainda, se o curador teria ou não direito de usufruir dos frutos advindos do patrimônio.

Obviamente, a designação de tais questões em testamento seria meramente indicativa, devendo, de toda forma, ser submetida ao crivo do Judiciário, para que fosse analisada se a vontade do testador atenderia ao melhor interesse do menor.

A cantora poderia ter, pelo planejamento, protegido o patrimônio com cláusulas que dificultassem o acesso de terceiros ou a dilapidação dos bens, como a inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade, que poderiam, inclusive, ser impostas à herança de forma temporária ou definitiva.

Através de empresas patrimoniais, como as holdings, o patrimônio poderia ter tido a

gestão concentrada e melhor organizada, gerando caixa futuro para uso do filho assim que este atingisse a maioridade, além de a estrutura facilitar a fiscalização da gestão dos bens.

Ainda que existisse uma disputa pela guarda do menor, tendo em vista as questões apontadas pelo genitor na ação judicial, a gestão patrimonial poderia ter estado a salvo da discussão, facilitando o deslinde do caso.

O caso Marília Mendonça evidencia a vulnerabilidade de um legado grandioso diante da imprevisibilidade da vida. Se houvesse um testamento e uma estrutura de gestão empresarial bem definida, todo o processo pós-morte poderia ter sido significativamente menos conturbado, especialmente no que tange à guarda e administração dos bens do próprio filho.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 17 de julho de 2025

Para anunciar ► **3342-1000****1 IMÓVEIS**
COMPRA & VENDA**2 IMÓVEIS**
ALUGUEL**3 VEÍCULOS****4 CASA**
& SERVIÇOS**5 NEGÓCIOS**
& OPORTUNIDADES**6 TRABALHO**
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL**INVEST FLAT VENDE**

BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE

BIARRITZ FLAT apto 1qto com 66m², 16 andar. 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.2 APARTAMENTOS**ÁGUAS CLARAS****1 QUARTO**

MEU IMÓVEL IMOB LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2 QUARTOS**SR. IMÓVEIS**
CJ 9417

R 22 NORTE 67m² c/ 2qts c/ suite, gar lazer compl andar alto Bem localizado, c/ varanda 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

MEU IMÓVEL IMOB OCEANIA RESIDENCE Apto 2 qtos 11 ste 2vgs 62,75m² varanda 99562-4472 cj25698

1.2 ÁGUAS CLARAS**3 QUARTOS****MEU IMÓVEL IMOB**

AV PARQUE Res Natália Valois 3 qtos 1 suite 1 vaga 70m² armários 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE**QUITINETES**

PLANO EMPREEND. IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS**SR. IMÓVEIS**
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102/ 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

PLANO EMPREEND. 404 BLOCO I Apto 78m² 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SGAN 708 Bloco P 3qts (sendo 01 suite), vazado, 4 andar, reformadíssimo, 135m². Aceito 2qts no Noroeste. 99109-6160 3042-9200 cj9417 Sr. Imóveis

1.2 ASA SUL**ASA SUL****1 QUARTO****CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

INVEST FLAT VENDE PARK SUL excelente apto 1 qto 50m². Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS**SR. IMÓVEIS**
CJ 9417

COMPRO PAGO à vista 102/ 416 3qts nascente vazado para cliente. Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

****PARTICULAR****
312 SQS, 04 qtos, 04 suítes, reformado, mobiliado, área 450m², 2gar. Tr: 61 99985-8313

CRUZEIRO**3 QUARTOS**

PLANO EMPREEND. QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m² 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ**2 QUARTOS**

J RIBEIRO VENDE AE 02 SRIA Guarã II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m² ár útil cj5211 3322-3443

1.2 GUARÁ**J RIBEIRO VENDE**

AE 02 Dolce Vita cobertura linear, 152m² CJ 5211. Tr: 3322-3443

COL AGRÍCOLA Bernardo Sayão vdo apto de 2 qtos em frente ao Parque Dender- Guarã II. Tr: (61) 98134-3754.

ADELSON IMÓVEIS

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

J RIBEIRO VENDE

AE 02 SRIA Guarã II Resid Via Boulevard vdo Apto de canto 56,24m² ár útil cj5211 3322-3443

3 QUARTOS**TRATO FEITO IMÓV**

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

LAGO NORTE**3 QUARTOS**

ACHEI IMÓVEIS DF CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF CA 08 apto 3qts 228m² cond fechado 98311-5595 c/19540

NOROESTE**3 QUARTOS**

ACHEI IMÓVEIS DF SQNW 102 Ap 101m² 3 qtos 2 vgas 98311-5595

1.2 NÚCLEO BANDEIRANTE**NÚCLEO BANDEIRANTE****2 QUARTOS**

RITA LANDIM LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA**2 QUARTOS****CLASSIFICADOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

TRATO FEITO IMÓV

QN 412 Apto 2 qtos 49m² 1 suite 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE**3 QUARTOS**

ACHEI IMÓVEIS DF SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m² 2 vagas. Tr: 98311-5595

ACHEI IMÓVEIS DF SQSW 500 Moderno apto 3qts 109m² 2 vagas. Tr: 98311-5595

TAGUATINGA**2 QUARTOS**

ACHEI IMÓVEIS DF QSF 01 Apto 2qt 60m² 1 vaga 98311-5595/ 99112-3991 c/19540

1.2 VALPARAÍSO**VALPARAÍSO****2 QUARTOS**

INVEST FLAT VENDE PARQUE ESPLANADA apto 2qts sala banh coz planejada c/elevador Tr: 3033-3865 cj21229

1.3 CASAS**ÁGUAS CLARAS****4 OU MAIS QUARTOS**

ACONTECE IMOBILIÁRIA QS 06 reformada 2 pavimentos casa 5 qtos porcelanado 226m² área construída 2 vagas 2 banhs 3344-4112

GUARÁ**3 QUARTOS**

ADELSON IMÓVEIS QE 26 3 qtos laje lote 200m², 180m² construída R\$ 850.000. Ac financ 99985-7115 c1533

4 OU MAIS QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB COL AGRÍCOLA Bernardo Sayão cs 4qts 4stes e 1master 260m² var 4vg 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS QE 38 sobradão 4qts 2stes 300m² ar construída arms 2gar. Ac financ 99985-7115 c1533

NÚCLEO BANDEIRANTE**3 QUARTOS**

RITA LANDIM VENDE 3ª AV Casa 245m² 3qts 1suite 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY**4 OU MAIS QUARTOS**

MEU IMÓVEL IMOB COL AGRÍCOLA Arni-queiras Res Park Veredas 6qts 4sts lt 1000m² 995624472 cj25698

ADELSON IMÓVEIS QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m² 504m² const. Ac. Apt Guarã 3q 99985-7115 c11533

1.3 PARK WAY**RITA LANDIM VENDE**

QD 01 casa c/ 4 qtos 400m² de á.constr. terreno de 2.500m² 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO**4 OU MAIS QUARTOS**

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND. QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m² c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

TAGUATINGA**3 QUARTOS**

CONVICTA IMÓVEIS VENDE QNL 18 casa 3qts 120m², área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE COND PREMIUM excel casa 280m² cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 ASA SUL**1.4 LOJAS E SALAS****LOJAS****ASA SUL****SR. IMÓVEIS**
CJ 9417

CLS 414 Vendo Excelente loja alugada, c/ térreo subsolo sobreloja 250m², reformada. Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

GUARÁ

ADELSON IMÓVEIS AE 02 prédio comérc/ resid 2lj + 2ap lt 200m² R\$1.050.000, ac cs Guarã Tr.99857115 c1533

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

SALAS**ÁGUAS CLARAS**

PLANO EMPREEND. AV PAU BRASIL sala área 173m² c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE ED FUSION WORK e Live - Sala 37m² 10 andar. Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

1.4 ASA NORTE

1.4 LOJAS E SALAS

SALAS

ASA NORTE

INVEST FLAT VENDE
ED FUSION WORK e Li-
ve - Sala 37m² 10 an-
dar. Tr: 3033-3865/
98581-0151 cj21229

ASA SUL

ACONTECE IMOBILIÁRIA
SHS QD 06 Complexo
Brasil 21 Asa Sul vendo
vaga de garagem 12m2
área comercial 3344-
4112

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS
E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à ven-
da no Bairro Asa Norte,
2.500m2 área 99418-
8477 cj21694

1.5 GUARÁ

GUARÁ

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QI 08 Excelente Lote co-
mercial, 400m2. Poden-
do construir 3 vezes.
Aceito 100% em imó-
veis 99109-6160 Sr Imó-
veis cj9417

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lo-
te Bairro Taquari
742m2, quitado, esqui-
na, ótima localização CJ
5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS
E FAZENDAS

VENDO OU TROCO
Sítio20hectaresAgrovi-
la BR 251 Cavas / Bai-
xo c/água, casa , cerca-
da, etc... doc Ok. .
(61) 98202-7591 ou
99514-7645

GOIANÉSIA - GOIÁS
FAZENDINHA 22 alqs.
ou seja 110 hecates,
casa simples, córrego
nos fundos e na
lateral... boa parte for-
mada, represa, ótima
para criação de gado.
4Km estrada de chão..
(62)99104-1161 zap

RITA LANDIM VENDE
PADRE BERNARDO
GO linda chác. 14.000
m2. 3552-4358 c/12179

1.6 DISTRITO FEDERAL
E ENTORNO

SANTO ANTONIO do
Descoberto aprox. 39
alq., Cor. IV, Fazenda
Lag - Gleba 3, muita
água - Tr: 98145-7697

VENDO OU TROCO
Sítio20hectaresAgrovi-
la BR 251 Cavas / Bai-
xo c/água, casa , cerca-
da, etc... doc Ok. .
(61) 98202-7591 ou
99514-7645

2

IMÓVEIS ALUGUEL

- 2.1 Apart Hotel
- 2.2 Apartamentos
- 2.3 Casas
- 2.4 Lojas e Salas
- 2.5 Lotes, Áreas e Galpões

- 2.6 Quartos e Pensões
- 2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
R DAS PITANGUEI-
RAS lt 10, 53m2, 2qtos,
1 suite, 1 vaga, 2banhs
99418-8477 cj21694

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02
Bl B lt 13 ap 102 al 3q
ref a.emb sl cz wc asv \$
1.400 991577766 c9495

2.2 ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto
sl coz a99112-3703 /
3386-9000 cj22002

SUDOESTE

2 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
LUGARCERTO.COM.
BR Os melhores imó-
veis de Brasília você
encontra aqui!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE
ESPAÇO?

PATROCINE UMA
RETRANÇA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU
SERVIÇO MAIS VISÍVEL E
FÁCIL DE ENCONTRAR
POR 30 DIAS

PREÇO
ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os
melhores imóveis de
Brasília você encontra
aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu
celular e veja as ofertas!

SUDOESTE

3 QUARTOS

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo ap-
to 3 qtos 110m2 1
su çite Tr: 3344-4112

2.3 SUDOESTE

ACONTECE IMOBILIÁRIA
101 BLOCO l alugo ap-
to 3 qtos 110m2 1
su çite Tr: 3344-4112

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m2. 99112-3703 /
3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ÁGUAS CLARAS

RUA 14 NORTE Resid.
Supremo Aluga-se loja
c/ aprox 51,79m2 e 01
banheiro. R\$ 3.400,00
3355-2005/ 98141-1639
Imob. Forte cj7118

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVES ALUGA
QOF conj G loja 40m2
para alugar Tr: 3386-
9000 cj22002

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 4 c
/s.solo wc 100m \$ 1.500
ap 2q a.emb sl cz wc
\$900 99157-7766 c9495

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2
no C. Clínico Sul 5211
3322-3443

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis
- 3.2 Caminhonetes e Utilitários
- 3.3 Caminhões
- 3.4 Motos
- 3.5 Outros Veículos
- 3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

CHEVROLET

CAMARO 2SS 17/17
Azul Perolizado, Apenas
4.000km com Teto So-
lar e Opcionais, Configu-
rado p/Perfeccionista. Es-
tado de 0km. Ainda no
Plástico ! Único no Bra-
sil! Valor R\$ 385.000,00
Contato: (61) 99189-
2103

4

CASA & SERVIÇOS

- 4.1 Construção e Reforma
- 4.2 Moda, Vestuário e Beleza
- 4.3 Saúde
- 4.2 Comemorações, e Eventos
- 4.5 Serviços Profissionais
- 4.6 Som e Imagem
- 4.7 Diversos

4.1 CONSTRUÇÃO E
REFORMA

CONSTRUÇÃO

SERVIÇOS

LAVAMOS E PINTA-
MOS telhado, caixa
d água, consertamos va-
zamentos e impermeabi-
lização. (61)99552-1988

4.5 ADVOCACIA

4.5 SERVIÇOS
PROFISSIONAIS

ADVOCACIA

ADVOGADO
ATENDIMENTO EM TO-
DO BRASIL. Tr: (61)
99318-7858 / (62)
99630-0702 OAB 84111

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária
- 5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
- 5.3 Infomática
- 5.4 Oportunidades
- 5.5 Pontos Comerciais
- 5.6 Telecomunicações
- 5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS,
MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

DONA PERCÍLIA

Consultas, Cartas,
Tarô, búzios.
Fazemos e desfazemos
todos os tipos de
trabalho, inclusive para
o amor, união amorosa,
ambos os sexos.

MARQUE SUA CONSULTA:
(61) 98109-2975
(61) 3971-2575

MÃE RITA Cultura ciga-
na e africana, búzios ,
Cartas e tarô Paranoá/
DF Tr. (61) 99526-8763
ou 9.9411-3130

LEILÃO DE POSTO DE COMBUSTÍVEL

ALIENAÇÃO POR INICIATIVA PARTICULAR - ART. 879, INCISO I DO CPC

JUIZO DA 20ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA-DF

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado pelo Juízo da 20ª Vara Cível de Brasília-DF, por indicação do credor, realizará no dia **24/07/2025** às 11h00m, pelo lance mínimo de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), ou, em não havendo licitante, dia **25/07/2025** às 11h00m, pelo lance mínimo de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais) leilão eletrônico para venda do imóvel penhorado nos autos do processo nº 0083266-32.2008.8.07.0001 em que figura como requerente GLOBAL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA e como requerido JOSÉ RABELO DE SOUZA JÚNIOR e OUTROS, caracterizado como *Posto de abastecimento situado às margens da BR-040, na cidade de Presidente Olegário, denominado "Posto Tampinha", com uma área de aproximadamente 780 m2, coberta com estrutura metálica, pé-direito de aproximadamente sete metros de altura e piso em cimento usinado, possuindo três ilhas de abastecimento, com total de seis bombas com reservatórios de armazenamento com capacidade total 90.000 mil litros, contendo uma construção em alvenaria, coberta com telhas plan, forrada em PVC e piso em cerâmica na qual encontram-se dois escritórios, um depósito, um banheiro, um vestiário e uma ante sala, anexo à esta construção encontram-se dois banheiros direcionados aos usuários, sendo um feminino com três lavatórios, cinco sanitários e dois chuveiros e um masculino contendo três lavatórios, três mictórios, sete sanitários e cinco chuveiros, possuindo ainda uma construção com madeiramento à vista, telhas britânicas e piso em cimento grosso, na qual funciona uma borracharia, contendo também uma construção de alvenaria, com aproximadamente 30m x 8,5m, coberta com estrutura metálica de aproximadamente 34m x 11m, piso em granitina, na qual encontra-se instalado o restaurante, dividido em um salão para as refeições, uma ante sala, uma cozinha e um escritório, anexo a essa construção existe ainda um cômodo (área de descanso), coberta com telhas plan, encontrando-se em reforma, um poço artesiano, uma caixa d'água com capacidade de 10 mil litros, um transformador 37,5 kva e um gerador 88 cc, sendo que aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da área externa do posto é revestida por briquetes/paralelepípedos, imóvel com inscrição no CCIR sob o nº 444.014.004.537-8 e CAR sob o nº MG-3137536B2CEF76A3A0D4F579227BD2D6F260DDC, com matrícula no Cartório de Registro de Imóveis de Presidente Olegário-MG sob o nº 7.293.* O valor da arrematação e da comissão do leiloeiro, no percentual de 3% (três por cento), deverão ser efetivados mediante depósito judicial no prazo de até 05 (cinco) dias após o leilão, sendo concedido aos coproprietários a preferência na arrematação do bem, nos termos do art. 843, §1º do CPC. **O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR.**

Edital completo, Laudo de Avaliação, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial



Leilões Judiciais e Extrajudiciais

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor WAGNER JUNQUEIRA PRADO, Juiz de Direito da Quinta Vara de Família de Brasília/DF, na forma da Lei, etc., FAZ SABER a todos quantos virem o presente Edital ou dele tiverem conhecimento que por este meio leva a conhecimento público, por meio da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA (58) nº 0805926-69.2024.8.07.0016, movida pela parte MARIA DE LOURDES DA SILVA SANTOS e outros, foi decretada a INTERDIÇÃO de OCTAVIO AUGUSTO BRANDAO DO VALLE - CPF: 101.819.621-87, filho de NEIDE ROCHA DO VALLE, tendo o MM. Juiz NOMEADO como CURADORA a Sra. LETICIA SILVA SANTOS VALLE - CPF: 658.141.931-15. Tudo conforme Sentença fundamentada no art. 1.767, do Código Civil, de seguinte teor: "(...) Em face do exposto, e nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, confirmo a tutela de urgência de ID nº 225830490 e julgo procedente o pedido para decretar a curatela integral, sem quaisquer limites, de OCTAVIO AUGUSTO BRANDAO DO VALLE, declarando-o absolutamente incapaz de praticar os atos da vida civil, nomeando-lhe curadora, com poderes integrais para representá-lo perante quem quer que seja, sua filha LETICIA SILVA SANTOS VALLE. Fica a curadora advertida de que: a) Toda e qualquer importância recebida em nome do interditado deverá ser utilizada única e exclusivamente em benefício dele e todos os gastos documentalmente comprovados, sob pena de responsabilidade civil e criminal; b) Deverá prestar contas de sua administração anualmente, até o dia 31 de março, das rendas e gastos referentes ao ano anterior, conforme determina o art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015. (...) Ass. Wagner Junqueira Prado Juiz de Direito Brasília 05/07/2025". O presente edital será afixado no local de costume e publicado por 3 (três) vezes no Diário da Justiça, com intervalo de 10 (dez) dias, ficando, assim, cientificado o público do acima exposto. Brasília/DF, 7 de julho de 2025. Eu, LUCAS DINIZ CIPRIANI, Técnico Judiciário, o expedi. Assinado pelo Diretor de Secretaria, por determinação judicial.

CRISTIANO CÂNDIDO NETO
Diretor de Secretaria



Filiado à FENAJ e à CUI

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, nos termos do seu estatuto e conforme a legislação vigente, convoca todos os jornalistas que prestam serviços pela FUNDAC no Supremo Tribunal Federal (STF), para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 21 de julho de 2025, na entrada do STF, portaria da Via S2, localizada em frente ao Tribunal de Contas da União (TCU), às 13h, em primeira convocação com o quórum estatutário, ou às 13h15, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme previsto no artigo 8º, incisos III e VI, da Constituição Federal, e com o estatuto da entidade sindical, cientes que esta assembleia ocorrerá de forma conjunta e com os demais empregados (radialistas) que serão representados por sua entidade sindical respectiva, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1 – Avaliação sobre necessidades de mobilização ou aprovação de Greve ou Paralisação dos trabalhadores;
- 2 – Assunto de caráter informativo pertinente à pauta.

Brasília, 17 de Julho de 2025

**Diretoria do Sindicato dos Jornalistas
Profissionais do Distrito Federal**

5.2 MÍSTICOS

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

AMOR DE VOLTA EM 6 HORAS

ABA faz pacto de riqueza, cura impotência sexual, ejaculação precoce, frieza sexual, afasta rivais, fornece números da sorte para jogos de loteria. Garantido em contrato. Atendemos também aos feridos. Falar c/ a Prof Jana (61) 9.9149-8430

DONA PERCILIA CARTAS E TAROT

Búzios, Trabalho para todo os fins. Amarrção amorosa, harmonia familiar, abertura de caminhos. Marque sua consulta. Contatos: (61) 98109-2975 ou 3971-2575 - QSA 07 casa 14 Taguatinga Sul, Rua do Colégio Guinness.

MAE RITA Cultura cigana e africana, búzios, Cartas e tarô Paranoá/DF Tr. (61) 99526-8763 ou 9.9411-3130

KAROL DE PADILHA CARTOMANTE *****

sensitiva médium. Revelações e Magia. (61) 99155-1267 P. Sul.

RECADOS

HOMEM PROCURA Mulheres 35 a 56 anos p/ namoro 6198467-3731

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

RAFAELA PORNO FAÇO ORAL até o fim e deixo finalizar na boca! (61) 99620-9236

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE de serviços gerais p/morar. Casal. . Tratar: 99976-4334

RESTAURANTE ESTÁ CONTRATANDO MENSAL

ATENDENTE / AUXILIAR De Cozinha e Auxiliar de Serviços Gerais (Limpeza). Interessados enviar Currículo para e-mail: rh.marzuk2024@gmail.com

AUXILIAR DE SERVIÇOS Gerais. Para trabalhar em salão de eventos. Salário inicial: R\$ 1.600,00 carga horária de segunda a sábado das 09:00 às 17h Ter disponibilidade de horário. Interessados encaminhar currículo para o whatsapp (61) 98664-3553

OPORTUNIDADE SE VOCE está desempregado e tem experiência c/ gado de leite, ordenhas e maquinário agrícola. Estou contratando casal p/ trabalhar em Minas Gerais Tr. (61) 99971-6643 Whatsapp

REQUERIMENTO DE LICENÇA

O Empreendedor Davi Yoshinobu Hachiya, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Unidade Regional de Regularização Ambiental Noroeste, Licença Ambiental Concomitante 1 (LAC 1) fase LP+LI+LO para o Empreendimento Fazenda Assa Peixe, lugar denominado Capivara, Fazenda Assa Peixe e Fazenda Capivara, para a atividade Barragem de Irrigação para Agricultura, no município de Riachinho /MG, Classe 4, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº 2025.04.04.003.0002360.

6.1 NÍVEL BÁSICO

OFEREÇO VAGA PARA: MANICURE ESPECIALIZADA em alongamento e também para Manicure tradicional c/ clientela p/trabalhar Asa Norte (61) 98668-2358

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

MASSAGISTA preciso c/ s/ exp 3.000 semanal Asa Sul 9.8194-7225

INDÚSTRIA CONTRATA

OPERADOR DE PRODUÇÃO (Vaga PCD). Para início imediato Enviar currículo para: recrutamentowi2020@gmail.com

PEDREIRO c/ experiência, para morar. Tratar: 99903-0605.

PINTOR COM EXPERIÊNCIA, possamorar. Tratar: (61) 99976-4334

NÍVEL MÉDIO

SOLIDA TRANSPORTE CONTRATA

AJUDANTE de Entrega, Motorista categoria D com mopp e experiência de 1 ano na carteira. Enviar curriculum para : gerenciaidf@solida transporte.com.br

RESTAURANTE NO SUDOESTE CONTRATA CHEF CHURRASQUEIRO Das 08:00 às 16:20 Mandar currículo WhatsApp (61) 99232-8023

6.1 NÍVEL MÉDIO

ATENDENTE PRÉ-VENDAS(SDR). Clínica odontológica contrata para agendamentos e atendimentos. Ligação e WhatsApp. Asa Norte - Shopping Conjunto Nacional. Segunda à sexta das 9h às 18h e sábado das 08h às 12h. Envie seu currículo: soublu.cv@gmail.com

ATENDENTE COMERCIAL ESTAMOS CONTRATANDO p/ atuar com vendas e divulgação de cursos. Buscamos uma pessoa comunicativa, proativa e com foco em resultados. Trabalho presencial. Enviar seu CV: colegiovirtus@gmail.com

VAGA - COMUNICAÇÃO / ATENDIMENTO

BOA COMUNICAÇÃO e escrita, saber espanhol é um diferencial. Atendimento: e-mail, telefone e whatsapp. Vaga presencial. Local Asa Sul. Envie seu currículo processoseletivoeasy@gmail.com

MASSAGISTAS COM OU SEM EXPERIÊNCIA. Disponibilidade de horário. Asa Sul. Whatsapp (61) 98180-3412 Raissa

SENADO FEDERAL COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 90080/2025

OBJETO: Fornecimento de insumos gráficos para impressão offset e serviço de acabamento inerentes para a continuidade das atividades da Gráfica do Senado Federal.

ABERTURA: 29/07/2025, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

FELIPE GUIMARÃES CORTES Pregoeiro

2º OFÍCIO

OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

F A Z S A B E R aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, o CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo ofício nº 84410/2025 CESAV/BU de 02/06/2025 e 04/07/2025, requereu a este Serviço Registral a intimação de: LUCIO ANDRADE RODRIGUES DA CUNHA, brasileiro, divorciado, bancário, inscrito no CPF sob o nº 184.472.951-68, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) Apartamento nº 302, situado no 3º Pavimento, Bloco "H", Entrada nº 46, da Quadra 712/713, do SCRN; e, 2) Apartamento nº 512, Bloco K(301), SQN 216, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$ 38.447,38 (trinta e oito mil e quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos), atualizada até o dia 31/10/2025, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da cédula de crédito bancário com alienação fiduciária do Apartamento nº 302, situado no 3º Pavimento, Bloco "H", Entrada nº 46, da Quadra 712/713, do SCRN, nesta cidade, registradas sob os nºs R.10 e R.11 na matrícula nº 35.039. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do Distrito Federal. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING" anteriormente denominado "Venâncio 2000", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Apartamento nº 302, situado no 3º Pavimento, Bloco "H", Entrada nº 46, da Quadra 712/713, do SCRN, desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 10 (dez) dias do mês de julho de 2025. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - Contrata-se para trabalhar em Valparaíso de Goiás, de segunda a sexta-feira. Requisitos: Excelente português, bons conhecimentos em informática, digitação rápida. Enviar currículo para o e-mail: rhrdkselecao2020@gmail.com

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Contrata-se. Salário inicial: R\$ 1.800,00 carga horária de segunda a sábado das 09:00 às 17:00h. Ter disponibilidade de horário. Interessados encaminhar currículo p/ Whatsapp (61) 98664-3553 (só mensagem ou áudio). Não recebemos ligações.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO - Contrata-se com pouca Experiência. Interessados enviar currículo: institutobotelhofd@gmail.com

BRASIL TEMPER CONTRATA

AUXILIAR DE PRODUÇÃO p/ trabalhar na ADE deguas Claras. Enviar currículo p/ Zap RH (61) 9.9680.9278

RENDA EXTRA - Consumindo e indicando no Supermercado Vupt Online, Ganhe cashback de até 10.775,00 <https://painel.vuptonline.com/cadastro/?id=trindade>

6.1 NÍVEL MÉDIO

PANIFICADORA BONANZA CRUZEIRO NOVO QD 607 BLOCO C CONTRATA CHAPEIRO E PIZZAIOLLO Ambos somente c/ experiência. Enviar CV: Whats (61)98173-4833 ou bonanzacruzeiro@gmail.com

RESTAURANTE NO SUDOESTE CONTRATA CHEF CHURRASQUEIRO Das 08:00 às 16:20 Mandar currículo WhatsApp (61) 99232-8023

CONTRATAMOS GERENTE/ VENDEDOR para casa de festas infantis e loja de decorações. Necessário 2 grau completo, experiência em vendas, disponibilidade também nos fins de semana e moradia, preferencialmente nas cidades que passam pela Saida Sul /DF. Tr. (61) 99189-5339

IMOBILIARIA Contrata c/ exper. comprovada e referência na área de locação. CLT. VT e VA. Trab. Lago Sul de segunda a sexta. Currículos : bsbrecrutamento126@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE IMPRESSOR Comunicação Visual CV: (61) 98424-5020 ou digidoor1@gmail.com

CONTRATA-SE MANICURES E CABELLEIREIRAS (OS) Início imediato. Asa Norte. Tr: 61 98173-1168

MASSAGISTAS COM OU SEM EXPERIÊNCIA. Disponibilidade de horário. Asa Sul. Whatsapp (61) 98180-3412 Raissa

INDÚSTRIA CONTRATA

MOTORISTAS CNH A/D. Para início imediato Enviar currículos para: recrutamentowi2020@gmail.com Ou 61 99226-9526.

RECEPCIONISTA ESTAMOS CONTRATANDO p/ atuar com atendimento ao cliente e divulgação de cursos. Procuramos alguém comunicativa e organizada. Trabalho presencial. Enviar CV: colegiovirtus@gmail.com

6.1 NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE RECEPCIONISTA PARA Clínica odontológica c/ experiência. Ensino médio completo. CV para: rh.talentorh@gmail.com

RENDA EXTRA - Consumindo e indicando no Supermercado Vupt Online, Ganhe cashback de até 10.775,00 <https://painel.vuptonline.com/cadastro/?id=trindade>

SECRETÁRIA VAGAPara trabalhar No Guarã II - Polo de Modas. Seg. à sábado. Requisitos: ensino médio completo, Informática e boa comunicação. Enviar currículo para o e-mail: cironiarh@gmail.com.br

NÍVEL SUPERIOR

ESTÁGIO DIREITO A PARTIR 4 s R\$1.518, 30h/sem. CV: diretoriafg.adv@gmail.com

RENDA EXTRA GANHE DINHEIRO em casa R\$229,77 por dia Presencial ou online tempo parcial ou integral. Inf: Whatsapp (61) 99975-2030 Oscar Reis

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

AVISO DE REABERTURA

Pregão Eletrônico nº 90002/2025

Processo SEI nº 0999917.000083/2024-68

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de plano de assistência à saúde, através de operadora, seguradora ou administradora de planos de saúde, com rede própria e/ou credenciada, de abrangência nacional, na modalidade de contratação coletivo empresarial, conforme os termos da Lei 9.656 de 3 de junho de 1998 e devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico do CFN:http://transparencia.cfn.org.br/index.php/licitacoes/ou_solicitacoes/atraves_do_e-mail_gaf_compras@cfm.org.br. Data de recebimento das Propostas: a partir do dia 14/07/2025. Data da abertura das propostas: dia 29/07/2025 às 9h30.

RITA FRANÇA DA SILVA Pregoeira

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO NO DISTRITO FEDERAL

SCS Qd. 06 – Ed. Arnaldo Villares – Sls. 518/521 – CEP: 70300-968

Tels.: 3226.8751, 3322.5145, 3323.4429, 3964.8751, 3037.4160

www.radialistasdf.com.br

FILIADO À CUT

Reconhecido pelo Ministério do Trabalho, 29 de Abril de 1981.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Distrito Federal, nos termos do seu estatuto e conforme a legislação vigente, convoca todos os radialistas que prestam serviços pela FUNDAC no STF, para participarem de uma Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 21 de julho de 2025, na entrada do STF, portaria da Via S2, localizada em frente ao Tribunal de Contas da União, às 13h em primeira convocação com o quórum estatutário, ou às 13h15, em Segunda convocação, com qualquer número de presentes, conforme previsto no artigo 8º, incisos III e VI, da Constituição Federal, e com o estatuto da entidade sindical, cientes que esta assembleia ocorrerá de forma conjunta e com os demais empregados (jornalistas) que serão representados por sua entidade sindical respectiva, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1 – Avaliação sobre necessidades de mobilização ou aprovação de Greve ou Paralisação dos trabalhadores;

2 – Assunto de caráter informativo pertinente à pauta.

Brasília, 16 de julho de 2025

Marco Antonio Arguelho Clemente Presidente

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

ANUNCIE CONOSCO!

IMPRESSO E DIGITAL

- Balanços - Atas - Avisos
- Extravios - Convocações
- Editais - Comunicados
- Regulamentos
- Licitações - Leilões - Pregões

ENTRE EM CONTATO:



(61) 98167-9999



(61) **3342-1000**
Escolha a opção 04

Horário de atendimento de segunda a sexta-feira de 9h às 18h
e aos sábados de 8h às 12h - ***domingos e feriados fechados***



CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE